

# ACP 200 anos ajudando a escrever a história do Pará

Álvaro Negrão do Espírito Santo

César Mattar Júnior

Clóvis Carneiro

Edson Franco

Eduardo Daher

Fábio Lúcio de S. Costa

Farid Antônio Raad Massoud

Fernando Severino

Isan Anijar

Jaime Soares

João Augusto Lobato Rodrigues

João Braga da Silva

Jorge Maria Portugal dos Santos

José Maria de Brito Neves

Júlia Martins Sales de Barros

Leonam Von-Grap Marinho Neto

Lutfala de Castro Bitar

Makram Douraid Said e Miguel Bitar Jr.

Maria de Nazaré Albuquerque Chaves

Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares

Marialba Sardo Leão Mendes

Miguel Sampaio

Nabih Abou El Hosn

Oswaldo Mendes

Reginaldo Ferreira

Rubens Magno Júnior

Sérgio Bitar

*Organização: Nélio Palheta*



## A CADEIRA E O BONDE

Uma cadeira, um associado chamado James Bond e muitas histórias. Longe de serem prosaicas, são narrativas de um tempo transcendental do comércio, indústria e da política paraenses.

Reunidos na linha do tempo, os artigos deste livro são a própria história da Associação Comercial do Pará, memórias e vivências pessoais no palco de uma miríade de acontecimentos que permeiam a história do Pará, povoada nestes 200 anos por protagonistas quase lendários, empreendedores que marcaram época.

A Associação abriga idealizadores, acolhe empresários e incentiva inovações. Viu o Império virar República. Vive acontecimentos indissociáveis da política, economia e da vida social do Estado. Entre muitos, a luta para manter indivisível o território paraense.

A ACP acumula precioso acervo de documentos, objetos de arte e até mobiliário.

**ACP**  
**200 ANOS AJUDANDO A**  
**ESCREVER A HISTÓRIA DO PARÁ**



“*Quanto mais longe você  
conseguir olhar para trás, mais  
longe você verá para frente.*”

Winston Leonard Spencer Churchill (1874 – 1965).



# ACP 200 anos ajudando a escrever a história do Pará

Álvaro Negrão do Espírito Santo

César Mattar Júnior

Clóvis Carneiro

Edson Franco

Eduardo Daher

Fábio Lúcio de S. Costa

Farid Antônio Raad Massoud

Fernando Severino

Isan Anijar

Jaime Soares

João Augusto Lobato Rodrigues

João Braga da Silva

Jorge Maria Portugal dos Santos

José Maria de Brito Neves

Júlia Martins Sales de Barros

Leonam Von-Grap Marinho Neto

Lutfala de Castro Bitar

Makram Douraid Said e Miguel Bitar Jr.

Maria de Nazaré Albuquerque Chaves

Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares

Marialba Sardo Leão Mendes

Miguel Sampaio

Nabih Abou El Hosn

Oswaldo Mendes

Reginaldo Ferreira

Rubens Magno Júnior

Sérgio Bitar

*Organização: Nélio Palheta*

© Copyright 2019 – todos os direitos reservados à Associação Comercial do Pará (ACP).  
O conteúdo dos artigos é de responsabilidade dos respectivos autores.

# ACP

## 200 ANOS AJUDANDO A ESCREVER A HISTÓRIA DO PARÁ

### AUTORES

Membros da Associação Comercial do Pará

### COORDENAÇÃO GERAL

Clóvis Armando Lemos Carneiro  
Presidente da Associação Comercial do Pará  
Biênio 2018/2020

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Oswaldo Dias Mendes  
Sócio benemérito - membro do Conselho  
Diretor da Associação Comercial do Pará

### EDIÇÃO DE TEXTO E ORGANIZAÇÃO

José Nélio Palheta  
Jornalista

### REVISÃO

Socorro Costa

### CAPA

Mendes Comunicação

### PROJETO GRÁFICO

Augusto Henrique S. Neto

### FOTOS

Arquivo ACP  
Acervo da Biblioteca Arthur Viana  
Luiz Braga (contracapa)  
Úrsula Bahia (orelha do livro)

### TRATAMENTO DIGITAL DE IMAGENS

Sheyla Carvalho

### IMPRESSÃO

Gráfica Sagrada Família

### FICHA CATALOGRÁFICA

Ana Paula Duarte Teixeira - CRB/2 n° 1338

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A849a Associação Comercial do Pará  
Associação Comercial do Pará — José Nélio Silva  
Palheta (Org.) Belém - PA: Gráfica Sagrada Família, 2019.  
288 p.  
ISBN: 9788561468736

1. Associação Comercial - História. 2. Comércio  
Interno - Pará. I. Título.

CDD: 060

**ASSOCIAÇÃO  
COMERCIAL DO PARÁ  
DIRIGENTES BIÊNIO 2018 - 2020**

**ASSEMBLEIA GERAL**

Sérgio Albino Bitar Pinheiro	Presidente
Ciane Regina Barros	Vice-presidente

**CONSELHO SUPERIOR 2018 - 2022**

Lutfala de Castro Bitar	Presidente
Clóvis Armando Lemos Carneiro	Presidente da ACP
Altair Corrêa Vieira	Ex-presidente / Benemérito
Délio Chuquia Mutran	Ex-presidente / Benemérito
João Augusto Lobato Rodrigues	Ex-Presidente / Benemérito
Sérgio Albino Bitar Pinheiro	Ex-presidente / Benemérito
Fábio Lúcio de Souza Costa	Ex-presidente
Antônio Carvalho de Brito	Benemérito
Maria de Nazaré Albuquerque Chaves	Beneméríta
Oswaldo Dias Mendes	Benemérito
Djalma Bezerra	Membro eleito
José Fragoso Rei	Membro eleito
Édson Raymundo P. de Souza Franco	Membro eleito
João dos Santos Vaz Pisco	Membro eleito
Cypriano Sabino de Oliveira	Membro eleito
José Severino Filho	Membro eleito
Nabih Abou El Hosn	Membro eleito
Oscar Corrêa Rodrigues	Membro eleito
Rosângela Maiorana Kzan	Membro eleita
Suely Melo de Castro Menezes	Membro eleita

## **CONSELHO DIRETOR**

Clóvis Armando Lemos Carneiro	Presidente
Fernando Freitas Severino	Primeiro Vice-presidente
Farid Antônio Raad Massoud	Segundo Vice-presidente
José Fernando Gomes Júnior	Terceiro Vice-presidente
Makram Douraid Said	Vice-presidente Comercial
Isan Palmeira Anijar	Vice-presidente Industrial
Altair Burlamaqui de S. Martins	Vice-presidente Rural
Elizabeth Maria Pinheiro Grunvald	Vice-presidente de Serviços
Miguel Rufino Gomes Sampaio	Vice-presidente de Relações Institucionais
Andrea Castro de Noronha	Vice-presidente Mulher Empresária
Eduardo Shinji Yamamoto	Vice-presidente Jovem Empresário
João Braga da Silva	Diretor Secretário
José Maria de Brito Neves	Diretor Secretário Adjunto
Eduardo Daher Santos	Diretor Administrativo Financeiro
Ana Maria Santiago Pereira	Diretora Administrativo-financeira Adjunta
Ana de Jesus Rodrigues	Diretora de Planejamento
Oswaldo Diniz Mendes	Diretor de Comunicação e Marketing
Antônio Reynaldo de Vilhena Gouvêa	Diretor de Estudos Econômicos
Cláudio Augusto Martins de Figueiredo	Diretor de Patrimônio
Jorge Maria Portugal dos Santos	Diretor de Negócios
Lúcia Dias Carvalho	Diretora de Eventos
Denise do Nascimento Araújo	Presidente do CME
Leonardo Riodades Daher Santos	Presidente do Conjove (licenciado)
Maria de Nazaré do Vale Soares	Presidente da UC
Leonam Von-Grap Marinho Neto	Presidente da CBMAE
Mauro dos Santos Leônidas	Presidente do CCS
Alberto Villar da Silva Pantoja	Diretor
Andréa Cristina Reis	Diretora
Jorge Luiz Fonseca Portugal dos Santos	Diretor
Renato Vianna Cortez de Souza	Diretor
Ana Celeste S. Carrapatoso Franco	Diretora

Mauro da Conceição de Mello Gonçalves	Diretor
Paulo Joaquim Santos de Oliveira	Diretor
Jaime Soares	Diretor
Álvaro Negrão do Espírito Santo	Diretor
Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares	Diretora
José Nelson Forte Filho	Diretor
George Santiago	Diretor
Ricardo Medina Viana	Diretor
Mauro Rodrigues Bastos	Diretor
João Marcelo Azevedo Santos	Presidente do Conjove (substituí, no exercício, o presidente licenciado Leonardo Riodades Daher Santos)

#### **SUPLENTE DO CONSELHO DIRETOR**

Armando Câmara Uchôa Júnior	Diretor
Baviera Madureira de Carvalho	Diretora
Fernando Teruó Yamada	Diretor
Pedro Flávio Costa Azevedo	Diretor
Frederico Nader Mattar	Diretor
Marcus Martins de Barros Pereira	Diretor
Sebastião Reginaldo de Castro Ferreira	Diretor
Kleber Ferreira de Menezes	Diretor
Rubens da Costa Magno Júnior	Diretor (licenciado)
Sandra Suely de Oliveira Mendes	Diretora
Ovídio da Silveira Gaspardo	Diretor
Mauro Chaves de Almeida	Diretor
José Maria da Costa Mendonça	Diretor
Idelzuith Aquino de Souza	Diretor
Afonso Maria de Ligório Barral Monteiro	Diretor
Maria Augusta Rodrigues Bastos	Diretora
Francisco Omar Fernandes	Diretor
José Santos de Oliveira	Diretor
Cláudio César Noronha	Diretor

## **CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA**

Denise do Nascimento Araújo	Presidente
Izabela Araújo de Oliveira Ferreira	Primeira Vice-presidente
Rebeca Magno e Silva Barbosa Lucas	Segunda Vice-presidente
Marialba Sardo Leão Mendes	Diretora Secretária
Camila Araújo Dias	Diretora Secretária Adjunta
Maria Deolinda Machado Vaz Martins	Diretora de Finanças e Contabilidade
Ana de Jesus Rodrigues	Diretora Adjunta de Finanças e Contabilidade
Elizabete Frazão do Couto	Diretora de Planejamento e Estratégias
Elineide de Moura Ribeiro	Diretora Adjunta de Planejamento e Estratégias
Ana Rosa Moreira Ferreira	Diretora de Eventos Sociais e Empresariais
Ivanete Ferreira da Silva	Diretora Adjunta de Eventos Sociais e Empresariais
Kátia Regina Sanjad Nagib Abou El Hosn	Diretora de Marketing
Rosângela Mendes Meira	Diretora Adjunta de Marketing
Maria Suely Margalho do Vale	Diretora de Capacitação e Desenvolvimento Empresarial
Lúcia Dias de Carvalho	Diretora Adjunta de Capacitação e Desenvolvimento Empresarial
Maria José Rodrigues Dias	Diretora de Responsabilidade Social e Ações Culturais
Mary Anne Mendes	Diretora Adjunta de Responsabilidade Social e Ações Culturais
Walda Brito Cardoso	Diretora de Relações Institucionais
Rosireni Batista Pereira	Diretora Adjunta de Relações Institucionais
Baviera Madureira de Carvalho	Diretora de Negócios
Maria Augusta Rodrigues Bastos	Diretora Adjunta de Negócios

## **CONSELHO DE JOVENS EMPRESÁRIOS - CONJOVE**

Leonardo Riodades Daher Santos	Presidente (licenciado)
João Marcelo Azevedo Santos	Presidente (em exercício)
Flávio Souza de Moraes Cardoso Neto	Vice-presidente
Cláudio César Noronha Filho	Diretor Secretário
Alírio Rodrigo Silva Gonçalves	Diretor Adjunto Secretário

Wilson Sampaio Portela Júnior	Diretor Financeiro
Leandro Riudades Daher	Diretor Adjunto Financeiro
Assis de Souza Neto	Diretor de Serviços
Maurício de Carvalho Paiva	Diretor Adjunto de Serviços
Cláudio de Andrade Batista	Diretor de Comércio
Paulo Afonso Titan Monteiro	Diretor Adjunto de Comércio
Cheyda Belfor dos Santos	Diretora de Indústria
Priscilla Silva Vieira	Diretora Adjunta de Indústria
Fernando Márcio Souza Sampaio	Diretor de Promoção e Eventos
Thayana Benmuyal Barroso	Diretora Adjunta de Promoção e Eventos
Paul Marcel Oliveira Pereira	Diretor de Marketing
Evandro Sérgio Flexa de Sousa Júnior	Diretor Adjunto de Marketing
Fernando Peixoto Fernandes de Oliveira	Diretor de Expansão
Antônio Carlos Pessoa Caldas Correia	Diretor Adjunto de Expansão
Adailton Magalhães Lima	Diretor de Tecnologia
Mário Diego Oliveira dos Santos	Diretor Adjunto de Tecnologia
Eldonclei Lira de Abreu Passos	Diretor de Responsabilidade Social
Oswaldo Borges Leal Mendes	Diretor Adjunto de Responsabilidade Social
Gustavo Henrique da Silva Tavares	Diretor de Planejamento
Lamarque Santos de Jesus Santos	Diretor Adjunto de Planejamento
Liane Nazaré Queiroz Furtado	Membro Suplente
Jorge da Costa Valente Júnior	Membro Suplente

### **CONSELHO DAS CÂMARAS SETORIAIS**

Mauro dos Santos Leônidas	Presidente
Francisco Gonçalves Correia Neto	Vice-presidente
Suzete de Souza	Diretora Tesoureira
Diktherman Viana da Silva	Diretor Secretário

### **UNIVERSIDADE CORPORATIVA**

Maria de Nazaré do Vale Soares	Presidente
José Eduardo da Silva	Vice-presidente
Paulo Sérgio de Almeida Maia	Diretor Tesoureiro
Clenilda Maria Nobre Viana	Diretora Secretária

## **CÂMARA BRASILEIRA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EMPRESARIAL - CBMAE**

Leonam Von-Grap Marinho Neto	Presidente
Ivaldo Ferreira de Melo Junior	Vice-presidente
Renan Vieira da Gama Malcher	Diretor Tesoureiro
Elton Adenauer Von-Grap de Oliveira	Diretor Secretário

### **SUPERINTENDÊNCIA E ASSESSORIA**

José Lúcio Cavalcanti da Silva	Superintendente
Vitor Lima Fonseca	Assessor Jurídico
Jarbas Pinto de Souza Porto	Assessor Parlamentar

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
PREFÁCIO	19
SOLEINIDADE NO THEATRO DA PAZ FESTEJA BICENTENÁRIO	23
PRÊMIOS DISTINGUEM ASSOCIADOS E SETORES EMPRESARIAIS	29
ECOS DO CENTENÁRIO DA ACP EM 1919	45
DO MEDITERRÂNEO AOS RIOS DA AMAZÔNIA	51
AORISTO	59
INTIMAÇÃO	67
TOMEI AÇÁÍ, E NO PARÁ FIQUEI!	77
SONHOS E CONQUISTAS	85
HISTÓRIAS DE UM LÍDER	93
NOSSO PAPEL NA HISTÓRIA DO PROGRESSO	99
CONTRIBUIÇÃO À RELIZAÇÃO DE UM SONHO	105
JUDEUS PIONEIROS E EMPREENDEDORES	111
ACP, UMA HISTÓRIA DE LUTAS	115
CONJOVE OXIGENA IDEIAS	121
ACP INSPIROU CRIAÇÃO DA ASPAS	125
MARTINS JÚNIOR, O LÍDER VISIONÁRIO	139
UM (NÃO MAIS) ESTRANHO NO NINHO	145

DA BORRACHA À CONSTRUÇÃO CIVIL	151
OS LIBANESES: HISTÓRIA DE ENCONTROS	159
ASSOCIAÇÃO ABERTA AO MUNDO FEMININO	163
POR UMA EDUCAÇÃO ENCANTADORA	169
LEGADOS DE FAMÍLIA E CONEXÕES COM A ACP	177
OS BONS NEGÓCIOS DA FEIRA	183
BREVE HISTÓRIA DE UM “TECO-TECO”	187
OS ANOS (RECENTES) MAIS ANIMADOS DA ACP	193
A FASE TUMA. REINVENTANDO A ACP	199
MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS AGRADECEM	211
TO BE OR NOT TO BE, THAT IS THE QUESTION!	217
PRESIDENTES	
49 PRESIDENTES JÁ CUMPRIRAM 118 MANDATOS	229
LEGENDAS E FOTOS	235
NOTAS, FONTES E REFERÊNCIAS	281

**ACP  
200**



1819 · 2019



## APRESENTAÇÃO

**E**ste livro não seria possível sem a contribuição de várias pessoas. Agradeço, em primeiro lugar, ao dr. Oswaldo Mendes, que muito colaborou com avaliações e críticas sobre passagens históricas da ACP e do conteúdo da obra. Agradeço ao jornalista Nélio Palheta, atuante como organizador e editor dos textos, dando boas ideias, que enriqueceram a obra. E ao Pedro Medina, jornalista que colheu alguns depoimentos para completar o nosso pequeno caleidoscópio. E faço uma referência adicional e especial à Mendes Comunicação, pelo trabalho de criação da capa deste livro.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que ao longo da história nos ajudaram a construir a Associação Comercial do Pará. Em nome delas faço uma pequena homenagem ao advogado Eduardo Grandi, consultor da Casa, participante de diversos fatos marcantes da história da ACP e da vida econômica paraense, na segunda metade do século XX. Incluo entre essas pessoas o presidente Oziel Rodrigues Carneiro, meu pai, motivo maior de eu ser hoje presidente desta bicentenária instituição. Por fim, um agradecimento eminentemente pessoal, sendo justo citar o professor Antônio Carlos Trindade de Moraes, que deu especial atenção aos textos de minha autoria.

---

As notas complementares aos artigos estão, por ordem numérica, à página 283.

As obras consultadas estão referidas à página 284.

Sites de internet estão citados à página 285.

## PREFÁCIO

**N**ão pensava em ser presidente da Associação Comercial do Pará quando topei com a palavra “aoristo”. A ação realizada sem tempo definido, ou além do limite cronológico, me intrigou. Ao ler o livro do Ernesto Cruz e outros documentos da ACP, vi aquele significado se encaixar plenamente nos 200 anos de seu associativismo. Mais do que isso, neles as ideias postas desde o século XIX cravam efeitos até os nossos dias – e cravarão além.

Em um artigo sobre comércio exterior e blocos econômicos, li citação de Montesquieu: “O efeito natural do comércio é trazer a paz”<sup>1</sup>. Vi, também, como uma estória aparentemente infantil pode ter na sua essência a crítica econômica: Lyman Frank Baum, no seu “O Maravilhoso Mágico de Oz” (1900), com uma estrada dourada e sapatinhos de prata, critica o Padrão Ouro. Ideais que se prolongam até o futuro.

A ousadia de querer fazer um livro de artigos autorais, dos membros da Associação Comercial do Pará, traz a intenção de colocar ideias no futuro. Deixar marcado o pensamento atual para ser lido (quem sabe?) nos próximos 200 anos ou mais.

Empresários, em geral, não são escritores. Os primeiros artigos e as ideias surgiram surpreendentes, revelando um caleidoscópio de pensamentos. O ex-presidente Fábio Lúcio Costa faz um tributo ao pensamento dos grandes vultos da Casa. O professor Edson Franco, ao mostrar a educação como atividade econômica, desfila conceitos enriquecedores sobre o tema. O Álvaro do Espírito Santo mostra a harmônica relação entre a Associação Comercial, a Academia Paraense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Uma joia, a Estrela Spica, “o astro afortunado”, resume as lutas e campanhas da ACP em prol do Pará, neste início de século XXI, como bem coloca nosso decano, doutor Oswaldo Mendes.

Makram Said e Miguel Bitar trazem a contribuição dos libaneses ao comércio e à formação econômica no Pará. Demonstram a harmonia e a integração de nossas famílias, incluindo entre os árabes, que para cá vieram, os Roffé, judeus marroquinos (família da minha avó materna, d. Sol). Ratifica esse entrosamento o texto do Jaime Soares, presidente da Sinagoga Eshel Abrahan, atribuindo a mim e ao meu primo Isan Anijar o papel de representantes israelitas na diretoria da ACP.

Completam perfeitamente as contribuições das famílias libanesas a história dos Bechara Mattar, ricamente relatada pelo César Mattar Júnior, e a saga brasileira do Nabih Abou El Hosn. Lutfala Bitar mostra outro capítulo dos libaneses, dos seus ancestrais, resgatando a memória da Fábrica Bitar.

O libanês capixaba, Eduardo Daher, conta como, entre laranjas, abóboras, apostilas universitárias e lenha, veio parar na “aventura cha-

mada Pará”, tendo aqui lidado com madeira, cacau, metalurgia, búfalos. Agora, atua no setor de serviços de saúde.

Isan Anijar narra com muita emoção a constituição da empresa de sua família, e como se modificou o mercado de mármore e granitos no Norte do Brasil, indo das lápides memoriais às grandes obras de arquitetura.

A visita do Imperador D. Pedro II, em 1876, é trazida no bom texto de Marialba Leão Mendes, mostrando a tradição familiar, nos negócios, e destacando a hospedagem do casal real no Hotel América, nos altos da loja de sua família.

A menção ao Hotel América fez-me lembrar de meu pai Oziel e do tio Armando, hóspedes lá quando estudantes do curso científico, vindos de Marabá para Belém.

José Maria Neves apresenta as transformações ocorridas nas empresas, modo de vida das pessoas e da própria Associação Comercial, ao longo do século XX, mostrando os contrastes de cada época.

Enriquece bastante este pequeno livro o texto de uma bisneta de um dos nossos presidentes: Júlia Martins Sales de Barros, que apresenta rápida, mas expressiva, biografia de Antônio Martins Júnior, grande realizador e benfeitor da Associação.

Como a Associação Comercial do Pará se modernizou, adaptando-se a cada tempo, fica bem claro no artigo do ex-presidente João Augusto Rodrigues - a quem gosto de chamar de Joãozinho. Da mesma forma, Reginaldo Ferreira destaca nossa vida associativa nos anos 1990, relatando os desafios na economia e na sociedade, e como a ACP

refletiu aquelas mudanças. Faz, ainda, bela homenagem ao saudoso presidente Oswaldo Tuma.

Jorge Portugal mostra o processo de formação da Associação Paraense de Supermercados – ASPAS, e sua interação com a ACP.

O ímpeto da juventude e a firme defesa de seus ideais são nitidamente postos por Fernando Severino, fazendo sincera profissão de fé à iniciativa privada e ao livre mercado.

A importância da educação para o desenvolvimento econômico e a ação da Câmara Setorial de Educação da Associação Comercial do Pará ficam expressas no texto da professora Nazaré Mello e Silva Soares, membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Em tempos e modos diferentes, Nazaré Chaves, João Braga e Leonam Von-Grap Marinho Neto mostram como ingressaram na Associação Comercial. Miguel Sampaio fala de como se formou a Feira Pará Negócios, e Farid Massoud homenageia os membros da ACP na figura de seu pai, o presidente Roberto Massoud.

Além dos registros do nosso tempo, há o relato dos fatos referentes às cerimônias em regozijo aos 200 anos.

O caleidoscópio de depoimentos, pensamentos e opiniões dos membros da Associação Comercial do Pará não se destina somente às comemorações pontuais de seu bicentenário. Mais do que isso, este livro é a cápsula do tempo para o leitor do futuro ver como nesses 200 anos seguimos em frente.

**Clóvis Carneiro**  
Presidente da ACP



## SOLENIIDADE NO THEATRO DA PAZ FESTEJA BICENTENÁRIO

O transcurso dos 200 anos de fundação da Associação Comercial do Pará (ACP) foi celebrado com uma concorrida cerimônia no Theatro da Paz, em Belém, na noite do dia 11 de abril de 2019. Poucas instituições do País já comemoraram dois séculos de atividades. No Pará, nenhuma organização civil ou estatal tem essa longevidade. Entre as associações comerciais, a ACP é a segunda mais antiga do Brasil, antecedida apenas pela congênere do Estado da Bahia.

A solenidade reuniu dirigentes e associados, o presidente e a delegação da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, representantes das entidades do setor produtivo do Estado, autoridades municipais, estaduais e federais, e convidados especiais. O governador do Estado, Helder Barbalho, foi o presidente de honra da solenidade.

Criada em 3 de abril de 1819, sob a denominação de Associação da Praça do Comércio, a hoje conhecida ACP atravessou dois séculos encabeçando campanhas e enfrentando desafios em favor da classe empresarial e do desenvolvimento do Estado do Pará. Nessa trajetória houve apenas um interregno, entre meados de 1835 a 1864,

consequência da Revolução da Cabanagem, que afetou gravemente a economia da Província do Grão-Pará. Sua história confunde-se com a história do Pará, e guarda acontecimentos indelévels, relatados em vários artigos deste livro.

Para além de um evento meramente comemorativo, a celebração dos 200 anos da ACP resgatou a memória e homenageou empresas e pessoas importantes na construção de sua história.

A cerimônia no Theatro da Paz iniciou com a exibição de um documentário sobre a primeira empresa de bondes de Belém, organizada em 1868 pelo industrial James Bond, à época associado e diretor da ACP, e com a execução do Hino Nacional. O presidente Clóvis Carneiro (mandato 2018-2020) fez um pronunciamento ressaltando a importância do evento. Em seguida, foi entregue a Medalha do Bicentenário, e um associado foi agraciado com o título de Sócio Benemérito.

Após o pronunciamento das autoridades, a solenidade encerrou-se com a execução do Hino do Pará, seguida de espetáculo musical com os artistas Lucinha Bastos e Léo Menezes.

Sempre na vanguarda, e buscando maior efetividade de suas ações, a Associação Comercial foi pioneira na inovação das relações empresariais. Um protagonismo histórico, destacando, entre outras iniciativas, a criação da Escola Prática do Comércio, em 1899; a instalação do Museu Industrial do Pará, em 1918; a Escola de Química Industrial, em 1920, e a Escola Técnica de Comércio, em 1944.

A ACP é uma entidade civil sem fins lucrativos. No transcurso do bicentenário, agrega representantes de todos os setores empresariais:

comércio, agricultura e pecuária; indústria, educação e serviços. Várias entidades civis e estatais têm assento nos organismos da entidade.

Para valorizar a atuação setorializada, a ACP criou, nos últimos 30 anos, dois importantes conselhos: o de Jovens Empresários e o da Mulher Empresária. E um organismo congregador, o Conselho das Câmaras Setoriais. São ambientes de discussões que contribuem para o avanço dos diversos segmentos empresariais representados pela Associação. Na área da educação, mantém uma Universidade Corporativa, que contribui para o desenvolvimento e o aprimoramento dos associados e empregados das empresas. Visando solucionar litígios mercantis, a ACP opera a Câmara Regional de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial.

Em seu discurso na solenidade, o presidente Clóvis Carneiro fundamentou a leitura dessa história no conceito de tempo traduzido pela palavra aoristo, que implica considerar os fatos como algo isento no próprio tempo. “O momento originário e todos os feitos dos membros das diversas diretorias da Associação levaram a classificar sua história como aoristo. Início, passado, presente e futuro misturam-se em singularidades diversas”, disse Clóvis Carneiro.

O discurso, fonte inspiradora do artigo por ele assinado neste livro, ressaltou que a Associação Comercial sempre foi defensora intransigente das demandas do empresariado, tendo surgido em 1819 como instituição primordial para organizar a operação das embarcações no porto de Belém e outras questões do comércio exterior. “Essa tem sido a lida nesses 200 anos”. E, assim, a Associação protagonizou ou teste-

munhou os mais relevantes acontecimentos políticos, econômicos e culturais desde que, chamado de Grão-Pará, o território do Norte brasileiro era uma província do Império de Portugal e, depois, do Império do Brasil. Quando a sede da Coroa Portuguesa foi instalada no Rio de Janeiro, em 1822, com a chegada da família real portuguesa, a Associação Comercial do Pará já existia há três anos, sob a inspiração da congênere de Lisboa. “Hoje discutimos uma série de acordos internacionais, ambientais e éticos. A ACP vai continuar honrando a tradição de defender a classe empresarial. E não vamos abrir mão dessa prerrogativa”, disse o presidente.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil foi representada no evento pelo presidente, George Pinheiro, que destacou a importância da Associação Comercial do Pará no cenário social e econômico do Estado e do Brasil.

O governador Helder Barbalho, presidente de honra da solenidade, disse no discurso que a trajetória da ACP pode ser destacada pelo seu protagonismo e por ser integrada por quem acredita no Pará, “aqueles que escolhem o nosso Estado para empreender, gerar emprego e renda. Festejo a contribuição e, acima de tudo, desejo que estejamos juntos trabalhando - a iniciativa privada e o setor público - para que este Estado possa enfrentar os seus desafios, vencê-los e construir, pelos próximos 200 anos, um Pará muito melhor”.

Referindo-se aos dirigentes da Associação, o governador afirmou que a ACP é a “entidade das melhores cabeças e lideranças que esse Estado possui, como o professor Edson Franco; gente que tem

compromisso com o Estado. Que tem unido forças para enfrentar tantos desafios nesse especial momento que o nosso País vive. Que requer aprendermos com os equívocos do passado”.

O governador fez uma abordagem e um apelo sobre as questões candentes do País, dizendo: “O Brasil não tem o direito de perder tempo. É fundamental que sejam feitas reformas estruturais, políticas; que tenhamos a democracia preservada, entregando-se à sociedade o que ela espera”. Acrescentou, ainda, que o Pará não se furtará a gerir o seu desenvolvimento, ver crescer setores, como o mineral e o agronegócio, vitais para que a balança comercial do Estado seja superavitária. Ao encerrar, desejou “que a cada instante ela (a ACP) seja revigorada, rejuvenescida e atualizada, para que possa liderar, junto com 8 milhões de paraenses, a união de um Pará forte”. Desejou, também, que “o Estado tenha condições de enfrentar seus desafios, e autonomia para construir uma ponte de negócios, a fim de entregar à população os melhores serviços, infraestrutura, trabalho e empreendimentos”.

Para celebrar a data, a ACP criou a Medalha do Bicentenário, entregue a descendentes dos ex-presidentes Antônio Martins Júnior, Antônio Maria Fidalgo, Joaquim Nunes Alves e Oswaldo Nasser Tuma - reconhecidos pelas contribuições dadas à história contemporânea da ACP. A medalha foi também concedida a Pedro André da Silva, o mais antigo funcionário da Associação, contratado em 1986. E o associado Antônio Georges Farah foi agraciado com o título de Sócio Benemérito.

Os registros mais antigos de empresas associadas, atualmente, da Associação Comercial datam da primeira metade do século XX. Per-

tencem à Sá Ribeiro S/A (1929), Freitas Guimarães & Cia Ltda. e Importadora de Ferragens S/A, ambas de 1935. As três foram homenageadas com a Medalha do Bicentenário, além de mais oito empresas, inscritas na ACP há mais de meio século: Bechara Mattar Comércio de Tecidos Ltda. (1943), Higson & Companhia Ltda. (1951), Radiolux S/A (1951), Y. Yamada S/A (1955), Ocrim S/A – Produtos Alimentícios (1960), Fábrica Santa Maria de Óleos e Sabão Ltda. (1964), Cervejaria Paraense S/A – Cerpasa (1965), Fábrica de Papel da Amazônia S/A (1965).

As celebrações pelos 200 anos da Associação Comercial do Pará, que incluíram este livro, foram apoiadas pelo Governo do Estado (por meio da Secretaria de Estado de Cultura/Theatro da Paz), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa), Federação do Comércio do Estado do Pará (Fecomércio), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-Pará), Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Banco do Estado do Pará (Banpará), Assessoria de Seguros de Pessoas do Brasil Ltda. (Asbep), Sindicato das Indústrias Minererais do Estado do Pará (Simineral), MDS – Construtora e Incorporadora Ltda., Cargill, Universidade da Amazônia (Unama) e Grupo Líder.



## PRÊMIOS DISTINGUEM ASSOCIADOS E SETORES EMPRESARIAIS

**D**ois eventos são tradicionais para a Associação: o título de “Empresário do Ano” e o prêmio “J. Dias Paes”. O primeiro, reconhece os méritos de empreendedores. O segundo, criado em 2015, considera o desempenho de empresas primordialmente paraenses.

O “Empresário do Ano” originou-se do diploma de “Comerciante do Ano”, criado em 1953. A mudança da denominação ocorreu em 5/6/1980, proposta pelo diretor Roberto Elias Massoud, considerada a adversidade das atividade dos associados.

### CONSTRUTORA GANHA O “J. DIAS PAES”.

Criado em 2015, por proposta do diretor Oswaldo Dias Mendes, o prêmio “J. Dias Paes” é concedido à empresa cuja matriz sedia-se no Pará, e que, no ano anterior ao da premiação, se destacou por ter protagonizado acontecimento relevante.

Já receberam o prêmio as seguintes empresas: Facepa (2016), Grupo Líder (2017) e Clínica Lobo (2018). A premiação tem como patrono José Dias da Costa Paes, que presidiu a Associação por dois mandatos

consecutivos, entre 1935 e 1941. Paes, de nacionalidade portuguesa, foi um empresário bem sucedido em vários segmentos. Tonou-se líder de grande expressão ao defender questões importantes para o comércio e a indústria paraenses. Da Câmara de Vereadores, ele recebeu o título de Cidadão de Belém. E da própria Associação, em 1953, o diploma de “Comerciante do Ano”.

Em 2019, a empresa agraciada foi a Construtora Freire, Mello. A entrega da honraria ocorreu no dia 3 de outubro, durante a inauguração de um complexo de escritórios localizado no condomínio Cidade Cristal, no bairro de Val de Cães, em Belém, construído pela mesma organização empresarial.

O presidente da Associação Comercial, Clóvis Carneiro, fez um breve discurso de abertura do evento dizendo que a Freire, Mello é um exemplo de empreendedorismo a ser copiado. O presidente do Conselho Superior da ACP, Lutfala Bitar, fez a saudação em nome da instituição, reconhecendo os méritos da construtora fundada por Carlos Freire e Arthur Mello, em 1962. Destacou que a empresa já entregou 56 obras que somam mais de dois milhões de metros quadrados de área construída.

Carlos Freire agradeceu a homenagem. Referindo-se ao patrono do prêmio, disse que seu pai, Edmar Burlamaqui Freire, foi sócio de José Dias Paes. Perante uma plateia de dirigentes da Associação, executivos e familiares, o empresário ressaltou as virtudes da sua empresa, sobretudo as relações da sociedade iniciada em 1962. Ao se referir à equipe de profissionais, disse que a terceira geração das famílias associadas já atua na empresa.

Em nome de Arthur dos Santos Mello, impedido de participar da cerimônia, falou o engenheiro Arthur de Assis Mello. Além da construção civil, a empresa atua nos ramos de hotelaria e pecuária.

## 67 EMPRESÁRIOS DO ANO

No ano de 2019, a Associação elegeu o setor da construção civil como tema de incentivo, considerando a retomada do mercado imobiliário paraense, no ano do bicentenário da instituição. O prêmio “J. Dias Paes” entregue à Freire, Mello foi o 5º da série. Em meados de dezembro, foi entregue o título de “Empresário do Ano” ao engenheiro Antônio Couceiro. Da lista completa de 67 homenageados, destacamos seis já falecidos.

### COMERCIANTES DO ANO

José Dias da Costa Paes	1953	Valdomiro Martins Gomes	1964
Eugênio do Santos Soares	1954	Antônio Marques	1965
Custódio de Araújo Costa	1955	Antônio de Castro Amorim	1966
Alexandre D'Oliveira		Mário Sarmanho Martin	1967
Tomé de Vilhena e Souza	1956	Victor C. Portela	1968
Antônio Alves Velho	1957	Zaíra César S. Passarinho	1969
Manoel Benito Navas Pereira	1958	Mário Gouveia Santiago	1970
Manoel Pinto da Silva	1959	Expedito Lobato Fernandez	1971
José Fernandes da Fonseca	1960	Claudomiro Pereira da Silva	1972
Manoel Fernandes Gomes	1961	Pedro Renda Filho	1973
Antônio Ramos Neto	1962	Domênico Falesi	1974
Germano A. Gonçalves Pereira	1963	Elias Georges El Haber	1975

Rudolph Moller	1976	Francisco Joaquim Fonseca	1978
Oziel Rodrigues Carneiro	1977	Ruy Nobre de Brito	1979

### EMPRESÁRIOS DO ANO

Romulo Maiorana	1980	José Alvarez Rebelo	2000
Altino Tavares Pinheiro	1981	Benedito Mutran Filho	2001
Joaquim Marques do Reis	1982	Leonel dos Santos Cordeiro	2002
Antônio Maria da S. Fidalgo	1983	Fátima Chamma	2003
Oswaldo Dias Mendes	1984	Luiz Carlos da Costa Monteiro	2004
Miguel de Paulo R. Bitar	1985	João Paulo Valle Mendes	2005
Joaquim Nunes Alves	1986	Délio Chuquia Mutran	2006
Benedito Mutran	1987	João Augusto L. Rodrigues	2007
Lutfala de Castro Bitar	1988	Carlos Fernandes Xavier	2008
Romulo Maiorana Júnior	1989	Nabih Abou El Hosn	2009
Antônio George Farah	1990	Vilmar Ferreira	2010
Hermógenes U. Conduro	1991	Fernando Teruó Yamada	2011
Marcos Marcelino de Oliveira	1992	Djalma Bezerra	2012
Oscar Corrêa Rodrigues	1993	Eduardo Daher Santos	2013
Danilo Carlotto Remor	1994	José Santos de Oliveira	2014
Junichiro Yamada	1995	Pedro Flávio Costa	2015
Édson de Souza Franco	1996	José Conrado Santos	2016
Roberto Farid Elias Massoud	1997	Maria de Nazaré A. Chaves	2017
Clovis Tramontina	1998	Antônio Couceiro	2018
Oswaldo Nasser Tuma	1999		





No alto: Carlos Freire, Lutfala Bitar, Clóvis Carneiro, Ovidio Gasparetto, Arthur Mello, Eduardo Daher, Clóvis Freire.

Abaixo: Suely Margalho, Baviera Madureira, Maria Deolinda Vaz, Oswaldo Dias Mendes, Sérgio A. Bitar Pinheiro, Fábio Lúcio de S. Costa, Nazaré Chaves, Edson Franco, Elizabete Grunvald, José Maria de Brito Neves, João Marcelo Azevedo Santos e João Braga da Silva.



Clóvis Freire, Carlos Freire, Lutfala Bitar, Clóvis Carneiro e Arthur Mello.



Oziel Carneiro, Empresário do Ano de 1977, cumprimentado pelo governador Aloysio Chaves. À esquerda, Clóvis Carneiro.



Romulo Maiorana (discursando), Empresário do Ano 1980.



Danilo Remor (à esquerda), recebe, de Oswaldo Tuma, o diploma de Empresário do Ano 1994.



Junichiro Yamada (discursando), Empresário do Ano 1995.



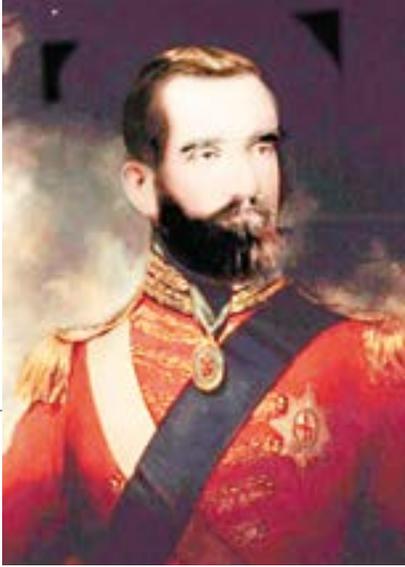
Roberto Massoud, recebendo de José de Luca Filho, o diploma de Empresário do Ano 1997.



Em 1999, Oswaldo Tuma (presidiu a ACP entre 1994 a 1996) ganhou o título de Empresário do Ano. Na foto, à esquerda, Joaquim Borges Gomes (presidente entre 1986 a 1988), entrega a Tuma o diploma respectivo da comenda.



*N*o tempo, uma linha de 200 anos de acontecimentos ultrapassa o próprio tempo marcado pelo relógio. E se constitui não apenas memória, lembrança relevante ou simples recordação. Mas, sobretudo, história. É isso que a Associação Comercial do Pará tem construído na sua trajetória ou vivido como protagonista.



3/4/1819

Criada em Belém a Associação da Praça do Comércio do Pará. A solenidade de fundação aconteceu no Convento dos Mercedários, hoje ocupado pela UFPA.

13/2/1864

Retomadas as atividades da Associação da Praça do Comércio, interrompidas desde a deflagração da Cabanagem.

1876

Henry Wickham exporta legalmente, pelo porto de Belém, de acordo com o artigo 643 do Regulamento Aduaneiro Imperial, 70.000 sementes de seringueira.

Décadas depois, a produção da borracha da Malásia causaria uma crise irreversível à economia da Amazônia.

7/12/1866

Rio Amazonas é aberto à navegação internacional.

21/2/1869

Provocados por José Bento Figueiredo, presidente da Província, membros da Associação Comercial decidem assumir a construção do cais do porto de Belém.

7/9/1822

Proclamada a Independência do Brasil.

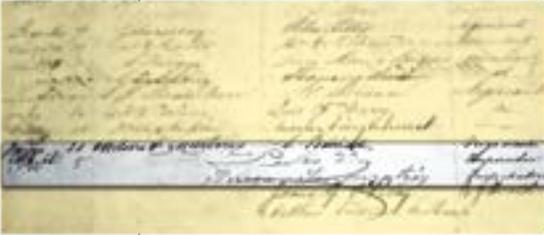
15/8/1823

Proclamada a Adesão do Pará à Independência.

7/1/1835

Irrompe a Cabanagem, encerrada oficialmente em 1840.





**5/4/1876**

O Imperador D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina visitam a sede da Associação da Praça do Comércio. O imperador assinou, durante a recepção, vários atos administrativos.

**21/11/1902**

Estatutos são reformados, e o artigo 92º passou a ditar que, em caso de extinção da Associação, seu patrimônio passaria para o Estado; antes, seriam transferidos para a Santa Casa de Misericórdia do Pará.



**20/5/1918**

Criado o Museu Comercial do Pará, oficialmente instalado em 1920 para expor produtos industriais paraenses.

**13/5/1899**

Inaugurada a Escola Prática do Comércio, com a presença do governador do Estado, José Paes de Carvalho.

**15/11/1899**

Proclamada a República do Brasil.

**28/6/1914**

Inicia a 1ª Guerra Mundial. Encerrou em 1918.

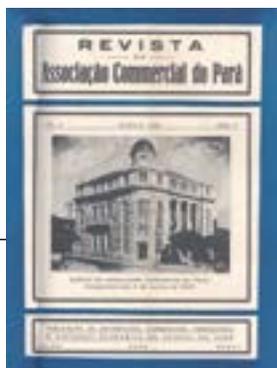
**19/5/1899**

Fundada como "Praça do Comércio", a instituição passa a se chamar Associação Comercial do Pará. Na mesma assembleia que alterou o nome, foi criada a Comissão Arbitral.

**30/8/1912**

Associação posiciona-se pela neutralidade partidária no caso dos conflitos entre Lauro Sodré (senador) e Antônio Lemos (intendente de Belém). Sodré recebeu o título de Sócio Honorário da Associação, em reconhecimento aos "relevantes serviços prestados ao comércio do Pará", durante o 1º mandato de governador (24/6/1891 a 1º/2/1897).





2/6/1935

Inaugurado o "Palácio do Comércio", sede da Associação, à Av. Presidente Vargas, esquina da Rua Santo Antônio.



5/10/1940

Getúlio Vargas visita a Associação e trata da economia da borracha. O presidente da entidade, José Dias da Costa Paes, pede ao presidente da República apoio à produção do látex paraense.

1902

Implantada em Belém a Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd.

20/5/1920

Associação cria a Escola de Química Industrial, com base na portaria do Ministério da Agricultura. A escola recebia subsídios federais.

1/9/1939

Inicia a Segunda Guerra Mundial.

2/5/1941

Criada, por decreto de Deodoro de Mendonça, interventor federal, a Bolsa de Mercadorias do Pará, instalada na sede da Associação.



3/6/1942

Getúlio Vargas, por decreto-lei, concede à Associação a competência de órgão técnico-consultivo do governo federal.

9/6/1942

Getúlio Vargas cria o Banco de Crédito da Borracha (hoje Banco da Amazônia S. A.), em resposta ao pleito da Associação.



30/11/1959

Criado o Banco do Estado do Pará, pela Lei 1.819, do governador Moura Carvalho. O banco começa a funcionar em 26/10/1961. A primeira agência foi instalada no Palácio do Comércio, sede da ACP.



31/05/1994

ACP cria o Conselho da Mulher Empresária, no mandato de Oswaldo Nasser Tuma. O CME foi instalado em 31/05/1995. A primeira presidente foi a empresária Fátima Petrola.

24/5/1943

Aprovada a concessão do título de “Grande Benemérito” ao presidente Getúlio Vargas e a Joaquim de Magalhães Barata, interventor do Estado.

15/03/1988

Instalado o Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Pará (Conjove), sob a presidência de Oziel Carneiro. Eduardo Melo foi o primeiro presidente do Conselho.

23/11/1995

Criada a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem.

1952

Associação participa da criação da Força e Luz do Pará S/A. José Dias Paes, então presidente da ACP, foi o primeiro diretor da Forluz, recebendo o salário simbólico de 1 real (moeda da época).



1967

Inaugurado o edifício “Antônio Martins Júnior”, anexo à sede da Associação, construído no segundo mandato do homenageado na presidência da Associação.



27/2/1996

Associação entrega ao Governo do Estado o prédio localizado na Praça da República, em Belém, onde funcionou o Museu Comercial.



11/12/2011

Realizado o plebiscito da divisão do Estado. A campanha da ACP, em defesa da unidade do Pará, foi vitoriosa. A publicidade, veiculada gratuitamente, foi criada pela Mendes Comunicação. Sérgio Albino Bitar Pinheiro era o presidente.

31/1/2000

Conselho Diretor aprova o Regulamento das Câmaras Setoriais da Associação Comercial.

2016

Conselho Superior da Associação, sob a presidência do diretor Oswaldo Mendes, cria o Prêmio "J. Dias Paes".

1996

Criada a Universidade Corporativa, no mandato de José de Luca Filho. A associada Suely de Castro Menezes foi a primeira presidente da instituição.

2000

Lançada campanha contra a divisão territorial do Pará. Projeto previa a criação dos estados do Tapajós e Carajás. Associação era presidida por Elias Salame.

11/4/2019

Bicentenário da Associação é comemorado com solenidade no Theatro da Paz.





*H*á quem duvide  
da existência dos  
deuses. No passado politeísta,  
eles se apresentavam ao ser  
humano como detentores das  
forças advindas da natureza.  
O comércio tinha o seu,  
Mercúrio. Tão mitológico  
quanto real, ele continua  
presente inspirando a  
Associação Comercial.



## ECOS DO CENTENÁRIO DA ACP EM 1919

O papel do Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP e a valorização da memória do Conde de Vila Flor.<sup>2</sup>

■ ÁLVARO NEGRÃO DO ESPÍRITO SANTO

**O**s jornais de Belém, notadamente Folha do Norte e Estado do Pará, registraram os acontecimentos alusivos às comemorações do centenário da Associação Comercial do Pará (ACP) em abril de 1919.

No material jornalístico então publicado, enfatizou-se a importância de um personagem de origem portuguesa, fundamental para a criação e implantação da Praça do Comércio, nome original da ACP, em 3 de abril de 1819. Trata-se de Antônio José de Souza Manoel de Menezes, VII Conde de Vila Flor e XXVIII Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, que exerceu o cargo de 19 de outubro de 1817 a 1º de julho de 1820.

Antônio Baena, no seu Compêndio das Eras da Província do Pará<sup>3</sup> (1969, p.312), sublinha que o governador “concedeu aos negociantes uma parte do Quartel das Mercês da banda do mar por cima da porta da Alfândega para ser ajeitada em Praça do Comércio por Joaquim Francisco Danin, a quem eles incumbirão desta obra”.

A iniciativa do Conde de Vila Flor oportunizaria uma organização associativa necessária para mediar as relações comerciais marca-

das pelo comércio de produtos entre a cidade do Pará e Portugal. Os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius<sup>4</sup>, que estiveram aqui na época de Vila Flor e dele receberam, inclusive, integral apoio para a missão científica, registraram cerca de 40 produtos de exportação, entre os quais açúcar, café, cacau, baunilha, tapioca, copaíba e madeiras de construção. Os dois cientistas alemães registraram a considerável importação de vinhos portugueses, além de, no dizer deles, “muitas gulodices”.

Pelos olhos dos dois naturalistas podemos observar a Belém do tempo de Vila Flor: uma cidade que se expandia, mas onde havia uma convivência harmoniosa do homem com a natureza, como demonstraram nesta antológica descrição de um certo amanhecer no longínquo ano de 1819<sup>5</sup> (198, p.18).

*“Às cinco horas, começa a amanhecer de todos os lados; um cinzento fino e uniforme, corado pelo alvor e assim alegrado, cobre o céu; só o zênite é de cor mais escura. As formas das árvores aproximam-se cada vez mais; o terral, que se levanta do leste, agita-nos lentamente e já aparecem reflexos róseos nas copas [das árvores]. Os galhos e as folhas agitam-se; os sonhadores despertam e banham no ar fresquinho da manhã; besouros voam, mosquitos zumbem; pássaros cantam, macacos trepam gritando nas brenhas; as mariposas retiraram-se lucífugas à noite da mata; nos caminhos há movimento, os roedores fogem para o pardieiro e a irara pérfida se afasta de mansinho do galinheiro, no qual o pomposo galo anuncia a manhã. Cada vez mais claro torna-se o ar; o dia começa; uma indizível majestade paira sobre a natureza: a terra está esperando o noivo; aí! ele está: como relâmpagos*

*vermelhos resplandece a margem do sol, agora ele sobe, num instante ele está inteiramente acima do horizonte, emergindo de ondas em fogo e lança raios ardentes sobre a terra. O mágico crepúsculo cede, grandes reflexos perseguidos fogem de sombra em sombra e de repente a terra se apresenta ao encantado espectador, brilhando com o orvalho, festiva, juvenil, alegre: a mais bela noiva.”*

No vigor dos seus vinte e poucos anos, o Conde de Vila Flor imprimiu nesta terra, em três anos de governo, um conjunto de iniciativas na área da saúde, como a introdução da vacina. Na área de infraestrutura, retomou a ligação terrestre entre as cidades do Pará (Belém) e do Maranhão, além de inúmeras medidas exitosas na área da educação. Ao se retirar, em 1820, o último governador do período colonial deixou uma imagem de gestor eficiente.

Quando a ACP comemorou o centenário havia, especialmente na comunidade portuguesa, um clamor pelo reconhecimento do papel do Conde de Vila Flor na gênese da Associação Comercial do Pará. Para evidenciar isso na agenda comemorativa do centenário, as organizações portuguesas Tuna Luso Comercial, Grêmio Dramático Português, Grêmio Literário e Comercial Português, Sociedade Beneficente Vasco da Gama e Beneficente Portuguesa, com a anuência do governador Lauro Sodré e do presidente da Associação Comercial, Cássio Romualdo dos Reis, programaram o evento chamado “Festival Vila Flor”, na noite do domingo, 6 de abril, no Theatro da Paz. Da pauta do Festival constou a exibição da Banda do Regimento da Brigada Estadual, a apresentação da



comédia em 1<sup>o</sup> *acto* “Ao calçar das luvas”, com os artistas Azevedo Saltos e Aizira Moura, integrantes do Grêmio Dramático Português, além da performance de Ulysses e Helena Nobre, cantando trechos de óperas.

Não foi prevista nenhuma atividade gastronômica após o evento. Porém, não é de todo improvável que alguns participantes, após o encerramento do Festival, tenham saído do Theatro, atravessado a rua, ingressado no Grande Hotel e degustado algumas iguarias do cardápio do restaurante, que à época, entre outros pratos, oferecia paca no tucupi, peixe à *la normandi*, ravioli à *la milanese*, língua com aspargos, tartaruga amazonense e pata de vitelinha do Marajó.

O esforço da comunidade portuguesa local para valorizar a imagem do Conde recebeu apoio do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), como anunciava a edição de 3 de abril de 1919 da Folha do Norte:

*“Alguns membros do Instituto Histórico e Geographico do Pará estão escrevendo importante e utilíssima monographia, narrando auspicioso evento [a criação da Praça do Comércio], e vão pedir à Associação Commercial que mande collocar uma lápide de mármore no salão principal do Museu Commercial, próximo a inaugurar-se, salientando a grande data e homenageando o celebre guerreiro e administrador lusitano.”*

Os membros do IHGP, não nominados na notícia, eram: Ignácio Baptista de Moura, Luiz Barreiros e Manoel Braga Ribeiro. E a monografia aludida tem o título de “Comemoração do Centenário da Pra-

ça do Comércio do Pará - 1819/1919”, editada pela Tipografia do Diário Oficial. Na obra, em nota introdutória, Inácio Moura assinalou:

*“Possa este livro servir de guia ou reclamo para melhor reivindicar ao mérito de Vila Flor. Será essa a maior satisfação aos que aqui escrevem, justificando os esforços desse núcleo de intelectuais que há dois anos se congregam para enaltecer e tornar lida a história do Pará.”*

Ampliando a participação do IHGP nos estudos sobre a ACP, anos mais tarde, em 1964, outro ilustre membro do Instituto, Ernesto Cruz, elaborou a obra “História da Associação Comercial do Pará”, até hoje um livro de referência sobre o percurso histórico da entidade.

Ao decidir incluir a homenagem à ACP nas comemorações dos 119 anos do IHGP, a presidente Anaíza Vergolino orientou que, em sessão solene, fosse feito o resgate da participação do Instituto no centenário da Associação e, por conseguinte, a valorização da memória do Conde de Vila Flor.

Um fato relevante nesse contexto é que não se conseguiu localizar a placa proposta pelos membros do Instituto, mencionada por ocasião do centenário. Se foi instalada ou não, não se tem notícia.

Tais fatos ficarão consignados, agora, em uma placa que, na sequência, será entregue ao presidente da ACP, Clóvis Carneiro, com o seguinte teor:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, resgatando compromisso há 100 anos, assumido por seus ancestrais, e no transcurso do

bicentenário da Associação Comercial do Pará, deixa registrada a sua homenagem às lideranças empresariais de hoje, fazendo memória dos pioneiros que, incentivados pelo Conde de Vila Flor (capitão general Antônio José de Souza Manoel de Menezes), fundaram a Praça de Comércio, sua precursora na representatividade do setor. Belém, abril de 2019. Anaíza Vergolino e Silva, Presidente do IHGP.”

Essa placa traduz as relações históricas de cooperação entre o IHGP e a ACP. O Instituto participou do centenário, e seu protagonismo atual, no bicentenário da Associação, simboliza e reitera o compromisso de ontem, do Conde de Vila Flor, com o engrandecimento do nosso Pará, que é o compromisso de todos nós, hoje.

---

■ **Álvaro Negrão do Espírito Santo**, turismólogo, é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Conselho Diretor da Associação Comercial do Pará.

## DO MEDITERRÂNEO AOS RIOS DA AMAZÔNIA

■ CÉSAR MATTAR JÚNIOR

O negócio de fogos não foi o mais preponderante dos empreendimentos do patriarca da família Mattar, em Belém. Porém, mais de uma geração de paraenses não esquece o jingle publicitário que o “Rei dos Fogos” veiculou no rádio e na televisão, durante anos do século passado, na quadra junina. O anúncio de televisão reproduzia uma “festa na roça”, comandada por um certo “Coronel Ludjero”, humorista pernambucano que fazia sucesso no Pará. Ele incorporou a imagem popular do Grupo Bechara Mattar, integrado pela Brinquedolândia e a Tecidolândia.

Por trás da propaganda quase folclórica, criada pela Ivo Amaral Publicidade, transcorre uma história de empreendedorismo típica de imigrantes que, no Pará, se estabeleceram desde meados dos oitocentos, cheios de cultura e tradições peculiares. Desafios e audácia. Vontade de aqui crescer. Sem timidez, digo que a história da minha família libanesa, que no Pará atua no comércio desde o início do século 20, tem essas virtudes. E algumas passagens enriquecem este

artigo memorialístico, registrando-se também o vínculo do meu avô, meu pai e do tio com a Associação Comercial do Pará.

Já se passaram 93 anos. E a propaganda é só um detalhe efêmero no contexto de realizações comerciais iniciadas por Bechara Tannus Mattar e Najla Mattar. O marco zero dos empreendimentos é 1926. Mas, se recuarmos no tempo, encontraremos origens remotas, herdadas da cultura milenar do povo fenício, para cá trazidas pelos meus avós, preservadas por Edgard, meu tio, e César, meu pai.

Nascido em Hadeth (cidade cornubada com a capital do Líbano, por isso conhecida Hadeth/Beirute, cerca de 9.550 quilômetros longe de Belém do Pará), em 25 de dezembro de 1906, Bechara era um dos seis filhos de Tannus Mattar e Farhat Nassur Mattar – bisavós que não conheci. Apenas com educação primária, Bechara Tannus Mattar começou a trabalhar, ainda muito jovem, como marceneiro. Atuou também na administração das propriedades da família, que atravessaram a ocupação turco-otomana no Líbano.

Quando meu avô chegou ao Pará, em 1926, ele tinha 20 anos de idade. Sua irmã, Maysara Mattar Hage, casada com o comerciante João Hage, já estava no Pará, morando em Alenquer. Foi ela quem convidou Bechara a vir para o Brasil. De navio, até Belém, ele fez uma viagem solitária de 30 dias, prolongada ao Baixo Amazonas.

Em Alenquer, Bechara talvez pudesse ter ficado conhecido como o “rei da carpintaria naval”. Com a arte da marcenaria na bagagem, ele construiu barcos, mas foi uma atividade passageira. Resgatando as raízes fenícias, entrou no negócio de “regatão”

(comércio itinerante pelos rios da região). No mesmo ano de 1926, mudou-se para Óbidos. Com o auxílio do advogado e amigo Alarico Barata, pai do poeta Ruy Barata, superou as dificuldades do idioma e abriu um comércio. Seu espírito empreendedor cresceu quando criou a Bechara Mattar & Cia., no ramo de estivas.

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi um tempo de crise econômica difícil para Bechara – um estrangeiro. A empresa foi compelida a fornecer suprimentos aos revolucionários, circunstância que trouxe o primeiro desafio ao jovem libanês radicado em Óbidos. Por volta de 1935, amainada a agitação política, ele recomeçou sua atividade comercial ao lado de imigrantes italianos, marroquinos e argelinos, então residentes naquele município do oeste paraense.

Superada a crise, Bechara entrou numa nova fase e retornou ao Líbano, para se casar com Najla Khalil Nader. Fluente em francês e português, minha avó traduziu para o português a obra "A História do Líbano em Quinze Minutos", do jornalista e escritor libanês Youssef Yazbeck. Da união vieram Edgard Nader Mattar, César Bechara Nader Mattar e Victoire Nader Mattar, os dois primeiros nascidos em Óbidos em 1936 e 1937, respectivamente. Victoire nasceu em Belém em 1939, ano em que a família se mudou para a capital.

A Bechara Mattar & Cia. instalou-se à Rua Tomázia Perdigão (hoje Rua do Aveiro), nº 30, Cidade Velha, ao lado do solar Barão de Guajará, e a família nos altos da loja de estivas, tecidos e armarinho. Bechara foi um pai afetuoso, mas rigoroso e exigente

com a formação dos filhos. Edgard e César, sempre trabalhando ao seu lado, concluíram, em 1960, a Faculdade de Direito, no antigo “Casarão” da Praça Rio Branco, na Campina. Victoire casou-se e constituiu família em São Paulo.

Amigo leal e fraterno, meu avô auxiliava os imigrantes libaneses que ao Pará acorriam, e em curto espaço de tempo tornou-se um empresário muito querido em nossa terra.

Os vendedores da empresa percorriam os rios da região, chegando aos mais distantes rincões da Amazônia para abastecer, inclusive, regatões precursores de grandes redes de supermercados da atualidade, em Belém. Seus produtos chegavam à fronteira da Bolívia, a bordo de navios.

A empresa mudou a razão social para Bechara Mattar Comércio S/A, e nos anos 1960, Bechara e meu pai César adquiriram quatro imóveis no centro comercial de Belém e entraram no segmento de tecidos com a abertura da “Tecedolândia”, que se tornaria referência do ramo. Seguindo a tradição, as lojas ficaram conhecidas como “Rei dos Tecidos”.

O comércio de fogos e brinquedos foi idealizado pelo tio Edgard, que trabalhava com meu avô, em meados dos anos 1970. E assim criaram-se duas marcas famosas: “Rei dos Fogos” e “Rei dos Brinquedos” (ou “Brinquedolândia”). Após o incêndio no Edifício Bechara Mattar, na esquina da Rua Tomázia Perdigão com a Travessa Padre Champagnat, em 1998, o comércio de fogos foi encerrado, e com o falecimento do meu tio Edgard o de brinquedos, também.

Visionário, Bechara Mattar investiu, com fazendas próprias, na produção de cana-de-açúcar em São Paulo. Sua alma fenícia e o ritmo irrequieto o compeliavam a viajar pelo mundo, mas sua notória paixão por Belém o trazia de volta. Minha avó Najla faleceu no Rio de Janeiro a 23 de novembro de 1977. E ele, aos 76 anos, morreu em Belém a 24 de maio de 1982. Chamado carinhosamente de King, meu tio se foi em 2003.

Com 93 anos de história, o Grupo Bechara Mattar tem, atualmente, quatro empresas, todas do ramo de tecidos e produtos para cama, mesa e banho. São a Bechara Mattar, Comércio de Tecidos Ltda.; César Mattar & Cia. Ltda. (sediada no Edifício Paris n'América); F. N. Mattar Comércio de Tecidos e Variedades, e Pierre Mattar Comércio Ltda.

A semeadura de Bechara e Najla Mattar, Edgard, César e Lina Mattar, minha mãe, irrigada por seus filhos César Jr., Pierre, Frederico e netos, dá frutos até hoje no ramo do comércio. A empresa abriga a quarta geração de empreendedores dedicados ao desenvolvimento do comércio de Belém.

Bechara poderia ser, no melhor sentido, “rei” de qualquer setor do comércio onde investisse seu talento empreendedor. Criativo no “marketing”, foi meu tio Edgard Mattar quem criou o epíteto “Rei dos Fogos”. E meu pai cunhou as lojas de “Rei dos Tecidos”. E ainda tinha o “Rei das Pilhas” - identidades que estabeleceram uma invejável relação com a clientela, num tempo em que as estratégias de comunicação brotavam dos próprios donos dos empreendimentos.

Tão valiosos quanto essa relação, nutrida por fidelidade e confiança às marcas (diga-se de passagem, num tempo em que não se conhecia outra modalidade de pagamento parcelado além do carnê de prestação), foram os títulos de “Cidadão de Belém”, concedido pela Câmara de Vereadores da capital ao meu avô Bechara, e o de “Cidadão do Pará”, a mim outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado, em 2017. Eu também nasci em Hadeth/Beirute, terra natal do meu avô.

O Grupo Bechara Mattar, há exatos 76 anos, participa da Associação Comercial do Pará. Temos orgulho de contribuir, já por esse longo tempo, com a instituição respeitada, indutora desde a origem do associativismo consequente. Durante 30 anos, meu pai César ocupou diversos cargos na ACP, incluindo a vice-presidência da Diretoria e da Assembleia Geral, além de ter sido membro do Conselho Superior em duas gestões. Representando a instituição, foi juiz do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART), da Secretaria de Estado da Fazenda, por 24 anos, sendo um dos responsáveis pela edição de três ementários de jurisprudência fiscal.

É uma história para além da propaganda que ficou no imaginário popular. É mais justo, porém, dizer que as idas e vindas do meu avô Bechara, meu tio Edgard e meu pai César pelos rios da Amazônia, nos primórdios dos empreendimentos, com batelões carregados de víveres e aviamentos, e o trabalho no comércio de Belém foram reconhecidos pelo mundo político e empresarial como um típico esforço de quem tingiu a alma paraense com a história de comerciantes milenares,

a bordo de suas galés. Aqui, o Mediterrâneo se transportou para o Amazonas, Tocantins, Tapajós, Xingu e tantos outros rios por onde os Mattar empreenderam no passado.

O povo do Pará reconhece isso quando, ainda hoje, alguém assobia, no período das festas juninas, o jingle que diz: “... mas vou comprar meus fogos, lá em Bechara Mattar...”. E o ator da propaganda arrematava: “... Bechara Mattar, a distribuidora de fogos para toda a Amazônia”.

---

\* **César Mattar Júnior** é promotor de Justiça e presidente da Federação Libanesa do Pará.



# AORISTO

■ CLÓVIS CARNEIRO

*“O aoristo considera a ação do verbo como um ponto (pontiliar) e está isenta da ideia de tempo, sendo, contudo, na maioria das vezes, traduzido como o perfeito”.*<sup>6</sup>

**C**onsiderando a fundação da Associação da Praça do Comércio como um ponto no tempo em 1819, e olhando esses 200 anos de história em perspectiva, podemos dizer que vivemos ou temos a ação isenta no tempo. Do momento originário e toda ação desempenhada pelos membros das diversas diretorias da Associação Comercial do Pará ao longo desses dois séculos, nos levam a classificar como aoristo tal trajetória. Desde o início, o passado, o presente e o futuro se misturam em singularidades diversas, em que não há como classificar, no tempo, o fato em si e suas consequências. É o fato consequência ou a consequência vem do fato?

A organização da Associação da Praça do Comércio veio da necessidade de os exportadores das chamadas drogas do sertão organizarem as escalas de navios e cargas da Colônia para a Metrópole.

Hoje, na Associação Comercial, são temas recorrentes os portos, as hidrovias, as ferrovias e as rodovias, tudo dentro da vocação econômica originária do Pará: o comércio exterior.

Assunto pontual e permanente, com o passado confundindo-se com o presente e projetando-se no futuro.

Logo após a fundação, em 1822 acontece a Independência do Brasil e uma sucessão de eventos que irão culminar com a Adesão do Pará, em 15 de agosto de 1823. Discutia-se a justaposição entre os independentes e lusos. As relações paraenses, sobretudo comerciais e políticas, eram mais estreitas com Lisboa do que com o resto do país. “Os três deputados do Pará e do Rio Negro estavam entre os poucos brasileiros que ficaram até o final das Cortes e assinaram a Constituição Portuguesa”<sup>7</sup>.

Nos anos seguintes à Independência, os sentimentos da elite e da população paraense se dividiam. “A dúvida maior era a de se descobrir como se tornar ‘brasileiro’”<sup>8</sup>. De certa maneira, a dúvida dos tempos da Adesão do Pará ao Brasil ainda se manifesta, quer na franca identidade do Estado com a cultura lusa, quer em manifestações políticas por compensações diversas, sejam fiscais às vastas contribuições econômicas ofertadas à União e, até mesmo, às diversas apropriações territoriais (fundiárias, ambientais e étnicas) pelo Governo Federal de áreas localizadas nos limites paraenses.

Da divisão de sentimentos, com os mal atendidos pleitos ou desejos da Adesão, irrompe a Cabanagem em 1835, reduzindo e, até mesmo, interrompendo a produção. “Enquanto tudo desmoronava, ordem e tranquilidade, campos, gados, engenhos e fazendas eram abandonados, escravos e senhores tomavam as armas para manejá-las de acordo com suas preferências partidárias, frutos ficavam sem colheitas, e os produtos apodreciam por falta de braços para transportá-los para o consumo das populações, o comércio manteve-

se à custa dos maiores sacrifícios...”<sup>9</sup>. O vácuo econômico, vindo do Movimento Cabano, teve reflexo na vida associativa da Província, e a Associação da Praça do Comércio impendeu suas atividades.

“Somente depois de 1840, foi possível restabelecer a ordem definitiva, firmar a paz, assegurar a continuação do trabalho nos centros fabris, nas casas de comércio, nos portos da capital e do interior, para se escoarem produtos em demanda de centros consumidores”<sup>10</sup>.

Como reflexo do hiato cabano na produção, as atividades da Associação da Praça do Comércio só seriam retomadas com sua reorganização em 13 de fevereiro de 1864. “Seguiram-se outras reuniões, com o fito de dar realce à nova associação de comércio do Pará, que era, inegavelmente a continuação daquela outra Praça do Comércio do ano de 1819”<sup>11</sup>.

Da ata da reorganização surge James Bond, personagem ficcional do presente, resgatando o diretor da Associação Comercial eleito em 1864. O nosso “Bond, James Bond”, este industrial, cônsul americano no Pará, proprietário da firma James Bishop & Cia. e concessionário dos bondes de Belém, cujo substantivo “bonde”, como metonímia, é atribuído ao sobrenome pelo historiador Allen Morrison.

Os dois James Bond mostram o presente interferindo no passado. Quatorze pessoas assinaram aquela ata de 1864, mas é o nome do agente secreto dos livros e filmes de espionagem que chama a atenção para o industrial e diretor da Associação Comercial. Neste ponto, o aoristo é o presente agindo no passado.

O imperador D. Pedro II e a imperatriz D. Tereza Cristina visitam a sede da Praça do Comércio, em 5 de abril de 1876. Além de uma série de atos administrativos assinados na sede da Associação, chama atenção a profissão registrada pelo monarca no Livro de Visitantes: “imperador do Brasil”.

Outra presença de chefe de Estado na Associação Comercial acontece em 5 de outubro de 1940. O presidente Getúlio Vargas veio a Belém, e foi homenageado com um jantar no Palácio do Comércio.

As duas visitas não têm como coincidência somente o dia 5. No discurso de saudação feito por José Dias da Costa Paes, presidente da Associação Comercial, e na manifestação do presidente Getúlio Vargas, a borracha é o primeiro e principal tema: pede, Costa Paes, a “criação d’um aparelhamento de defesa da borracha e da castanha, sistematizando a sua produção e comércio, em novas bases econômico-financeiras...<sup>12</sup>”; responde Getúlio Vargas: “A borracha ainda é a principal riqueza de que se pode valer o Pará para elevar o seu comércio ao nível antigo<sup>13</sup>.”

O tema da borracha, de certa maneira, vinculava as visitas de 1876 e 1940. Por coincidência, em 1876 (outro acaso), Henry Wickham tira 70 mil sementes de seringueira da Amazônia pelo porto de Belém, informando, em requerimento, à Alfândega, que “...estava transportando *amostras botânicas delicadas* a Kew, um apelo fundamentado no artigo 643 da legislação alfandegária brasileira, ...” isentando de inspeção “os produtos destinados aos Gabinetes de História Natural...”<sup>14</sup>.

O artigo 643 refletia uma série de intenções e acordos internacionais, por cooperação científica, e foi uma das causas da decadência comercial da borracha na Amazônia. Um ato imperial, refletido na visita de Getúlio Vargas, e instigante para os debates sobre os diversos protocolos internacionais, ambientais e étnicos, em vigor ou discutidos, desde os anos 1970, como a “cooperação científica internacional” do século XIX, poderá trazer consequências indesejadas para o desenvolvimento econômico da Amazônia Brasileira.

As consequências do posicionamento do governo imperial brasileiro, no caso da borracha, servem de referência aos desdobramentos futuros dos acordos ambientais e étnicos, em vigor ou discutidos, e as suas consequências ao desenvolvimento e à soberania da Amazônia. Temas sempre em voga nos posicionamentos da Associação Comercial. Aoristo nos três tempos.

A preocupação com o futuro fica manifesta em “duas importantes reuniões, realizadas em 13 e 19 de maio de 1899.” A primeira tratou da inauguração da Escola Prática do Comércio e, a segunda, dos debates da reforma dos estatutos, que resultaram na mudança para a atual denominação “Associação Comercial do Pará.”

Também chama atenção, na ata de 19 de maio de 1899, estar constituída, na Associação, uma comissão arbitral, em moldes semelhantes à de hoje, em organização.

No século XX, a neutralidade política da Associação Comercial fica evidente diante dos acontecimentos de 28 e 29 de agosto de 1912: o atentado a Lauro Sodré e os levantes contra o senador Antônio Lemos.

Por conta desses fatos, na reunião de 30 de agosto ficou consignado, em ata, “que esta Associação não tomará em consideração quaisquer indicações com cunho político, que lhe sejam apresentadas, mas simplesmente resolverá sobre as medidas, para acautelar os interesses comerciais da praça<sup>15</sup>.”

Essa tradição de neutralidade política tem permitido à Associação Comercial ampla legitimidade na representação das classes produtoras do Pará, e a isenção de qualquer desconfiança sobre suas propostas para o desenvolvimento do Estado.

Os acontecimentos do século XX tiveram repercussão nas atividades da Associação Comercial do Pará, que se sobrepôs como observadora e protagonista dos fatos, sempre no interesse do desenvolvimento do Estado. Em 1918, cria o Museu Comercial do Pará, e em 1920 a Escola de Química Industrial. Em 1941, instala, em sua sede, a Bolsa de Mercadorias do Pará. Em 1942, no esforço de guerra, participa da fundação e organização do Banco de Crédito da Borracha (hoje, Banco da Amazônia S/A.), e é reconhecida como órgão técnico e consultivo do Governo Federal. Em 1944, institui a Escola Técnica de Comércio. Em 1952, colabora com o Governo do Estado na instituição da Força e Luz do Pará S/A e, em 1959, participa da criação do Banco do Estado do Pará.

Sempre agindo em vista do futuro, o presidente Oziel Carneiro instala o Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Pará / CONJOVE em 1988, com o propósito de preparar lideranças para a sucessão na vida associativa. Os três últimos presidentes e o

atual iniciaram o associativismo pelo CONJOVE, sendo eu e o Farid Massoud filhos de ex-presidentes.

O Conselho da Mulher Empresária é instituído pelo presidente Oswaldo Tuma em 1996, renovando, pela presença feminina, o ambiente e os ideais nos diversos órgãos da Associação Comercial.

Ainda no intuito de avançar no futuro, são criadas a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem, instrumento de celeridade na solução de conflitos, e a Universidade Corporativa, para manter atualizados empresários e colaboradores nestes tempos de mudanças imediatas.

O novo milênio se inicia para a Associação Comercial do Pará com o desafio de querer o Pará grande. Diante das propostas de divisão territorial do Estado, sucessivas diretorias lideraram a campanha “Pará, eu te quero grande”. A movimentação dos membros e diretores da Associação Comercial atuou, continuamente, de 2000 a 2011, sob as presidências de Elias Salame, João Augusto Rodrigues, Altair Vieira e Sérgio Bitar.

A coordenação publicitária da campanha ficou a cargo do diretor Oswaldo Mendes, e a divulgação foi tarefa da diretora Rosângela Maiorana. Todos os participantes, veículos de comunicação, agência, atores e locutores participaram de forma voluntária, sem qualquer ônus. Um legítimo ato da sociedade paraense.

A liderança da Associação Comercial foi substituída por duas frentes de oposição à criação dos dois novos Estados na reta final do plebiscito, em atendimento à legislação. Contudo, a participação dos comerciantes associados foi ativa até a vitória final pela integridade territorial do Pará.

Tomar o desafio pela não divisão do Pará traz consequências, até hoje. E terá além. A principal delas é a economia de mais de R\$ 2 bilhões<sup>16</sup> anuais para os contribuintes.

Assim tem sido a vida da Associação Comercial do Pará, com suas ações, entre o testemunho e o protagonismo, invertendo o tempo cronológico, com o acontecido no passado, refletido no presente e projetando-se no futuro. Não há outra palavra para resumir: aoristo.

---

■ **Clóvis Carneiro**, economista, industrial, pecuarista e empresário do setor do turismo, é presidente da Associação Comercial do Pará.



## INTIMAÇÃO

■ EDSON FRANCO

**A**inda não havia começado a reunião do Conselho Superior da Associação Comercial do Pará, e enquanto aguardávamos os atrasados aproveitamos para comentar os últimos acontecimentos, fresquinhos. Foi quando o estimado presidente Clóvis Carneiro, de dedo em riste, mas sem nenhum laivo de imposição, afável e generoso como lhe é próprio, apontou para a minha direção dizendo que eu teria de escrever um texto para uma publicação em comemoração aos 200 anos da ACP. Realmente, não foi uma imposição, mas um convite de quem sabe comandar a Casa. Logo aceitei o encargo. Seria a ocasião para dissipar uma dúvida.

Antes de entrar na questão, convém registrar que a nossa Associação é a única, dentre todas as maiores entidades empresariais paraenses, que possui, faz bastante tempo, uma Câmara de Educação, coisa já ensaiada por outras congêneres, porém sem êxito e consequências objetivas.

Vamos lá, à dúvida: há muito tempo questiono-me sobre duas concepções da questão aqui trazida: escola é indústria do conhecimento ou atividade comercial?

Em nenhum momento, como educador, estive vinculado especificamente à área industrial. Já fui, no entanto, generosamente homenageado por dirigentes da área comercial, ao lado de Mustafá Morhy, Joaquim Nunes Alves, Mário Lobato e de outros pares. E não posso esquecer o saudoso Orlando Sozinho Lobato.

Por largo tempo vinculado à Associação Comercial do Pará, integro a Câmara de Educação da ACP, tendo sido presidente por dois mandatos. Apesar dessa trajetória, desde os anos 1960, continuo com a dúvida: escola, afinal, integra a área industrial ou pertence ao ramo comercial?

Procurei tirar a dúvida com gente da Casa bicentenária, inclusive buscando informações que não estão registradas em documentos oficiais, ao que sei. Além disso, trabalhando em escolas de todos os níveis de ensino, como só ocorre no meu caso, pesquisei com professores amigos tentando dissipar a dúvida já antiga, pretendendo resolver a questão para todo o sempre. Amém!

Confesso que tinha a impressão de que a resposta majoritária apontaria ser, a escola, do campo comercial. Muitas vezes, as organizações educacionais são acoimadas como se fossem um verdadeiro comércio, acusadas equivocadamente de lucros astronômicos, o que não é verdade. Todo início de ano estabelece-se a polêmica da suposta exploração de preços das mensalidades.

Pensei, então, fazer uma breve pesquisa, não mais que uma enquete direta com mais ou menos uma centena de professores, com os quais trabalho, desejando saber dos mestres se escola é atividade comercial ou industrial. Com a pergunta simples e direta, recolhi vários comentários adicionais que muito me enriqueceram e confirmaram que nem tudo na vida é preto ou branco. Disseram-me que a escola é uma instituição essencialmente transformadora e, portanto, pendente para o ramo industrial. Concluo que é uma “indústria do conhecimento” porque produz informação, saber, ciência, tecnologia, comunicação, humanidades.

Essa foi a manifestação majoritária. Entretanto, a escola, embora seja transformadora, não se assemelha a um produto de beleza, por exemplo, da linha “esconde rugas”, que prolifera no mercado – como uma indústria, diga-se de passagem.

Isso suscita refletir: o ser humano, com conhecimento e educação, tende a ser uma pessoa encantadora, mas o papel da escola é mais interno que externo, atuando mais na alma humana. Gera conhecimento. Estimula o desenvolvimento de habilidades. Aperfeiçoa competências. Infunde novas atitudes entre os jovens estudantes. Enfim, uma indústria de “transformação do ser humano”. Sem a escola, não há civilização, progresso humano.

Essa condição transformadora justificaria entendê-la como indústria. No entanto, difere de um produto industrial típico que, uma vez concretizado, é considerado acabado. Nessa linha, haveria de se entender que, sendo transformadora, poderia (ou deveria) corrigir eventuais defeitos de fabricação, como fazem as montadoras de carro,

chamando seus “clientes” (concluintes) para revisões necessárias, quando detectados defeitos de produção. Escola não tem disso não! Não chama nenhum concluinte para reparações. Ao contrário, estimula estudos complementares, mais adiantados, mais ricos, em patamares superiores. O conhecimento não tem limites. Ensinar a caminhar no espectro do saber é a mais virtuosa das missões da escola.

Sinto que, de algum modo, ela é repetitiva, e fora dela há inúmeras formas de aprender, para além de um processo industrial (o currículo, a grade de disciplinas) que seja adotado, ainda que tal roteiro seja ditado pelo governo. A escola é um sem-fim, um “nunca acabar”. Se isso retira a escola da base industrial, também não a vincula à área comercial, definitivamente.

A escola é um comércio, acusam outros. Mas não é um negócio, uma venda qualquer. O que ela oferece depende daqueles que nela se matriculam. Por outro lado, o esforço de transformação, embora possa ser idêntico, resulta em diferentes transformações. Seres humanos são complexos, diferentes, únicos. O grau de transformação acaba diverso, basta tentar avaliá-lo. As respostas aos estímulos educacionais são as mais diversas e exclusivas.

Sinto que, para o público em geral, a escola acaba sendo um negócio, inclinando-se nesse modo de pensar que se trata de um comércio como outro qualquer. Entretanto, o produto de venda não se encontra nas prateleiras, e nem o que é vendido é puramente material. O saber é comestível, pensava Ruben Alves, ilustre mestre da Academia Campinense de Letras. Tem sabor, dizia ele. O saber tem sabor, sim!

Reconforta o espírito. Mata a fome. “Nem só de pão vive o homem”, já ensinava o Senhor nos Evangelhos.

Como indústria, a escola se torna repetitiva, e algumas vezes o é. Quantos de nós, enquanto alunos, conhecemos professores repetitivos, com suas famigeradas “fichas sebtas”, manuseadas ano após ano, sem atualização, sem relacionamento fecundo e sem criatividade.

Algumas vezes, penso que escola, de certo modo, assemelha-se a uma orquestra, cujos instrumentos precisam ser afinados a cada apresentação e cujos músicos precisam buscar a melhor performance entre um espetáculo e outro.

Assusta-me a semelhança da escola com a indústria, especialmente com o uso de robôs, substitutos do trabalho humano. Na verdade, as tecnologias educacionais não substituem os professores, mas colocam em cheque o tradicional trabalho dos mestres. Ninguém mais se dá ao trabalho de copiar o que o professor escreve no quadro, seja ele preto, verde ou eletrônico. O celular pode fotografar o quadro.

Escola nenhuma vende produto acabado, ao contrário do comércio. Essa é uma gritante diferença. Nenhuma escola vende produtos engarrafados, empacotados a vácuo, blindados em contêiner, isolados em plástico - ainda que os jovens possam comprar pela Internet conhecimento acabado e pouco customizado.

O sucesso da escola está em receber um jovem e, ao mesmo tempo - não sem sistemáticos desafios -, inculcar nele mais habilidades, melhores atitudes e novas competências. Isso é desafiador e estimulante ao mesmo tempo.

A escola também não é um palco ou a própria peça de teatro, embora em alguns momentos os professores tenham de ser exímios artistas, especialmente os que ministram aulas em jornadas após as 22 horas. São verdadeiros “artistas de sessão mistério”, já dizia Raymundo Jurandy Wanghan, emérito professor de Língua Portuguesa, reforçando comentários de professores amigos. Se numa peça teatral não houver uma grande interação entre os atores e o público, a aceitação da encenação torna-se discutível e logo rejeitada. O relacionamento fecundo entre professores e alunos é o grande segredo da boa escola, seja indústria, comércio ou prestadora de serviços.

Tudo isto me levou a ouvir professores em enquete, por e-mail. Enviei a pergunta consoante a minha dúvida. Alguns não se bastaram a responder simplesmente como eu havia pedido: indústria ou comércio? Foram além, e me ajudaram a entender o que eles pensam, inclusive com depoimentos muito interessantes. “Escolhi comércio do saber”, como a minha expressão preferencial, registrou um deles; outro disse considerar a escola como indústria, reforçando a tese da transformação: “Estou certo que a dicotomia não responde à complexidade da relação que se opera na escola; entendo que é também uma prestadora de serviços. No caso, acaba no campo comercial”.

O ex-ministro da Educação, o colombiano de pensamento complicado, em comentário aceitável, numa das suas manifestações menos contestadas, afirmou que o mundo está exigindo uma nova escola e, conseqüentemente, um novo professor, capaz de formar um ser humano criativo e inovador, empreendedor e um contínuo

aprendiz. Domênico de Masi entende que a escola deve ensinar saber fazer, e não a ser, especialmente porque a escola deve buscar a produtividade como o grande desafio do crescimento sociopolítico. Constata-se nos dias atuais que o surgimento e o desaparecimento de tecnologias de toda natureza é algo impressionante. Surgem e desaparecem, nascem e morrem antes mesmo que as dominemos. Elas são descontinuadas e substituídas por outras. O aplicativo de internet Spotify, por exemplo, acabou com as gravadoras; o WhatsApp criou a radiografia das novidades; o Google matou a Listel, as Páginas Amarelas e as enciclopédias; a OLX destruiu os classificados de jornais. Enfim, os smartphones substituíram as revelações fotográficas, e com simples aplicativos os celulares já funcionam como “scanners”.

Para os generosos leitores deste texto, resolvi apresentar em números os resultados que colhi da enquete levada a efeito: 71% dos entrevistados afirmaram que a escola é indústria, 22% disseram que é comércio, e 7% optaram por respostas mais longas, dizendo que as escolas são prestadoras de serviços. Assim, não são propriamente indústria e nem comércio.

Se me perdi no meu pensar - confessadamente duvidoso -, por não conseguir poder afirmar, com base na enquete, que as escolas são da área comercial, obtive, entretanto, ensinamentos que muito me valeram, pois a maioria das respostas apontou para o ramo industrial, demonstrando que nem tudo está perdido no mundo escolar, e que o trabalho dos professores é reconhecido por contribuir para a construção de novos conhecimentos. Ademais, pelas observações

recolhidas, percebi que para eles a escola não é e nem pode ser uma empresa parada, estática. E que a fórmula é “menos ensino e mais aprendizagem”, coincidindo com manifestações de muitos pais, num bigdata que realizei – eles almejam mais aprendizagem, ainda que menos ensino. Dentre os iluminados professores com doutorado (doutores mesmo) consultados, um deles asseverou que “escola não é indústria e não é comércio, pois conhecimento não se vende e não se compra”.

Uma das mais interessantes respostas que me chegou foi de uma professora que, enfática, afirmou que a escola não é nem indústria e nem comércio, mas uma prestadora de serviços, onde as atividades não resultam na entrega de mercadorias, mas na oferta do próprio trabalho ao consumidor.

Isso tudo para reforçar o dito no começo, que a intimação feita pelo presidente Clóvis Carneiro ajudava-me a dizer da alegria de ver a Associação Comercial do Pará como a única entidade civil a manter em sua estrutura uma Câmara de Educação, cuja criação é de fevereiro de 1999. Nela já pontificaram como presidentes Suely Menezes – uma das maiores idealizadoras da Câmara -, Alberto Damasceno, Maria de Nazaré Melo e Silva Soares, Cláudio Noronha e este que escreve estas linhas. Nazaré Melo está novamente no cargo. As duas Nazarés são educadoras de primeira categoria.

A Câmara da ACP não é um sindicato de empregadores nem de empregados. É uma célula que discute educação escolar propriamente dita, visando à qualidade do seu labor. Reunindo

mensalmente, um dos pontos de destaque da Câmara é ressaltar o trabalho de educadores que podem servir de modelo a outros profissionais da área. Dez anos após sua criação, a Câmara passou a eleger anualmente o Educador do Ano. Já foram contempladas grandes personalidades do mundo educacional, entre os quais destaco, com reverência, a nossa querida Benvinda Monteiro de Araújo, exemplo quase centenário de vida educacional do nosso Estado, e o saudoso Manoel Leite Carneiro, exímio professor de Matemática, competente orientador de jovens que buscavam a vida universitária. A Câmara não distingue seus homenageados por segmentos do ensino. Ao contrário, junta-os em temas comuns aos interesses da educação.

Trouxe esse tema aqui não por natureza das minhas atividades profissionais, mas para registrar que a Educação está presente na trajetória da Associação Comercial desde 1899, quando criou a Escola Prática do Comércio, e depois a Escola Técnica de Comércio, em 1944.

Além da Câmara de Educação, a Associação Comercial do Pará tem quase uma dezena de outras Câmaras. Elas se somam a um conjunto de atividades que dignificam o conagraçamento de empresários, cuja inspiração em favor do progresso da economia local já atravessa dois séculos – razão deste livro de memórias.

Se com isto cumpro a intimação de Clóvis Carneiro - recebida com carinho e devotamento, repito – eis, então, minha contribuição à Associação para revigorar a memória da pioneira Praça do Comércio do Pará, do Capitão de Cavalaria Joaquim Francisco Danin, povoada agora

por associados não sem igual interesse, motivação e dedicação em favor da projeção da sociedade paraense a um patamar de progresso e desenvolvimento, a despeito das vicissitudes de dois séculos de história nem sempre pacífica.

P.S. Agora, caberá ao leitor decidir se escola é indústria do conhecimento ou comércio do saber. E, se for educador, passar a integrar a Câmara de Educação da Associação Comercial do Pará.

---

■ **Édson Franco** é educador, empreendedor do setor da educação e membro do Conselho Superior da ACP e da Academia Paraense de Letras.

# TOMEI AÇAÍ, E NO PARÁ FIQUEI!

■ EDUARDO DAHER

**C**omeço este artigo com um pedido de desculpas por ter que contar breve história de empreendedor, que inclui, é claro, minha participação na Associação Comercial do Pará. E começo contando que, ainda menino, eu pegava umas frutas no sítio ao lado da indústria de café da minha família, na cidade de São Mateus, no Espírito Santo, onde nasci, e ia à feira fazer uns trocados. Na linha do tempo, foi o primeiro sinal da minha veia de empreendedor. Por razões que só se explicam como destino, vim para este Estado acreditando que o Pará era - e continua sendo - a “terra das oportunidades”. Pensei que aqui eu teria muitas chances de prosperar. Não errei: tomei em cerveja todo o dinheiro da passagem de volta e, provavelmente, depois de tomar açaí, fiquei nesta terra maravilhosa.

Permita-me, nobre leitor, que eu entre em mais detalhes desta história. Em 1968 fui para o Rio, morar e estudar. Cinco anos depois ingressei na Faculdade de Engenharia, no Fundão - como carinhosamente é chamada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ). No

novo ambiente escolar, minha aptidão de infância aflorou e vislumbrei o negócio de apostilas. Emprestei um pequeno mimeógrafo e passei a produzir e comercializar na faculdade. Montei uma equipe, e minhas apostilas extrapolaram os limites do Fundão, chegando à PUC/RJ (Pontifícia Universidade Católica). Foi, digamos, meu primeiro grande sucesso empresarial.

Ainda universitário, consegui um estágio nas obras do Metrô do Rio, e observei que a empreiteira pagava para retirar as formas de madeira da obra. Eu sabia que uma panificadora ali perto, próxima à Central do Brasil, usava lenha. Passei, então, a retirar as formas de concreto da obra, sem custo para a empreiteira, e as vendia para a padaria. Eu não perdia chance de ganhar dinheiro.

Retornei ao Espírito Santo em 1978, já formado engenheiro civil. Comecei a ouvir as notícias de quem havia posto os pés nestas bandas do Norte. E as histórias de aventuras no Pará me atraíam muito. Inspiraram-me as ideias de adquirir terras, plantar cacau, criar gado. Um dia, sem me dar conta, deixei o carro na porta, a geladeira ligada. Larguei a boa vida da praia e me mandei para o Pará. Vim passear. Acho mesmo que tomei açaí e, como já disse, fiquei para empreender uma carreira de empresário. Sou paraense por adoção desde 1979.

Meu primeiro trabalho foi em uma serraria na Vila do Arraia, hoje cidade de Jacundá. Após alguma experiência com madeira, fui para Tomé-Açu, onde comecei a atuar na cacauicultura, construindo secadores de cacau. Tudo o que sei dessa área, aprendi aqui. Os seca-

dores tornaram-se conhecidos em todo o Estado, tanto pela excelente qualidade quanto pelo custo mais compatível com a realidade da lavoura cacaueteira paraense, que começava a se desenvolver.

Em 1981 entrei no ramo metalúrgico, um setor completamente desconhecido para mim. Estabeleci a empresa em Ananindeua para fabricar estruturas metálicas demandadas pela construção civil. Foi o primeiro passo da comercialização de aços laminados.

Na década seguinte entrei na pecuária. Como lazer, comecei com uma fazenda de búfalos em Moju, sem ter nenhuma experiência com esses animais. A bubalinocultura tornou-se uma paixão. Fui destaque criando um búfalo recordista nacional de ganho de peso, o “Xbúfalo da SI”, que atingiu 430 quilos em 360 dias. Ganhei prêmios e reconhecimento como melhor criador brasileiro da raça de bubalinos murrah.

Na mesma fazenda montei um laticínio, que foi destaque no programa Globo Rural (TV Globo) pela qualidade dos queijos. Lancei o queijo Kakuri, até hoje no mercado, um produto de alta qualidade desenvolvido com tecnologia de ponta. Fui ao Paquistão, Índia, Argentina, Venezuela, Colômbia e outros países para participar de congressos e aprender a lidar melhor com esses animais. Em 2013, uma nova guinada: ousado, investi em um novo ramo de negócios e, novamente, sem ter conhecimento e nem afinidade técnica na área: vendi a fazenda e passei a atuar na área da saúde.

Hoje, com minha esposa, três filhos e quatro netos, divido o tempo entre as atividades na Paratruck (loja de peças para caminhões), em Marituba, e a Top Nefro (clínica de hemodiálise), em Ananindeua, que

já é referência regional em atendimento de pacientes renais, e a recém-inaugurada Gold Nefro, em Belém.

Viajei novamente pelo Brasil e o mundo em busca de conhecimento e experiências exitosas. Aproveitei uma viagem de passeio e visitei uma clínica de hemodiálise nos Estados Unidos, onde vi um robô que produzia oxigênio para os pacientes. Copiei essa tecnologia, e hoje somos pioneiros no Brasil usando esse equipamento.

Essa trajetória foi dignamente reconhecida com sete prêmios e homenagens: “Top de Marketing” da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil / Seção Pará - ADVB (1999); reconhecimento da Associação Paraense de Criadores de Búfalo, pelo relevante apoio à bubalinocultura do Pará (2002); homenagem do Governo do Pará pelo “uso de tecnologia na bubalinocultura, e pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da base produtiva do Pará” (2003); “Melhor criador brasileiro da raça de bubalinos murray” (2005); “Prêmio ORM / ACP”, em reconhecimento pela qualidade dos queijos de leite de búfala produzidos pela Kakuri (2007); título de “Cidadão Paraense”, concedido pela Assembleia Legislativa do Pará (2013), “pelos bons serviços prestados ao Estado”; “Empresário do Ano”, outorgado pela Associação Comercial do Pará (2013).

Acabei chegando à Associação Comercial para viver o momento histórico dos 200 anos da instituição. Na ACP encontrei amigos que se transformaram em verdadeiros mestres. Oziel Carneiro, Oswaldo Tuma, Altair Vieira, Oswaldo Mendes, Roberto Massoud não passaram sem deixar fortes marcas na minha vida associativa. Tive oportuni-

de de participar de acalorados debates sobre temas primordiais para a Associação, que depois de votados se transformaram em ideias da Casa, apoiadas por todos, defendidas com garra e união.

A ACP é uma organização de classe, que tem destaque no âmbito da sociedade por ser independente, pois não recebe qualquer recurso do governo e, por isso, mantém sua integridade institucional e autonomia política para defender as empresas, de acordo com os preceitos dos estatutos.

Embora eu tenha participado do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e da Federação das Indústrias, avancei no associativismo na Associação Comercial, tendo entrado pelo Conselho de Jovens Empresários (Conjove) - plataforma onde se formam novas lideranças e se aprende a substituir os mais velhos na missão tão nobre, idealizada há dois séculos, de contribuir para o desenvolvimento do comércio e defender os valores e virtudes da economia paraense, os interesses dos empreendedores.

O Conjove, para mim, foi uma grande escola. Fui o primeiro membro jubilado do Conselho ao completar 40 anos de idade, teto permitido para os associados se manterem no organismo. Pular fora do barco não quer dizer abandonar a Associação. Muito pelo contrário. Na verdade, abre-se uma vaga para os mais novos ocuparem o espaço. E lá vamos nós, os mais velhos, automaticamente, migrando para o quadro de sócios, conforme regra que, um dia, sabiamente, a Assembleia Geral acrescentou aos estatutos da instituição, permitindo a natural transição.



Meu filho Leonardo segue meus passos na ACP e, atualmente, preside o Conjove, aonde chegou graças aos seus méritos de empreendedor. Posso dizer, com orgulho, que Leonardo é um empresário mais bem sucedido do que eu.

Saí do Conjove e fui convidado a integrar a diretoria da ACP. Gostei tanto da instituição que não perdi uma só reunião da diretoria, à época presidida por Oswaldo Tuma, tendo como diretores Altair Vieira, Joaquim Borges Gomes, Oziel Carneiro. Um time que fazia das reuniões, muitas vezes, palco de grandes embates - acalorados, sim, porém civilizados, onde todos tinham liberdade para opinar e defender suas ideias e opiniões, fossem as mais divergentes. Tudo terminando sem resquícios ou rancores.

Sem almejar maiores cargos, agindo apenas com o intuito de ajudar a instituição, onde sempre fui extremante respeitado, já ocupei a vice-presidência. No atual mandato (2018–2020), estou diretor administrativo-financeiro.

Por tudo que a ACP representa, sob seu “guarda-chuva” abrigam-se comerciantes, prestadores de serviços, produtores rurais, empreendedores dos mais diversos segmentos, inclusive dos setores da educação, saúde e estética. Sob a bandeira de uma atuação liberal, de respeitabilidade e união permanentes, a ACP haverá de continuar sua trajetória de vitórias em favor do progresso social e do desenvolvimento econômico do Estado.

Que o nosso quadro associativo renove-se sempre, e acolha também os pequenos empreendedores, para terem vez e voz nesta Casa republicana e independente, protegendo, de maneira linear e justa, todos os que se dedicam ao comércio, num exercício de desenvolvimento coletivo. Finalizo, lembrando-me de minha mãe, que repetia esta máxima, certamente adequada aos princípios que, na prática, vive-se na ACP: “Junte-se aos melhores, e serás um deles”.

---

■ **Eduardo Daher**, empresário do setor da saúde, é Diretor Administrativo-financeiro da Associação Comercial do Pará.





## SONHOS E CONQUISTAS

■ FÁBIO LÚCIO DE S. COSTA

*“... Era uma tarde de um sábado de abril quando homens da sociedade belenense se reuniram na sobreloja do antigo casarão - misto de comércio e moradia, na Rua da Paixão e Formosa (hoje Treze de Maio), canto da Travessa Sete de Setembro (antiga Rua do Pelourinho) -, após o evento no Paço, quando o então Conde de Vila Flor, chegado recentemente da Bahia, dava as boas-novas da carta de autorização do Rei de Portugal para a criação da Praça do Comércio, aos moldes da Praça de Lisboa”.*

**A**crônica memorialística da Associação Comercial do Pará começa assim, com esse registro curto, simples. Nada foi do dia para a noite. Como tudo que se edifica a partir de pensamentos diversos, a antiga Praça do Comércio tornou-se uma instituição que agregou, desde a primeira hora, expoentes do comércio e investidores imigrantes, que arriscaram tudo para prosperar. Eram também pequenos produtores rurais, jovens entusiastas dos valores corporativos e associativistas, letrados nas boas academias e escolas europeias, que ao seu tempo deram tudo de si para viabilizar casas de aviamentos, de secos e molhados, casas de câmbio e muitas outras atividades mercantis.

Eles foram além de seus limites, motivados pelo imenso desejo de ver o sonho se tornar realidade. Trajetória de extraordinárias jornadas de “regatões” que povoaram os rios da Amazônia, e não menos

longas caminhadas de mascates, hoje chamados de “vendedor porta a porta”, ou pejorativamente de “prestação”.

O pioneirismo reveste-se de audácia e de sentimentos de conquista que movem o tempo das gerações. A ocupação e o progresso do Norte do Brasil foi obra de homens e mulheres vindos de distantes destinos, gente de além-mar, de outros “brasis”. Realizações também de quem aqui nasceu descendente dos imigrantes que enfrentaram um quase nada. Realizadores de sonhos, que edificaram fortunas forjadas nas lutas de seus destinos.

Foram empreendedores que, a par dos negócios e do cotidiano familiar, dedicaram-se a uma causa comum: construir o destino de uma cidade expoente, com comércio crescente, numa região imensa e desconhecida, cheia de desafios, que a Coroa Portuguesa, mesmo com seu poderio colonizador, não conseguia, de fato, enfrentar. Uma cidade conectada com o mundo. E assim fizeram, estabelecendo uma intensa relação comercial com a Europa e a América do Norte.

A história avança. Vieram as lutas por liberdade e direitos, as revoluções do império brasileiro - o Grão-Pará viu uma das mais violentas, a Cabanagem - que criaram um novo contorno político.

Aconteceram os embates pela República. Crises mundiais, incluídas as grandes guerras. Apesar de tudo que marcou a história política e econômica do Pará e da Amazônia, cujos efeitos ainda se sentem no presente, nunca se desistiu desta entidade, a Associação Comercial do Pará.

Belém e as regiões distantes da capital devem muito ao protagonismo empreendedor de todos aqueles que, dia a dia, plantaram para vender, representaram marcas e produtos, difundiram a modernidade



que as revoluções tecnológicas e as boas invenções trouxeram para o nosso mundo de necessidades.

Já no século XIX queríamos ser mais do que um simples destino de exploradores, investidores e pioneiros. Queríamos ser uma metrópole. No limiar de seu primeiro século, nos anos 1920, a Associação Comercial do Pará já dava ao Brasil, e ao mundo, ainda constricto ao comércio de bens e consumo, seus primeiros grandes nomes.

De Belém saiu a primeira grande amostra das riquezas amazônicas para a Feira de Turim, na Itália. Já era o expansionismo parauara tomando forma. No cais do porto chegavam, a cada subida da maré, os grandes cargueiros.

O território da cidade precisava crescer, e uma breve reunião na Associação Comercial define que os comerciantes proprietários dos terrenos à beira do rio ou da baía permitirão que suas propriedades se tornem parte da cidade. Quebram-se as cercas e os muros. Nasce o que mais tarde se chamou, à francesa - e que de fato foi -, de “boulevard”. O traçado paisagístico original, vizinho ao Ver-o-Peso, infelizmente deu espaço para outra paisagem, sem dúvida empobrecedora da imagem urbana à beira da Baía do Guajará.

O intendente Antônio Lemos idealizou fazer de Belém uma cidade europeia. A Belém da Belle Époque, com bosques e praças. Realidade de uma era de prosperidade. Da fortuna dos “barões da borracha”, a cidade viu surgirem nas esquinas e quarteirões os palacetes, boas e imponentes moradas, que se replicaram também nas quintas e balneários.

Foi nesse tempo que surgiram os bondes a cruzar largas avenidas sombreadas de mangueiras, retratadas na obra de Dalcídio Jurandir.

Foi também assunto dos pasquins da época o pioneirismo que deu à cidade iluminação pública – a energia elétrica que haveria de levar Belém a uma vida de tempos mais modernos.

Mas o projeto de urbanização e modernização de Belém sofreu o debacle da crise da borracha, e os embates políticos entre “lauristas” e “lemistas” encarregaram-se de agravá-lo. Foi uma feroz disputa entre Antônio Lemos, o intendente da capital, e Lauro Sodré, o governador do Estado.

Viramos páginas já tendo perdido alguns dos eméritos fundadores da Associação Comercial, que contribuíram para as conquistas daquela época memorável. Em cada instante da transformação social, econômica e política do Estado vê-se a marca indelével da ACP, entidade de vanguarda, além de seu tempo.

O comendador Pimenta Bueno, um nome de escol entre nossos membros, é um exemplo de grande benfeitor daquela época.

O tempo que algo nos tira, é o mesmo tempo que nos dá novas oportunidades e revela personagens.

E sempre haverá quem vivencie uma nova era. Foi assim que se viveram aqui os ecos da Revolução Industrial; a projeção do capital e do trabalho; os investimentos no aparelhamento da cidade, nos bairros industriais, na modernização do comércio. Edificaram-se as sedes sociais, as instalações públicas, os clubes campestres. Tudo que deu mais vida à sociedade.



Foram nossos antepassados empreendedores que edificaram o “Palácio do Comércio”, nos anos 1930, ocupando ponto privilegiado no início da antiga Avenida 15 de Agosto (uma homenagem à Adesão do Pará ao Brasil Independente). Fato indispensável à história, pelas razões que conhecemos, a ACP viu a avenida passar a ser chamada de “Presidente Vargas”, com seu longo percurso acolhendo a devoção e a fé dos romeiros do Círio; com as suas esquinas, praças e monumentos, alguns ainda com a beleza daqueles tempos. E edifícios que foram palcos das visões de futuro da Associação – falo da própria sede da Associação, do Museu e da Escola que a entidade instalou nos elegantes prédios que compõem a paisagem da Praça da República.

No “Palácio do Comércio”, se um visitante cerrar levemente os olhos por alguns instantes, sabedor do que ali ocorrera, ouvirá a música da época, verá casais bailando em animados saraus. No Salão Nobre, ainda com o piso original de madeira de lei, sentirá os passos de vultos históricos, e na imensidão de vão livre ouvirá vozes, que ecoaram nos momentos em que a entidade se fez ouvir ou foi chamada a se pronunciar em defesa do Pará e de seu povo.

A Segunda Guerra nos pôs no limiar do Brasil em que vivemos atualmente, rodeados por um turbilhão de questões políticas, econômicas e sociais, não só no Pará. Quando questões primordiais pululavam na agenda da instituição, na passagem de seus 150 anos, a Associação Comercial do Pará era, com a atuação de José Dias Costa Paes e Antônio Martins Júnior, quase uma embaixada dentro da capital.

Cada um ao seu modo, tendo os dois vivido um mesmo tempo, impeliram Belém e o Estado ao futuro.

Entre os muitos personagens de renome do mundo empresarial e político que presidiram a ACP, destaco ambos. Eles se dedicaram à Companhia de Eletricidade do Pará, custeando a empresa com seus próprios meios para que a energia não faltasse aos bele-nenses. Dias Paes construiu prédios, expandiu seus negócios e foi também um filantropo, assistindo a várias instituições de caridade de Belém. Martins Júnior fez da política sua bandeira, defendendo o livre comércio na região amazônica. Numa passagem emblemática pela tribuna do Senado Federal, por horas a fio narrou sua epopeia de ir até o governo da Guiana Francesa adquirir reservas em ouro, com contrapartida ao seu imenso rebanho de gado de corte, empenhando tudo na Casa da Moeda do Brasil, para equilibrar os investimentos do Governo no Estado do Pará e em outras regiões brasileiras. Foi no mandato dele que se construiu o anexo da sede da Associação.

Era um tempo de audácia! Outros tempos! E personagens como os dois ex-presidentes – a despeito de tantos outros que se doaram com dedicação e assiduidade a esta entidade – serão sempre bons exemplos.

A Associação Comercial do Pará, na sua pluralidade, fez o tempo avançar. Desejamos que a entidade replique o empenho histórico, que atravessa 200 anos, e consiga continuar construindo, edificando e contribuindo para consolidar um mundo mais justo, mais igualitário, com mais possibilidades de todos conquistarem seus sonhos.

A Associação Comercial do Pará, com pensamento plural, tem os caminhos para ações que permitirão dar continuidade à conquista dos nossos objetivos associativos e empresariais. Que vivamos o hoje, intensamente, vislumbrando o amanhã que não tarda a chegar.

---

■ **Fábio Lúcio de S. Costa**, empresário do setor de seguros, ex-presidente da ACP, preside atualmente a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa).





# HISTÓRIAS DE UM LÍDER

■ FARID ANTÔNIO RAAD MASSOUD

**A** maioria das histórias publicadas neste livro é recheada de casos pessoais. Isoladas, poderiam não ter relevância, e a publicação não seria objetivo da obra, sendo importante tão somente a história da Associação Comercial do Pará e de seus personagens. Conectados, entretanto, os relatos compõem um mosaico de ricos acontecimentos sobre o empreendedorismo e o associativismo paraenses. Alguns, bem curiosos, outros prosaicos, alguns comuns. Mas todos importantes. Coisa de dois séculos. Uma sucessão de eventos não pouco custosos desde a criação da Associação da Praça do Comércio do Pará, em 1819, assim como foram também custosos os empreendimentos desses personagens.

Relutei expor a minha própria história. Mas sem negar que já me considero um dos atores da ACP, decidi assinar estas linhas homenageando meu pai.

A rigor, minha participação é herança, igualmente a de um grande número de associados cujos pais, irmãos e tios tornaram-se mem-

bros da entidade. São histórias de lideranças, lutas, sacrifícios e desafios. E de sucesso, é claro!

Minha família é de comerciantes e construtores liderados por Roberto Massoud e meu tio Charles - sociedade fortalecida pela harmonia e fidelidade que ambos repassaram aos descendentes. Somos gratos por isso. Roberto casou-se em 1964 com Yoland, e dessa união nasceram quatro filhos: eu, o primeiro; Rolando, advogado; Rommey, arquiteto e formado também em Administração e Engenharia Civil, e Richard, engenheiro civil.

Um dia, minha mãe decidiu que o filho mais velho, embora com 14 anos, iria trabalhar na Rofama para ganhar experiência e aprender ter responsabilidade. E assim aconteceu. Fiz de tudo um pouco na loja da família, como um empregado comum, sem regalias de “filho do patrão”.

E da empresa nunca mais saí, seguindo novo conselho de dona Yoland Raad Massoud. Entrei na faculdade de Engenharia Civil e fui estagiar na Construtora Almirante, sob a orientação de Geraldo Tuma. Ao me formar, novamente minha mãe me chamou: - Vá assumir sua responsabilidade na empresa da família, para dar seguimento a tudo que foi conquistado com muito trabalho! Retornei à Rofama e, simultaneamente, assumi algumas obras, incluindo a construção da nova loja da Rofama, em 1990.

Comecei a vida associativa no Sindicato de Material de Construção, onde entrei por sugestão de meu pai e de meu tio. Ocupando a presidência, com o apoio de muitos companheiros, executamos ações

maravilhosas de incremento do setor, destacando-se a Feira Norte de Materiais de Construção (Fenomarc) montada em Belém. Fui conselheiro do Sesc/Senac. E à ACP cheguei por intermédio de Sérgio Bitar, então presidente, de quem fui vice no segmento Comércio.

A Associação não era total novidade para mim, tendo acompanhado meu pai, quando presidente, a muitos eventos. Mas eu era um “ilustre desconhecido”. Uma vez membro da diretoria, eu compreendi que tinha muito a contribuir com a Associação, seguindo os passos de Roberto Massoud. Vivenciar por dentro uma entidade com trajetória grandiosa, povoada por pessoas de diferentes pensamentos que, no entanto, formam um conjunto uno. Isso, certamente, contribuiu para minha formação empresarial. Considero a ACP uma escola. Participo também da Federação do Comércio (Fecomercio), da qual fui vice-presidente, na gestão de Sebastião Campos.

Essas experiências fizeram-me ver que a vida empresarial é difícil, porém prazerosa. Todo dia um desafio para enfrentar o mercado. Mas, a maior escola foi a do meu pai e de meu tio.

A vida de todas as pessoas citadas neste livro – gente digna de homenagem, por acumular contribuições importantes - foi marcada pela Associação Comercial. O elenco é notável. Eu dispensaria falar de meu pai, mas é justo o registro, tendo ele empreendido uma carreira de empresário e líder amplamente reconhecida pela sociedade paraense.

Meus avós paternos, Farid e Sassoul Massoud, vieram do Líbano no início do século passado. Papai estudou o Científico no Colégio Paes de Carvalho, e se formou contador pela Escola Técnica do Comércio

– a famosa escola da Associação Comercial. Formado economista em 1952, na primeira turma da Faculdade de Ciências Econômicas do Pará. Trabalhou na loja de tecidos da família. Já sócio em 1948, ele expandiu os negócios e levou a empresa para o Acre, Amazonas e Amapá, e com o irmão Charles, então recém-formado engenheiro civil, em maio de 1957 fundou a Rofama Ferragens S.A.

Meu pai revelou-se um líder a partir de 1964: foi vice-presidente do Clube de Diretores Lojistas, sendo depois presidente por três mandatos; fundou e foi o primeiro presidente da Federação das Associações Comerciais e Agropastoris do Pará (Faciapa); por três mandatos foi vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, e fundou e presidiu o Clube Monte Líbano, em Belém.

Sua passagem pela Associação Comercial do Pará, nos anos 1980, ajudou a construir o capítulo contemporâneo da instituição. Sempre atuante e inovador, reformou a sede social e resgatou a festa “Natal da Associação Comercial”, dedicado a pessoas carentes. No mesmo período, a Associação concedeu o título de “Empresário do Ano” a Rômulo Maiorana (1980); Altino Tavares Pinheiro (1981); Joaquim Marques dos Reis (1982); Antônio da Silva Fidalgo (1983); Oswaldo Mendes (1984) e Miguel Rodrigues Bitar (1985). Em 1984, a ACP criou a distinção de Exportador do Ano, outorgado à Indústria Madeireira Araguaia. Em 1989, o agraciado foi Jorge Mutran, exportador de castanha-do-pará.

Ao falecer, a 26 de março de 2015, aos 86 anos, já havia construído uma história digna no comércio, deixando um legado de muita

luta, trabalho, superação e foco no futuro. Da sua biografia é impossível descartar as virtudes: apesar de trabalhar intensamente, encontrava tempo para receber os amigos, trocar ideias, oferecer uma palavra de apoio. Era viciado em informação – lia jornais e revistas diariamente; estava “antenado” aos acontecimentos econômicos e políticos do Pará, do Brasil e do mundo. E assim era um interlocutor sempre bem informado, capaz de enfrentar qualquer debate com seus pares, políticos, governantes, jornalistas. Ilustrava suas conversas sobre empreendedorismo com estas duas frases recorrentes:

*“O lojista é um prisioneiro de portas abertas”.*

*“O empresário que vive de um só negócio, não tem visão de futuro”.*

E não eram apenas palavras. Vivia suas convicções na prática. Diversificando as atividades empresariais, investiu na agropecuária e foi sócio-diretor das Fazendas Jutáí. E em 1991 criou a RFM Engenharia e Imobiliária.

Tudo isso foi reconhecido como grande valor da família e do empresário. E a sociedade soube reconhecê-lo, homenageando-o com títulos honoríficos, medalhas e diplomas de entidades públicas e civis. Recebeu o Diploma de Lojista do Ano (1974), Medalha Francisco Caldeira Castelo Branco (Prefeitura de Belém, em 1983); Medalha Visconde de Mauá, da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Diploma e Medalha do Mérito Comercial, da Federação Comercial do Pará (1984). Em 1997, a própria ACP concedeu-lhe o título de Empresário do Ano.



Do Exército e da Aeronáutica ele recebeu várias condecorações. No âmbito da Marinha, cujas relações se estabeleceram por razões imprevisíveis, não sendo do meio, foi presidente nacional da Sociedade Amigos da Marinha – Soamar, sediada no Rio de Janeiro.

As histórias de Roberto são de um líder autêntico - fonte de orgulho da família Massoud, assim como as de dezenas de outros membros da Associação Comercial são para outros grupos familiares, que construíram uma trajetória de sacrifício, ousadia e sucesso. Todas ecoam, ainda hoje, no Palácio do Comércio, tendo marcado de forma indelével a trajetória recente da instituição.

---

■ **Farid Antônio Raad Massoud**, engenheiro e empresário do ramo de materiais de construção, é 2º vice-presidente da Associação Comercial.

# NOSSO PAPEL NA HISTÓRIA DO PROGRESSO

■ FERNANDO SEVERINO

**A** fundação da Associação Comercial do Pará antecedeu em três anos a independência do Brasil, sinalizando a relevância do papel que o associativismo haveria de exercer nos anos vindouros. Nesse sentido, o consciente do meio empresarial demonstrara maturidade para compreender que o avanço socioeconômico prescindia de organização e estratégia para ser alcançado. E que adversários do progresso, presentes em toda a história humana, agiriam também organizadamente para adiá-lo.

Nenhuma classe ou profissão possui a exclusividade do adjetivo “empreendedor”, e a nossa Casa, a Associação Comercial, tem uma ampla representação - para além do que é ser empresário. Assim, estão alinhados à razão de existir da Associação Comercial todos os indivíduos que, saudavelmente, não perderam a capacidade de se indignar com tudo que obstaculiza a atividade econômica e, por consequência, cria adversidades ao emprego, à dignidade humana e à qualidade de vida do povo.

Em verdade, os empresários, além de muito sonhar, agem para criar e transformar uma realidade evolutiva. Não necessariamente são instruídos ou afortunados, mas estão sempre imbuídos de comportamentos que visam à evolução da sociedade como um todo, e não apenas de algumas classes. São os que caçam oportunidades, que se autoimpõem metas ousadas, calculam riscos, buscam informações, planejam e monitoram. Enfim, são os que persistem em não desistir dos propósitos que escolheram para si, pois são líderes de seus destinos, sendo otimistas de nascença.

Nestes 200 anos, não foram poucos os progressos que empreendedores proporcionaram por intermédio da Associação Comercial do Pará, a despeito de grandes choques e transformações do século XIX: independência em 1822 e a Constituição de 1824; a custosa Guerra do Paraguai e as revoluções separatistas; a queda da monarquia e a crise do início da República.

Esses acontecimentos não impediram que o Brasil se tornasse o campeão do mundo em crescimento, no século XX. Embora a abolição da escravatura tenha vindo tardiamente, sua efetivação propiciou ambiente favorável à atividade econômica, como previsto por Bezerra de Menezes.

No encerramento do século XX, olvidamos, infortunadamente, as virtudes de grandes estadistas dos últimos dois séculos, como Dom Pedro II e Juscelino Kubitschek. E nos permitimos flertar com o populismo. No início do século XXI, afrontamos a lógica do progresso e o citado flerte político ganhou novas proporções, permitimo-nos debandar para

o lado perdedor da Guerra Fria, mesmo tendo a história já provado seu fracasso. Por isso, nas últimas décadas, visualizamos que nosso país impôs grandiosos obstáculos ao seu próprio desenvolvimento.

Por conseguinte, naquilo que nos é pertinente como associação de empreendedores - como se não bastasse a elevadíssima carga tributária - somos contemplados com o mais complexo sistema de tributos do mundo, e com o pior retorno de impostos em prestação de serviços públicos. Possuímos uma legislação trabalhista que incentiva a lide entre os que geram riquezas e impõe obstáculo ao direito do emprego, como se dele não precisássemos. A jocosa política fiscal nos emparelhou a pagar cerca de R\$ 1,2 bilhão por dia somente para liquidar juros da dívida pública, tirando-nos toda a capacidade de investimento em infraestrutura, saneamento, moradias. Enfim, dignidade!

O Brasil tornou-se um país avesso ao capital, como se este fosse a razão do mal, quando justamente é sua ausência que o causa. O país se tornou um ambiente de negócios inóspitos, com regulamentações e burocracias extravagantes, que erguem e mantêm oligarquias proibitivas da competição e do livre mercado.

Assim, como no mercantilismo da Europa do século XVIII, o Estado absolutista brasileiro é hoje maior que sua Nação. A obra “Brasil Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, psicografada por Chico Xavier (ditado por Humberto de Campos), no já distante ano de 1938, parecia predizer o destino do Brasil:

*“... a triste organização do homem econômico da filosofia Marxista, que vem destruir todo o patrimônio de tradições dos que lutaram e sofreram no pretérito da humanidade, as*

*medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e morticínio, não elimine o altar de esperanças da pátria. Que o Capitalismo, visando à própria tranquilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, e incentivar com seus largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia universal”.*

Nas últimas décadas, o nosso patrimônio de tradições, como a família e seus valores, sofreu gravíssimas perdas sem que os empreendedores de todas as classes e profissões tomassem medida de repressão. Em 2018 alcançamos 62 mil homicídios, superando as guerras contemporâneas mais sangrentas. O bem da coletividade não é devidamente representado nas instituições, cujos comandos são, geralmente, concedidos a lobistas.

O Capitalismo e o Liberalismo Econômico, únicos modelos da história a proporcionar a superação da miséria, quando propriamente aplicados, são ainda execrados em nossas universidades, que por seu turno manipulam massas, induzindo-as a se revoltarem contra o mundo produtor que as alimenta, e ao mesmo tempo, excluí-los do mercado com o inútil ensino que lhes é oferecido. Chegamos muito perto da “venezualização”, e não obstante o exemplo do país vizinho, ainda encontramos relevante parcela da população desejando um Estado grande, falido em todas as tristes experiências no mundo, e já insolvente no Brasil.



Ainda reportando ao texto de Chico Xavier, restou-nos o altar das esperanças pátrias, e a última oportunidade de tornar a virtude mais ousada que o mal.

O Brasil produtor acordou. E, em Belém, esse despertar teve início nesta Casa de Empreendedores, na Associação Comercial. Estamos imbuídos do propósito de defender o livre mercado e os valores olvidados, pois só assim devolveremos a dignidade da liberdade, da livre iniciativa, do emprego e da geração de riquezas, contribuindo para o desenvolvimento moral e intelectual de nossa Nação.

Por fim, cumpre apontar que as decisões inconsequentes das últimas décadas modificaram a “psicosfera” de nosso país. Pagamos dos nossos bolsos a entrega da Amazônia; admitimos o estado de colonizados e escravos mentais que nos distanciam das riquezas que nossa natureza exuberante proporciona. Incitamos a libido precoce de nossas crianças com uma dita cultura chula, que as emburrecem, roubando-lhes a inocência e o futuro. Todavia, a estagnação moral e econômica que hoje vivenciamos serviu para maturar nossas consciências. Mais do que otimista e persistente, o brasileiro é altruísta e generoso. Isso nós dá esperança de que venceremos a miséria material, intelectual e de valores. A nossa natureza gregária nos uniu na Associação Comercial para esse papel.

---

■ **Fernando Severino**, empresário, é primeiro vice-presidente da Associação Comercial do Pará



# CONTRIBUIÇÃO À RELIZAÇÃO DE UM SONHO

■ ISAN ANIJAR

**A** Associação Comercial do Pará (ACP) tem contribuído para o desenvolvimento do associativismo do Estado e do País, integrando a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). A ACP é a segunda instituição do gênero, tendo surgido com o nome de “Praça de Comércio do Pará” em 3 de abril de 1819, dois anos depois da “Praça de Comércio da Bahia”. Sua trajetória de 200 anos tem sido de constante e decisivo impulso ao progresso do Pará, ajudando muitas empresas a alcançarem o sucesso.

Quando deixou de ser “Praça de Comércio”, passando a se chamar Associação Comercial do Pará (ACP), em 19 de maio de 1899, a entidade começou a ocupar papel de destaque no cenário nacional. Seis dias antes foi criada a Escola Prática de Comércio, mais tarde Escola Técnica de Comércio. Criados no âmbito da Associação, o Museu Comercial do Pará, a Escola de Química Industrial e a Bolsa de Mercadorias do Pará deram valiosas contribuições à classe empresarial. Derramaram uma torrente de conhecimento, informação, política e cultura empresarial.

Quantas empresas irrigaram suas trajetórias com a boa água dessa fonte? A família Anijar tem nítida certeza que essa virtude da ACP está presente na Marmobraz – testemunha de grandes acontecimentos nos últimos anos.

A prática comercial que o mundo conhece hoje é resultado da evolução da sociedade, que experimenta avanços e conquistas à luz de estudos, formulações, ensinamentos, aprendizados e aperfeiçoamento constante, desde que o homem se viu em comunidade para equacionar suas necessidades. Do Velho Mundo ao Novo Mundo; do Oriente Médio à Ásia, a história tem atravessado mares e oceanos, em ondas de desenvolvimento. Foi assim desde que o homem das cavernas descobriu o fogo e a agricultura.

Quando a ACP foi criada, o mundo passava por uma dessas ondas da indústria. O comércio haveria de se alterar profundamente com o fim da Idade Medieval. Os pressupostos da Revolução Francesa e do Iluminismo se encarregariam de redesenhar as relações humanas e uma nova compreensão do mundo. A máquina a vapor mudaria as manufaturas – as mãos humanas deram lugar à máquina. Uma revolução. Os transportes em terra e mar mudariam radicalmente. Energia elétrica. Novas e profundas mudanças. A qualidade de vida avança. A vida doméstica seria outra, com mais conforto. As cidades mudariam também. A invenção do telégrafo, e depois do telefone, ampliariam as comunicações e alterariam para sempre as relações sociais. O comércio conheceu outros tempos. E Belém não estava fora desse cenário.



Hoje, a indústria vive a Revolução 4.0. Tecnologia da Comunicação; o Big Data determinando os processos que, no entanto, não descartam o associativismo que, no passado recente, surgiu como uma necessidade consequente de tudo isso, embalado pelo capitalismo industrial e pelo comércio em larga escala.

As notícias da época da criação da “Praça de Belém” dão conta de uma Baía do Guajará congestionada de navios mercantis demandados da Europa e da América do Norte, num frenesi que exigiu “pôr ordem” no embarque e desembarque. Eis uma das razões da existência das entidades.

O Pará, especialmente a Belém dos oitocentos, haveria de desfrutar das mudanças empreendendo um comércio intenso com as mais importantes metrópoles do mundo.

Os direitos comerciais ficaram cada vez mais sofisticados, complexos, e a ACP moldou-se à realidade. É uma prática comum até hoje. Em toda a sua trajetória, a Associação ajudou a construir os novos tempos da indústria e do comércio paraenses apoiando numerosas e variadas iniciativas, inclusive incentivando a formação, qualificação, especialização e atualização profissional. Nessa batida surgiram mais recentemente os Conselhos (Conjove e o CME – Conselho da Mulher Empresária), a Universidade Corporativa e as Câmaras Setoriais.

Nossa empresa, a Marmobraz, acompanhou essas ondas da ACP, e agradecemos o apoio, o estímulo e a contribuição que recebemos mediante o reconhecimento do espírito empreendedor da nossa família. No início, era só uma pequena marmoraria na Travessa São Pedro, Bairro da Campina – diga-se de passagem, quando as marmorarias



atendiam primordialmente à demanda dos cemitérios. O empreendedorismo de Salomão Anijar, meu pai, transformou a pequena empresa em uma iniciativa inovadora, fornecendo produtos para os segmentos residencial e empresarial. Foi um passo essencial.

O começo foi muito difícil, como toda iniciativa pioneira, o que levou um sócio a se retirar do negócio em 1974. Mas as dificuldades do começo não venceram a determinação de Salomão. Com a ajuda dos filhos – eu, então com 13 anos de idade, e Iran, com 17 (Ivan era geólogo e, nessa época, trabalhava na Petrobras) -, meu pai decidiu apostar na inovação, e em 1978 mudou a loja para a Rua dos Pariquis (Bairro da Cremação), onde até hoje está instalada a Marmobraz.

Dois meses antes do falecimento de Salomão Anijar, em 1983, Ivan deixou a Petrobras e uniu-se aos irmãos na condução da empresa. Além de Isan e Iran, juntou-se também nossa irmã Vanei, sob o comando da matriarca Waldomira Palmeira Anijar. A formação de Ivan em geologia ajudou muito na descoberta de jazidas de granito, o que deu origem à Brilasa S/A, empresa dedicada a explorar e beneficiar granito totalmente em Belém, para exportação. Um feito inédito no Norte do Brasil.

Este foi um período marcante na expansão da Marmobraz, que ampliou ainda mais sua atuação no mercado, abrindo novas frentes, principalmente em função do bom relacionamento dos sócios com arquitetos, engenheiros e todo o segmento da construção civil, dando origem a novos produtos e negócios em outras áreas construtivas. Hoje, a empresa tem sua marca inscrita em diversas obras de grande porte em Belém: Aeroporto Internacional, Estação das Docas e shoppings centers.



A trajetória da empresa tem sido ascendente, diversificando as atividades e aprimorando sua especialidade. Em 1985, criamos a Granamazon, em Manaus, para atender às obras mais importantes do Estado do Amazonas, entre elas o Hotel Tropical e o Amazonas Shopping. Em 1994 instalou-se em Brasília, onde realizou grandes obras, como o Park Shopping, Hotel Kubitschek Plaza, Manhattan Flat e Meliá.

Em 2001, a empresa chegou a São Paulo com a Glass Mosaic, destinada à importação de pastilhas e porcelanatos da Espanha, Itália e China. E em 2004, criou a Galeria M, loja de móveis de alto padrão. Atualmente, a Marmobraz conta com um vasto mix de produtos de mármore, granito, revestimentos, móveis, louças e metais. Marmobraz é uma marca consagrada na história empresarial paraense. O sucesso do grupo se deve, portanto, ao espírito empreendedor da família Anijar, firmemente alicerçado em quase meio século de muito trabalho, honestidade e respeito aos seus clientes e colaboradores. E somos gratos a todos que nos acompanharam e nos cercaram. Algumas pessoas foram muito importantes para nós: José Fragoso Rei, Romulo e Déa Maiorana, Constantino Maciel Ferreira, Paulo Chaves e Aurélio Meira.

Espelhamo-nos, sobretudo, no homem devotado ao trabalho que nos legou essa história, o nosso pai, Salomão Anijar. Após sua ausência, contamos com a presença sempre inspiradora e fortalecedora de nossa querida mãe, Waldomira Palmeira Anijar. Hoje, a empresa é conduzida por mim e meu irmão Iran, com a participação dos meus filhos Meg Anijar Bezerra, Paola Chaves Anijar e Salomão Chaves Ani-

jar – a terceira geração à frente da empresa. Assim, o espírito familiar avança no amadurecimento corporativo, com o apoio de consultorias que fortalecem o profissionalismo gerencial com a incorporação de novas tecnologias de produção. Essa é a meta de um cenário profissional no qual se abrigarão as futuras gerações.

Olhando para nossa história, a Família Marmobraz reitera o agradecimento à Associação Comercial do Pará pela contribuição à realização de um sonho: o apoio a nós dedicado, como de resto a todas as empresas que trabalham com seriedade e honestidade, e contribuem para o desenvolvimento deste grande Estado, que é o nosso Pará.

---

■ **Isan Anijar**, empresário dos setores industrial e do comércio de materiais de construção, é vice-presidente Industrial da Associação Comercial do Pará.

## JUDEUS PIONEIROS E EMPREENDEDORES

■ JAIME SOARES

**A**o final de 1987, conversando com o inesquecível companheiro Augusto Rezende, ele comentou, entusiasmado, que tinha recebido do presidente da Associação Comercial do Pará, Oziel Carneiro, a missão de reunir um grupo de jovens empresários em um organismo associativo, nos moldes do que já havia sido criado na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Pediu-me o Augusto para ajudá-lo nessa tarefa. Reunimos, então, jovens empreendedores de diversos setores, entre eles Eduardo Melo, Ricardo Rezende, Geraldo Prado, João Carlos Oliveira, Sergio Mendes, Ronaldo Maiorana, Paulo Saliba, Andre Marques, Eduardo Bitar, Júlio Costa. Com outros mais, contribuindo com suas competências, credibilidade e prestígio, fundou-se o Conselho de Jovens Empresários (Conjove). A oficialização do novo organismo ocorreu no dia 15/03/1988, em bonito evento no salão nobre da Associação. Entre tantas autoridades e personalidades do mundo empresarial presentes ao evento, destacou-se a presença do governador do Estado, Hélio da Mota Gueiros.

Faço o registro olhando a criação do Conjove como uma estratégia de enormes significados e resultados para a renovação e ampliação do quadro de associados, reoxigenando, inclusive, a cúpula da Associação. Vários dos membros do Conselho passaram, inclusive, a integrar a diretoria da ACP, confirmando a tese da renovação originalmente embutida na idealização de Oziel Carneiro.

Participo da diretoria da ACP desde 1989, e considero-me um representante da comunidade Judaica do Pará, juntamente com os companheiros Clóvis Carneiro e Isan Anijar. Para mim, sem dúvida, é um grande orgulho representar essa comunidade, que muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa entidade e do Estado do Pará.

Os primeiros judeus que chegaram à Província do Grão-Pará são de origem marroquina. Consta de vários artigos disponíveis na internet que o primeiro judeu desembarcado em Belém, em 1823, chamava-se José Benjó. Ele teria estabelecido uma loja na então Rua do Pelourinho, hoje Sete de Setembro, e obtido do governador do Grão-Pará, marechal Francisco Soares de Andréa, em 4 de julho de 1838, a licença para comerciar no Largo do Pelourinho. Seria a licença de nº 1 do governo para o estabelecimento oficial de uma firma comercial em Belém.

Eram tempos tensos, sangrentos. A economia do Grão-Pará atravessava uma crise histórica sob os efeitos da Revolta dos Cabanos, deflagrada em 1835. Francisco Soares de Andrea (governou de 1836 a 1839) sucedendo Eduardo Angelim, o líder da Cabanagem, que governou a Província pelo curto período de seis meses (7/11/1835 a 9/4/1836). Angelim foi preso por Andrea.

O “Soledade”, hoje no centro de Belém, foi criado como “cemitério judeu” em 1842. O “Cemitério Judeu Antigo do Guamá” (localizado em frente ao Cemitério de Santa Izabel) foi o segundo instalado pela comunidade, e lá sepultaram José Benjó, em 11 de novembro de 1899. Esses e outros registros constam do artigo “História dos Judeus do Estado do Pará” ([www.amazoniajudaica.org](http://www.amazoniajudaica.org)), de autoria de médico Rubem David Azulay, professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense.

O registro sobre José Benjó atesta que os judeus marroquinos já estavam no Norte da colônia portuguesa, naquele período conturbado, tendo aqui chegado logo depois que a Família Real desembarcou no Rio de Janeiro, em 1822. É um fato histórico que enriquece a crônica da Associação Praça do Comércio do Pará, que deu origem à Associação.

Fato relevante é que, antes de a Praça do Comércio se instalar em 1819, os judeus já estavam na faina. As atividades das primeiras gerações de judeus na Amazônia foram marcadas, então, por duro labor a bordo de pequenas embarcações, carregadas de produtos que atendiam às populações de localidades onde os barcos dos grandes comerciantes portugueses, chamados de “aviadores”, não conseguiam entrar. De certa forma, os comerciantes judeus enfrentaram os poderosos “aviadores” com suas canoas de “regatão”, abastecendo os comércios ribeirinhos.

A segunda geração constituiu-se de correligionários que obtiveram sucesso no comércio graças aos altos preços da borracha. Espalhados por todos os cantos da região, comerciantes bem sucedidos foram logo admitidos como sócios das Associações Comerciais do Pará e do

Amazonas, e integraram as diretorias. Alguns dos judeus da terceira geração, também empreendedores, transformaram-se em exportadores de borracha, sorva, castanha, couros e peles, timbó e óleos, entre outros produtos regionais que tinham grande aceitação na Europa.

Hoje, a presença de judeus no mundo empresarial paraense ainda é muito expressiva, com alguns membros da comunidade agora integrando o quadro de diretores da Associação Comercial do Pará.

Não faltará empenho para, quiçá, os próximos anos dessa Associação sejam de muito êxito, preservando-se costumes e tradições de imigrantes de todos os povos que marcaram transcendentemente a cultura paraense.

---

■ **Jaime Soares**, empresário dos setores de distribuição de alimentos, é membro do Conselho Diretor da Associação Comercial.

# ACP, UMA HISTÓRIA DE LUTAS

■ JOÃO AUGUSTO LOBATO RODRIGUES

**A** Galeria de Presidentes já reunia mais de 40 fotografias quando, no exercício da presidência da Associação Comercial do Pará (2002-2006), uma ilustre personalidade de fora do Estado, em visita ao Palácio do Comércio, nossa sede, se disse surpresa com o número de fotos em exposição. Hoje, no bicentenário da entidade, já estamos na 48ª Presidência. Uma a cada quatro anos e fração, metade do mandato de um senador da República. Isso quer dizer que há oxigenação no comando da nossa entidade.

A ACP já foi presidida por um capitão de Cavalaria que era comerciante, por comendadores, visconde e barão. Todos empreendedores, pequenos, médios e grandes - representantes de diferentes ramos de negócios. O único que não participava de qualquer empreendimento perdeu a eleição para a presidência da entidade, isso já no século XXI. Posso dizer que perdeu por não ser empresário.

A Associação é Comercial no nome, mas também é industrial, rural, de prestadores de serviços, de educação, de mineração, entre ou-

tras atividades. É a única entidade empresarial no Pará, e uma das poucas no país que reúne todos os segmentos produtivos. É um fórum por onde perpassam os problemas que afligem a todos; onde se discutem as causas que a Associação deve apoiar - quando não liderar -, e umas e outras questões comuns aos paraenses, muitas vezes também de interesse da cidadania brasileira.

A ACP, como nos acostumamos a chamar a Associação Comercial do Pará, nasceu com o nome de Praça do Commercio do Pará (grafado com dois emes, como exigia a ortografia da época). Desde os primórdios, ela escreve uma história que, muitas vezes, se confunde com a do próprio Estado do Pará.

Na trajetória de relevantes acontecimentos, destaca-se a criação, em 1899, da Escola Prática de Comércio - primeira escola de guarda-livros do Estado, como eram então chamados os contadores. Em 1920, a entidade fundou a primeira Escola de Química Industrial, encampada pelo poder público em 1961, quando foi transformada em Escola Superior de Química do Pará.

A ACP equacionou dois sérios problemas da comunidade empresarial e deu dois magníficos exemplos de responsabilidade social. O primeiro, nos anos 1940, durante a II Guerra Mundial, a ACP colaborou com o governo federal na criação do Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco da Amazônia, com a finalidade de financiar a produção de látex, tão necessário ao esforço de guerra dos países aliados. Nossos pracinhas lutaram na Itália, e foram transportados em caminhões rodando com pneus da legítima hevea amazônica. Não somente por

isso, mas também por outras razões, o presidente Getúlio Vargas reconheceu o trabalho institucional da ACP concedendo à entidade, por decreto, a prerrogativa de atuar como “órgão consultivo (do Governo Federal) no estudo e solução dos problemas que se relacionem com os interesses econômicos e profissionais por ela ACP coordenados”.

A borracha foi um dos temas principais da agenda de Getúlio Vargas na Associação Comercial, em 5 de outubro de 1940. O empresariado paraense vivia os impactos da perda de mercado para a borracha asiática. A medida de Getúlio Vargas foi um alento ao setor. O Banco da Amazônia, criado em 9 de julho de 1942, com o nome de Banco de Crédito da Borracha, foi uma resposta do compromisso de Getúlio Vargas assumido cerca de dois anos antes. E continuou na agenda do mandatário quando ele se elegeu, pelo voto direto, em 1950.

Naquele mesmo ano ele sancionou a Lei 1.184, criando um “monopólio” de compra e venda de borracha, operado pelo banco. O monopólio caiu em 1967, conforme relatório de diretoria no balanço do exercício daquele ano, publicado no Diário Oficial do Estado. O presidente do banco, Lamartine Nogueira, iniciou assim seu relatório: O exercício iniciou-se sob uma grande expectativa, uma vez que este órgão vinha de perder a sua grande fonte de receita – a comercialização da borracha – como detentor que era, até então, do monopólio da compra e venda deste produto.”

Mas o hoje Banco da Amazônia continua sendo uma importante agência de fomento e crédito para produção do látex na região, financiando projetos de agricultura familiar, com recursos do Fundo Cons-

titucional de Financiamento do Norte (FNO), destinados ao cultivo de seringueira e produção de borracha.

O segundo problema se dá nos idos de 1950, quando Belém vivia apagão quase permanente, por conta da sucateada Para Electric, a concessionária inglesa que deveria abastecer a capital de energia. Em 1952, a situação chegou a um ponto tal que exigia, de quem de direito, uma intervenção firme e imediata. E foi aí que a nossa ACP mostrou novamente sua vocação para o exercício do civismo.

Isso leva-nos a refletir sobre o que ensina Miguel de Unamuno, filósofo espanhol:

*“A primeira coisa que um cidadão precisa ter é civismo, e não pode haver pátria, verdadeira pátria, onde os cidadãos não se preocupam com os problemas políticos”.*

No caso da energia elétrica, a ACP somou esforços aos do Governo do Pará e, com o entusiasmado apoio popular, promoveu a criação e a implantação da Força e Luz do Pará S.A. (Forluz), que devolveu a energia elétrica às empresas, residências e ruas de Belém. O presidente da ACP, José Dias Paes, assumiu a direção da nova empresa com o salário simbólico de um cruzeiro mensal. Outros dois diretores da Forluz saíram também dos quadros da ACP.

E, quase no começo do século XXI, no ano 2000, a Associação deu partida a uma campanha, que se estenderia por 11 anos, em defesa da integridade do território paraense, enfrentando as coligações partidárias que defendiam o desmembramento do nosso

Estado com a criação de duas novas unidades federativas – Carajás, capital Marabá, e Tapajós, capital Santarém. Em 2011, o Pará foi às urnas para decidir, via plebiscito, se queria continuar unido, grande como sempre foi, ou se aceitava a sua divisão em três Estados, o menor com a capital em Belém.

O Pará, dono do maior PIB do Norte e do 2º maior saldo da balança comercial brasileira, alinhava a esses números, no primeiro decênio do século XXI, uma impressionante lista de outros sucessos que, com perdão da expressão, “virariam farelo”, caso a criação dos novos Estados tivesse se tornado realidade.

Venceu o bom senso. Prevaleceu o amor ao Pará. Ganhou a proposta defendida pela ACP – “Pará, eu te quero grande!”, slogan da nossa campanha publicitária. Apoteótica vitória do espírito público, a “opinião da maioria de uma nação, de uma cidade, acerca dos assuntos de interesse geral” (Antônio de Moraes Silva, “Dicionário Moraes”).

Também nos primeiros anos do século XXI, sob a minha presidência, a Associação Comercial juntou e reuniu todas as entidades patronais dentro do Fórum das Entidades Empresariais do Pará, entidade da qual fui o primeiro presidente, e que desde então é porta-voz do empresariado paraense.

Pincei alguns poucos fatos, realmente poucos, de dentro desses 200 anos que a ACP celebrou em abril de 2019. Mais não rememorei porque faltaria espaço. Porém, me parece que lembrei o suficiente para testemunhar o quanto a Praça do Comércio, hoje Associação

Comercial do Pará, idealizou e criou; planejou e realizou; contestou e marcou posição defendendo, institucionalmente, os interesses do Pará e do Brasil, colocando sua criatividade e garra no esforço em favor das nossas causas. Nossas, sim, da coletividade.

Confesso que sinto um orgulho sem tamanho de servir a esta instituição. Não por mim, certamente não, mas por ela, pela Associação Comercial do Pará, a nossa ACP. Pelos compromissos que ela tem e honra. Pela bandeira que sempre levantou pelo Brasil e pelo Pará. Uma trajetória que ajuda a explicar a sua profícua longevidade, uma das raras exceções no país.

Vivas à ACP!

---

■ **João Augusto Lobato Rodrigues**, economista, empresário do ramo de supermercado, é ex-presidente da Associação Comercial do Pará



## CONJOVE OXIGENA IDEIAS

■ JOÃO BRAGA DA SILVA

**S**eria repetitivo falar aqui dos valores que a Associação Comercial do Pará acumula em 200 anos de atividades. Mas é necessário que se diga, e se repita, o quanto a instituição contribuiu para o crescimento de um número indefinido de empreendimentos e seus idealizadores.

É um processo da própria trajetória humana. A repetição dos fatos, por meio da oralidade, da escrita ou de outra “mídia”, perpetua as tradições, e a cultura se torna transcendental. A história se consolida. As narrativas dos nossos antepassados são de uma utilidade humana primordial. Quem não se lembra das histórias narradas por nossos pais e avós, quando éramos crianças?

Por isso, segue aqui minha humilde participação na história da Associação Comercial. Um fato que reforçou o papel da instituição foi a criação do Conselho de Jovens Empresários, o Conjove, em 15/03/1988, o qual presidi no período de 2004 a 2006.

O conceito do Conselho é o espelhamento de experiências que sejam capazes de incentivar, estimular e formar empresários de uma faixa de idade mais baixa que as dos mais antigos associados da

ACP. Seu papel tem sido fundamental como agente de fomento de novos empreendimentos. Quantos dos membros do Conselho Administrativo e da própria Diretoria da ACP entraram pela porta do Conjove? Vários, inclusive o atual presidente, Clóvis Carneiro.

Conhecer experiências de sucesso, buscar inspiração nas histórias de empresários bem sucedidos é a maneira mais comum de estimular desafios, sendo fonte efetiva de aprendizagem com quem já viveu, errou, apanhou, corrigiu e acertou. Tem escola melhor do que essa?

Isso se chama benchmarking, processo que permite comparar, copiar, aperfeiçoar processos, produtos, serviços e práticas empresariais. É um importante instrumento de gestão. Enfim, significa aprender com outras empresas.

Pródigo nessa prática, o Conselho contribui para oxigenar as ideias e renovar o quadro de associados da ACP; formar novas lideranças, motivadas a continuar essa jornada, que acumula dois séculos de atividades representativas e políticas da classe empresarial paraense.

Naquele mandato, focamos fortemente na capacitação empresarial, por meio de visitas a empreendimentos consolidados, com o propósito de trocar informações e conhecimentos, como mandam os pressupostos do Conjove. Tenho particular convicção de que, quanto mais experiências acumularmos, quanto mais incorporarmos exemplos de sucesso, menores serão as chances de errar e desaparecer do mercado, cada vez mais competitivo.

O empreendedorismo é um caminho promissor e muito interessante para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, mas é preciso ter coragem, criatividade e ousadia para enfrentar os desafios naturais de projetos de qualquer envergadura, natureza e segmento.

Durante o tempo em que estive na presidência do Conjove, pude perceber a vontade com a qual muitos jovens desbravaram o mercado e ultrapassaram as barreiras. Permitam-me destacar dois desses empresários bem sucedidos, focados em seus objetivos: Mauro Correia, do Grupo Nazaré, e Ivo Belarmino, do Grupo Aslan. Ambos foram agraciados com o título de “Jovem Empresário”.

Ser diretor da ACP foi uma oportunidade de ouro que a instituição me concedeu para aprender e alinhar ideias, e assim enfrentar o mercado no qual estou inserido. Adquiri experiências que levarei comigo pelo resto da carreira empresarial.

Agradeço as vivências acumuladas durante esses anos. Em meu nome, reconheço o apoio que os jovens empresários sempre tiveram dos associados mais antigos e mais experientes, que sempre nos acolheram com respeito e confiança.

---

■ **João Braga da Silva**, empresário do setor de Seguros, é ex-presidente do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Pará.



## ACP INSPIROU CRIAÇÃO DA ASPAS

■ JORGE MARIA PORTUGAL DOS SANTOS

**D**ifícil encontrar quem não conheça (e reconheça) a força dos supermercados no Pará. As redes genuinamente paraenses estão entre as melhores do país em conforto das lojas, diversidade de produtos, serviços agregados e inovações que facilitam a vida das pessoas e oferecem novas experiências de consumo aos clientes.

Essa conjuntura favorável deve-se, em grande parte, à união de forças entre os atores que formam a cadeia do setor: indústrias, distribuidores e empresas de autosserviço. Profissionais desse elo sempre estiveram presentes na Associação Comercial do Pará (ACP). Seguindo o exemplo da Associação bissecular, os empresários supermercadistas aglutinaram esforços e fizeram nascer a Associação Paraense de Supermercados (Aspas), como uma evolução natural da ACP, que teve nesse desdobramento um novo olhar para um mercado em crescente expansão no Estado.

Era final da década de 1970 quando a Aspas foi criada e iniciou suas atividades - consequência da maturidade do setor. À época, pou-

cos supermercados em Belém eram de fato “super”, como hoje conhecemos. Os empresários enxergaram a importância da união de forças para o negócio prosperar: desde 1977, quando a Aspas foi criada, os supermercados experimentam crescimento contínuo. Mas, na verdade, o objetivo não era simplesmente conquistar novos mercados. Havia uma razão maior por trás do desejo de se incrementar os negócios: o consumidor. Tudo o que se realizou desde a fundação da Aspas, e se faz até os dias atuais, gira em torno da satisfação das necessidades do público.

ACP e Aspas são entidades parceiras e mantêm relações estreitas. Empresários supermercadistas presidiram a ACP, como José Augusto Rodrigues, e sempre são reconhecidos e homenageados por suas trajetórias empresariais. Entre os que já foram agraciados com o título de “Empresário do Ano” pela ACP, figuram também Oscar Rodrigues, José Oliveira, Fernando e Junichiro Yamada, entre outros.

Impossível falar em Aspas sem citar a SuperNorte. O evento revolucionou os conceitos do autosserviço regional ao reunir indústrias, fornecedores, varejistas e autoridades em uma grande Convenção Supermercadista, palco de grandes debates sobre os destinos do autosserviço. A essência do evento sempre foi a difusão de conhecimento especializado e, mais do que isso, ser um espaço de geração de negócios. Na SuperNorte também são apresentadas tendências do mercado; produtos, serviços e tecnologias consagradas. É uma vitrine do segmento na região.

A importância econômica dos supermercados paraenses é perfeitamente traduzida em números. De acordo com o Ranking

2019 da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), com dados de 2018, o Pará figura na 12ª colocação entre os Estados brasileiros, mas é o 1º na região Norte. Hoje, o faturamento total do setor no Estado corresponde a 6,5% do PIB paraense. O setor gera cerca de 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. São mais de 3.000 lojas em todo o Estado. Desse total, 70% são minimercados. Outros 30% são médias, grandes e hiperlojas.

Essa história de sucesso – que inclui a travessia incólume pelo período da hiperinflação dos anos 1980 – foi, e continua sendo, escrita por muitas mãos. Ao longo de toda a existência da Aspas, inúmeros diretores supermercadistas integraram e integram a diretoria da ACP, demonstrando a perfeita sincronia de projetos e objetivos das duas entidades.

As palavras dos ex-presidentes da Aspas revelam uma trajetória de muito trabalho e superação.

Massud Elias Ruffeil (presidente de 1977 a 1986): “Já havia uma evolução em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, que já tinham associações. Daí fomos convidados para fundar entidade análoga em Belém. Realizamos diversas reuniões na Federação do Comércio. Eu; o Antônio, do Almirante; o Alyrio; o João, do Líder. Sinto-me muito feliz porque hoje vejo uma associação muito mais forte, complexa, que cumpre o seu papel de servir à coletividade.”

Antônio Duarte Oliveira (presidente de 1986 a 1990): “Eu tenho orgulho de ter participado do início dos supermercados, do início da Aspas. Até hoje, acompanhamos o sucesso da entidade. Eu cheguei aqui em 1959. Já existia uma lojinha de autosserviço, de um japonês,

na Alcindo Cacela. Depois, por volta de 1966, tinha aquelas mercearias tradicionais, que posteriormente viraram supermercados. Uma delas foi o Almirante. Teve, também, o São João e o Carisma. Depois vieram outros, como o Metralhadora, o Nazaré, o Líder e o Formosa. O meu começo na Aspas foi um desafio. Era a época do Plano Cruzado, faltava mercadoria e havia uma fiscalização intensa. Alguns colegas chegaram até a ser presos injustificadamente, por bobagens. Eu assumi e enfrentei toda essa dificuldade. Felizmente, acabei dando conta e estamos aí até hoje, com esse crescimento que é orgulho para todos nós.”

Oscar Corrêa Rodrigues (presidente de 1990 a 1995): “Tive a honra de presidir a Aspas, a convite do Antônio Oliveira. Foi uma época conturbada, eu diria assim. Momento em que vivemos aqueles planos que os governos editavam. Os etiquetadores de mercadoria ficaram conhecidos como ‘pistolas’. A Aspas foi de fundamental importância em todo esse processo do crescimento das empresas, na modernização dos supermercados no Pará, com as convenções de supermercados das quais participamos. Parabéns para a Aspas; ao nosso atual presidente, Jorge Portugal; ao ex-presidente Fernando Yamada, que já foi também presidente da Abras por dois mandatos, e muito contribuiu ao crescimento do nosso setor, aqui.”

Fernando Yamada (presidente de 1995 a 2002 e de 2006 a 2012): “Só tenho que agradecer por todo o trabalho do setor supermercadista do Pará, por todos e tudo o que fizeram pelo nosso grande setor. As lições que levamos ao setor nacional são exatamente as que aprendemos aqui. A Aspas influenciou na Abras (Associação Brasileira de Su-

permercados), que influenciou também na construção da maior união do comércio e serviços, chamada Unecs. Essa foi uma grande conquista. Posso afirmar que o setor de supermercados no Brasil está maduro, econômica e politicamente. Grandes conquistas ocorreram nos últimos anos, e vão acontecer coisas ainda melhores. Vida longa ao setor!”

Carlos Rodrigues Limão (presidente de 2002 a 2006): “É uma grande honra fazer parte da história da Aspas. A entidade se encontra hoje em um nível de qualidade crescente, do primeiro presidente ao presidente atual. Sinto-me muito orgulhoso de ter participado dessa trajetória como presidente. Foi muito importante pra mim como pessoa, e acredito ter dado uma contribuição importante como presidente. Foi uma honra muito grande ter presidido a entidade, e continuo até hoje participando da diretoria, colaborando para que a Aspas esteja sempre num nível melhor.”

José Santos de Oliveira (presidente de 2012 a 2016): “Eu fiz parte da primeira diretoria da Aspas. Naquele tempo, havia poucas lojas de supermercado. Depois entrou o Formosa. Eu era do Conselho Fiscal. Nessa trajetória de 40 nunca saí da diretoria. Cheguei à presidência, onde passei quatro anos. Sou eternamente grato a todos os que me apoiaram durante esse período, o consumidor em geral e, principalmente, a nossa diretoria e aos fornecedores. A todos, o meu muito obrigado.”

A par dos registros de ex-presidentes, acrescento que o foco da Aspas sempre foi o consumidor. É a nossa razão de ser e existir. É pelos clientes que levamos adiante a entidade e os negócios. O setor de su-



permercados busca soluções para superar eventuais crises, lado a lado com os fornecedores. Para mim, é uma honra presidir a Aspas e integrar a diretoria da ACP em um período em que o mercado passa por novas e marcantes transformações. Isso estimula a nossa capacidade de adaptação e motiva a trabalhar com criatividade para enfrentar os desafios deste novo tempo.

Nestes dois séculos, a ACP reinventou-se, redesenhou o jeito de fazer comércio no Pará. E é justo reconhecer o trabalho que sucessivos dirigentes da instituição executam para manter vivos os ideais dos pioneiros e preservar os elevados objetivos em prol do desenvolvimento empresarial paraense.

---

■ **Jorge Maria Portugal dos Santos** é empresário do setor supermercadista, presidente da Aspas e membro do Conselho Diretor da ACP.



## LEMBRANDO DA ACP E DO SEU NATAL

■ JOSÉ MARIA DE BRITO NEVES

**T**enho muitas memórias das minhas relações com a Associação Comercial do Pará. Daquilo que vi e vivi no passado, e que agora vivo também. São lembranças de fatos transcorridos muito antes de eu ser associado; antes de eu pensar em ter uma empresa. Eram outros tempos. As relações idem. As tecnologias de diversos segmentos, principalmente as telecomunicações e as comunicações, incluindo a indústria gráfica, estavam longe do que se conhece hoje.

As questões da ACP eram mais simples e menos densas. A Associação, sem dúvida, era mais leve, porém mais fechada no seu mundo, congregando empresas tradicionais, familiares, identificadas pelos seus donos. Geralmente, eram proprietários de marcas e de corporações que vinham desde o século anterior. Algumas conheceram ondas que alteraram profundamente o cenário empresarial; métodos de produzir, vender e se relacionar com o mercado.

No cenário de tantas tradições, não era fácil um empresário entrar para a Associação Comercial do Pará. Era como ainda agora é, uma

honra ser um dos seus membros. Mas tudo evolui, mesmo que em alguns aspectos humanos possa parecer ao contrário. Ora, a raça humana está sempre avançando na sua jornada civilizatória. E as instituições não são diferentes.

A despeito das vicissitudes, de duas grandes guerras, das crises econômicas – inclusive da borracha, que traumatizou historicamente a economia paraense –, de revoluções e contrarrevoluções, o passado da Associação Comercial construiu um legado dignificante, capaz de trazê-la aos nossos dias com a mesma solidez histórica do passado.

Tenho a sorte e a honra de vivenciar mais de quatro décadas das 20 de intensas atividades da ACP. Minha mais antiga memória sobre a Associação Comercial refere-se ao Natal. Eu deveria ter pouco menos de 20 anos, era um comerciário empregado na Loja Bechara, na Travessa Sete de Setembro. Posteriormente, sócio do Jorge Colares, trabalhei com ele durante 24 anos antes de criar o meu próprio empreendimento.

No período natalino, via aqueles senhores, dirigentes da Associação Comercial – liderada por pessoas de destaque no mundo empresarial paraense (Afonso Simas, Roberto Massoud, Oswaldo Tuma, Joaquim Borges Gomes, José de Lucas, todos ex-presidentes da entidade, entre outros) – circulando pelo Comércio para angariar o apoio dos comerciantes à tradicional campanha de donativos que a ACP promovia todo ano.

Com as colaborações, a instituição doava centenas do que hoje se chama de “cesta básica” – um pacote de alimentos e utilidades pessoais, incluindo a indispensável rede de dormir. Formava-se uma fila

imensa à porta da sede da ACP, na Avenida Presidente Vargas. Eram pessoas pobres, beneficiadas diretamente pelas empresas, que colaboravam mediante a aquisição de cartelas de senhas da campanha, doadas a essas pessoas, geralmente empregadas dos próprios colaboradores. E assim se fazia o Natal da Associação Comercial do Pará, fato que virava notícia nos jornais, tal o movimento que causava na região do Centro Comercial de Belém.

Como disse, os tempos são outros, e isso não mais acontece. E não sei como a sociedade entenderia se por acaso a ACP retomasse a promoção. O estranho e inquietante é o fato de que parece não haver mais clima para esse tipo de fraternidade. As demandas da própria Associação são agora questões mais candentes da economia; ocupa-se do amplo mundo empresarial e não mais só da atividade comercial, metendo-se até em meandros políticos, como foi o caso da campanha contra a divisão territorial do Estado, em 2011.

Atravessei minha juventude de comerciário vendo a promoção natalina da Associação. Ação muito digna, humana e cristã. Nunca imaginei, porém, que eu viesse a viver aquilo pessoalmente, como membro da entidade, da qual sou com muita honra, desde 1979.

Era o ano de 1976 e a indústria gráfica mundial já havia dado um salto tecnológico que assombrou o setor. Era o sistema offset, que começava a se difundir no Brasil. Uma revolução da secular técnica de impressão tipográfica, talvez a mais profunda desde Gutenberg, quando a imagem a ser impressa passou a ser gravada quimicamente em uma matriz (chapa) de alumínio. Abandonaram-se os tipos de

chumbo manipulados manualmente pela Linotype, a máquina que já havia revolucionado a indústria gráfica no início do século XX. Meu irmão Augusto era empregado da T. Janner, a distribuidora de papel e insumos gráficos sediada em São Paulo, que tinha um movimentado escritório em Belém. Um dia, ele saiu da empresa e me convidou para fundar uma revenda de produtos gráficos. Eu não entendia nada do segmento. Foi um desafio, afinal seríamos concorrentes da poderosa empresa paulista. O sistema de impressão offset estava em expansão e chegara a Belém pelas mãos de Rômulo Maiorana, pioneiro em tudo o que fez. Ele adquiriu a primeira rotativa desse sistema para modernizar o seu jornal - O Liberal. Não muito depois, A Província do Pará, dos Diários Associados, adquiriu também um sistema offset, que implicou mudar completamente a oficina, a consumir produtos químicos e chapas de alumínio para impressão, que a Irmãos Neves Ltda. comercializava. Esses insumos começavam a ser fabricados no Brasil, mas Rômulo Maiorana preferia importar do exterior. A tecnologia evoluiu, e os produtos nacionais tornaram-se tão bons que os dois jornais locais passaram a adquirir também os produtos da “Irmãos Neves”.

A Associação, ao que me parece, não tinha nenhum associado do setor gráfico, a despeito de a Grafisa, de Altino Pinheiro, ter sido também uma pioneira em impressoras planas offset, concomitante à formação de gráficos treinados pela Escola Salesiana do Trabalho.

Entre para a Associação ainda num tempo que, às reuniões, se frequentava de paletó e gravata. Foi honroso ser indicado pelo José de Oliveira Mendes, atacadista bem sucedido, estabelecido à Rua XV de

Novembro. Um dia, em 1980, recebi no escritório da firma, instalado à Travessa D. Romualdo de Seixas, a visita da Comissão do Natal da ACP. Foi uma emoção muito grande. Se a memória não falha, a comitiva foi liderada por Afonso Simas (diretor local da Companhia de Cigarros Souza Cruz). A emoção ficou por conta da lembrança que eu tinha, desde jovem, da Associação Comercial, no período do Natal, como já contei acima. Adquirimos as cartelas de senhas.

Participar da Associação Comercial permitiu-me vivenciar uma trajetória de acontecimentos empresariais paraenses e nacionais vibrantes. A Associação, que eu admirava por manter atividades educacionais e culturais (a Escola de Química e o Museu Comercial, que funcionaram no atual Teatro Waldemar Henrique, na Praça da República), passava a ser parte da minha vida real de empresário membro da instituição.

Entre os muitos acontecimentos contemporâneos da Associação, destaco as atividades da Câmara Setorial de Produção Cultural, que incrementou uma intensa agenda de atividades. Eu representava a ACP, e entre seus membros, além dos associados, registro a presença de artistas e intelectuais não sócios, todos de renome, entre eles a arquiteta Jussara Derenji, que coordenou a Câmara. Por justiça, é indispensável registrar a participação do conselheiro Lutfala Bittar, dedicado membro da ACP também à causa da arte, da cultura. As parcerias foram fundamentais para que muitas atividades se realizassem na primeira década deste século. Digna de memória foi a parceria liderada pela sra. Yêda Potiguar, do Centro Cultural Brasil Estados Unidos (CCBEU), que em 2007 abrigou em seu Museu de



Arte uma bela exposição de obras de Acácio Sobral, Ruy Meira, Benedicto Mello, Jocatós, PP Conduru, Tadeu Lobato, Pedro Morbach e Emanuel Nassar, além de telas e peças do acervo da ACP.

Outro evento na área da cultura resultou da iniciativa encabeçada pela associada Rosângela Maiorana, que por meio do projeto “O Liberal no Feliz Lusitânia”, e com apoio da Câmara da ACP, do secretário Paulo Chaves e do empresário João Vaz Pisco, levou milhares de estudantes de escolas públicas aos museus mantidos pelo Estado.

Com a interveniência da Câmara, a Universidade Federal do Pará, no mandato do reitor Alex Fiúza de Melo, conseguiu recursos de emenda parlamentar, defendida pelo então deputado federal Zenaldo Coutinho, para a construção do bloco administrativo do Museu da UFPA, instalado na antiga Reitoria, na Avenida José Malcher, que abriga o museu.

Em nosso trabalho na Câmara Cultural sempre contamos com a colaboração dos funcionários da ACP, aos quais agradecemos, especialmente a sra. Mira Fernandes, pela dedicação e competência.

Vivi os acontecimentos políticos e econômicos importantes para o Estado, como a consolidação da indústria da mineração; as mudanças da economia nacional; vi a redemocratização do país e a transição política que aconteceu também no Pará. Os planos Cruzado, Collor e Real. Vivenciei, concomitantemente, a modernização do comércio de Belém liderada por Romulo Maiorana e Junichiro Yamada, entre outros empresários, desde meados dos anos 1970. Rômulo não só inovou como empreendedor, mas também como presidente do Clube de Dirigentes Lojistas, também presidido por Junichiro. Trabalhei com ambos

no CDL, e com Domênico Falesi, também presidente do então Clube, hoje Câmara. No mandato de Rômulo, atuei na implantação do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), um instrumento gerencial que revolucionou o crédito e a maneira de o comércio se relacionar com os clientes, e que muito interesse despertou no âmbito da ACP.

Vi crescer o associativismo do empresariado, por meio do Rotary e da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil/Seção Pará (ADVB-PA). Ambas as agremiações sempre congregaram muitos empresários em torno de questões pontuais da classe; promovem campanhas dignificantes, fazem movimentos envolventes em torno de muitas causas. Finalmente, acompanho mais amiúde as ondas de evolução da Associação Comercial, desde que se criaram os Conselhos Setoriais, como o da Mulher e dos Jovens empresários.

Atravessamos momentos políticos e econômicos tensos, entretanto normais como fenômenos da evolução social. Ora, não há mudança sem conflito, sem sofrimento. Ao encerrar seu ciclo de dois séculos de atividades, a ACP vive uma verdadeira avalanche de acontecimentos, que exigem modernização, criatividade e integração mais profunda para continuar gerando casos dignos da história – não só das empresas e seus protagonistas –, mas do nosso querido Pará.

---

■ **José Maria de Brito Neves** é empresário e 2º secretário do Conselho Diretor da Associação Comercial do Pará.



## MARTINS JÚNIOR, O LÍDER VISIONÁRIO

■ JÚLIA MARTINS SALES DE BARROS

**A** sede da Associação Comercial do Pará, localizada na Avenida Presidente Vargas, 158, ocupa parte do edifício chamado “Antônio Martins Júnior”. A maioria das pessoas que passam à porta do prédio não sabe quem foi o homem que emprestou o nome ao edifício, muito embora no hall da entrada exista uma placa com um registro memorialístico. A história do meu bisavô, presidente da Associação Comercial por sete mandatos, nas décadas dos anos 1950, 1960 e 1970, se encarrega de justificar a homenagem.

Antônio Martins Júnior era filho do coronel Antônio Pedro Martins, maranhense de Barreirinha, rico comerciante e proprietário de estaleiros em Soure (Ilha do Marajó), e Etelvina Mendes. Dois anos depois que ele nasceu, em Belém, no dia 10 de junho de 1887, acabaria o império brasileiro ao ser proclamada a República. Ele teve dois irmãos e cinco irmãs.

Dos cinco aos 12 anos estudou em Portugal, país para onde a família havia se mudado. Seu primeiro emprego foi como faxineiro no escritório

Antônio Pedro Martins, de seu pai, localizado em Belém. No mesmo prédio funcionava o escritório de Borges Leal, que era extrator de castanha na região do Tocantins, para o qual passou a fazer alguns serviços. Pela dedicação, tornou-se sócio da firma e se tornou sócio majoritário.

Fez o curso de guarda-livros (profissional que fazia registros contábeis, bancários e de pessoal) no Colégio Fênix Caixeiral Paraense, em Belém. Em 1920 casou-se com Lucionila Penna Simões de Oliveira, filha do desembargador Napoleão Simões de Oliveira, e herdeira de fazendas no Marajó. Tiveram quatro filhos, Maria Lúcia, a mais velha, e Napoleão, já falecidos; Antônio Pedro, 92 anos, e Mário Antônio, 82 anos.

Em 1926 ocorreu uma das maiores cheias no Tocantins. A enchente derrubou 150 barracões de castanha e afetou os negócios do empresário. A firma B. Borges Leal perdeu 90% de toda a produção daquela safra. O escritório queria pedir falência, mas Antônio Martins Júnior assumiu a dívida. Ele costumava dizer que dormiu rico e acordou pobre.

Naquela época, Antônio Martins Júnior recepcionou o espólio da herança deixada pelo pai de sua esposa, e assim a família herdou três fazendas no Marajó: “Livramento”, “Alegre” e “Pindobas”.

Com o apoio do amigo Magalhães Barata, governador do Estado, foi nomeado presidente da Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará. Em dado momento foi acusado por um diretor de ter se locupletado com verbas da Associação, e por isso afastou-se de Barata.



Antônio Pedro Martins Neto, seu filho, lembra que em 1942 o pai chegou a sua casa contando que havia pagado a última parcela da dívida provocada pela enchente do Tocantins.

Um dia, Antônio Martins Júnior conheceu Enéas Barbosa, um comerciante com negócios na Guiana, e se encantou com oportunidades no território francês. Tornou-se sócio de Enéas e se mudou com a esposa e o filho mais novo, Mário Antônio, para Caiena, onde viveram por quase três anos.

Ainda morando em Caiena, fundou em Belém a empresa Antônio Pedro Martins Júnior, que era representante do Curtume Carioca e agente de navegação. No mesmo período comprou mais uma fazenda no Marajó, chamada “Santa Rita”, e deu a seu filho Antônio Pedro Martins Neto para administrá-la.

Meu bisavô gostava de contar que durante a Segunda Guerra Mundial, quando a França deixou de fornecer alimentos para a população da Guiana, Caiena não passou fome, pois ele abastecera a cidade por meio da sua empresa.

Depois da Segunda Guerra, Paris assumiu Caiena. Ele perdeu os negócios que possuía lá e retornou. A partir daí, manteve-se em Belém e concorreu ao cargo de vice-presidente da Associação Comercial do Pará, na chapa de Lopo de Castro, para o mandato de 1950 a 1952, contra a chapa de José Dias Paes, que representava os portugueses. A eleição terminou empatada. Lopo pediu licença no dia 5 de dezembro daquele ano e retornou ao cargo em 9 de janeiro de 1951. Afastou-se, definitivamente, quando assumiu o cargo de prefeito de Belém, no-

meado pelo governador Alexandre Zacharias de Assumpção. Antônio Martins Júnior concluiu o mandato e se elegeu para mais sete períodos à frente da Associação (1952/1954; 1956/1958; 1962/1964; 1964/1966; 1966/1968; 1968/1970; 1970/1972).

Naquela época, a Associação Comercial do Pará ocupava o segundo andar do Palácio do Comércio, na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Santo Antônio, onde funcionou, no térreo, a Secretaria da Fazenda do Município de Belém. Ao lado existia um terreno, e ali ele decidiu construir o prédio. Brincava dizendo que ele pegava empréstimo nos bancos, para serem debitados na conta da Associação Comercial e, quando não tinha dinheiro, corria para outro banco. E, assim “foi empurrando com a barriga” até o prédio de 12 andares ficar pronto, anexo à sede original da ACP. Seu nome, como obreiro, não está por trás, mas bem na frente do edifício, lembrando seu ímpeto de líder e empreendedor ousado.

Estando ou não na presidência da Associação, Martins Júnior atuou, ativamente, na consolidação da instituição, inclusive levando-a para o interior do Estado. Meu bisavô presidiu o Conselho Executivo do Banco da Amazônia. Sendo expressiva liderança do meio empresarial, foi convidado para ingressar na política, e em outubro de 1958 elegeu-se suplente de senador pelo Pará, na chapa de Alexandre Zacharias de Assumpção, exercendo o mandato de senador nos períodos de agosto a novembro de 1962, de setembro a outubro de 1963, de agosto a outubro de 1964, e de agosto a outubro de 1965. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) após o Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que

extinguiu os partidos políticos e instaurou o bipartidarismo. Em novembro de 1966 foi eleito deputado federal pelo Pará. Em 1970 perdeu as eleições e encerrou a carreira política ao término do mandato, em janeiro de 1971. Passou, então, a se dedicar exclusivamente ao seu escritório de representação comercial e às fazendas. E voltou a atuar mais diretamente na ACP, lugar onde estavam os seus melhores amigos. E esse era o trabalho que lhe dava mais prazer.

Antônio Martins Júnior faleceu em Belém no dia 21 de janeiro de 1974. Seu filho Antônio Pedro Martins Neto gosta de lembrar do pai como uma pessoa presente, que nunca deixou faltar nada aos filhos. Ao se referir ao grande empresário, lembra o fato de que ele, Martins Neto, não fez estudos superiores, mas soube aproveitar as oportunidades que o pai lhe dera. Mário Antônio Martins, o filho caçula, médico oftalmologista, lembra-se do pai como um homem extremamente rígido, mas um grande amigo.

Antônio Martins Júnior foi um líder empreendedor, visionário e grande articulador na defesa dos interesses do Estado do Pará. Sua memória está imortalizada para além do nome do edifício que ele idealizou e construiu como presidente da Associação Comercial.

---

■ **Júlia Martins Sales de Barros**, publicitária, é bisneta do ex-presidente da Associação Comercial, Antônio Martins Júnior.





## UM (NÃO MAIS) ESTRANHO NO NINHO

■ LEONAM VON-GRAP MARINHO NETO

O ano de 2019 é um marco na história empresarial do Estado do Pará e do Brasil. A Associação Comercial do Pará, ou ACP, para os que a conduzem com apreço e carinho, completa 200 anos de fundação. É a segunda associação comercial mais antiga do país.

O legado mais detalhado e íntimo que se poderia ter está materializado neste livro. Uma coletânea de histórias contadas por quem contribui diariamente para a evolução e o engrandecimento da instituição.

A incumbência dos registros, que recai sobre os conselheiros da Associação, pôs-me a indagar sobre o que eu deveria documentar. Afinal, neste ano completo tão somente um ano de participação na entidade. Tempo ínfimo se comparado à história da ACP e a dos empresários com os quais compartilho a Diretoria e o Conselho, atualmente.

Assumo a responsabilidade, e me arrependo de não ter engajado antes, pois incorri no defeito da maioria da minha classe. Advogados são ensinados e treinados para reunir, acompanhar e conversar apenas com advogados. A Ordem promove eventos para advogados. Os

congressos estão lotados de causídicos discutindo teorias. Advogados escrevem livros que apenas advogados entendem. Estes são apenas alguns exemplos de como o círculo do Direito, na maioria das vezes, é vivenciado exclusivamente por praticantes do Direito.

Contudo, o Direito serve a todos. Impacta a sociedade. Por isso, nada mais correto do que uma forte interação e diálogo com as demais áreas. Na Associação Comercial do Pará essa oportunidade não me falta. Convivo e aprendo com administradores, consultores, contadores, economistas, professores, publicitários, engenheiros, arquitetos – enfim, profissionais de diversas formações que enriquecem o debate e sempre adicionam um ponto de vista único aos temas em análise.

Confesso que foi um ano de muito aprendizado. Provavelmente, 90 por cento do tempo ouvindo, e apenas dez por cento falando. Mas eu não poderia estar mais satisfeito. Absorvi diversas lições para a vida e para o trabalho com profissionais mais experientes e mais qualificados - todos com um sentimento profundo de ajudar a melhorar o Estado do Pará.

Após esse relato, o leitor pode indagar, então, de que forma aterrissei na ACP sem possuir vínculo com o comércio. Tudo começou em um almoço organizado pela advogada Izabela Araújo, vice-presidente do Conselho da Mulher Empresária, que me apresentou ao presidente Clóvis Carneiro. Ele procurava um profissional com o objetivo de revitalizar a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) da ACP, fundada em 23/11/1995.

Clóvis é um grande entusiasta da mediação e arbitragem, pois compreende amplamente os benefícios desses institutos para os empresários. Naquele almoço, revelei minha experiência com arbitragem, no período em que trabalhei em São Paulo. Rapidamente alinhamos nossa visão sobre os pontos necessários para que a Câmara da ACP se tornasse operante.

Diante dessa confluência, recebi com muita honra, e aceitei humildemente, o convite para assumir a presidência da CBMAE-ACP. Da posse no cargo, experiências incríveis me foram oportunizadas pela Associação Comercial do Pará. Nas reuniões de Conselho e da Diretoria debatemos questões que impactam diretamente na atividade comercial e produtiva do nosso Estado, buscando fortalecer os empresários em um país tradicionalmente burocrático e caro.

Na Feira da Indústria, promovida pela Federação das Indústrias do Estado do Pará, com apoio do Conjove, do Conselho da Mulher Empresária e demais Câmaras, aproveitamos para divulgar a CBMAE-ACP, destacando seus benefícios.

A celebração dos 200 anos reservou grandes lembranças. Destaco principalmente o evento realizado no Theatro da Paz. Uma noite inesquecível pela homenagem e incomparável celebração da cultura paraense. As inúmeras sessões solenes em órgãos públicos e institutos do Estado demonstraram a importância e o respeito que a ACP goza perante a sociedade paraense.

E é relevante a trajetória da CBMAE-ACP em um ano de intenso trabalho, agregando valor às atividades da Associação. Formamos

uma equipe pequena, porém multidisciplinar e bem relacionada. Os diretores Ivaldo Ferreira, Elton Oliveira e Renan Malcher acompanham-me na missão de promover e difundir a mediação e a arbitragem no Estado do Pará.

Assinamos um novo convênio com a CBMAE nacional para renovar a parceria e atualizar nossas práticas ao adotarmos o que há de mais moderno. Realizamos um curso de mediação e um curso de arbitragem, capacitando mais de 20 profissionais para compor o quadro de especialistas em resolução de conflitos. Participamos de palestras e debates com o intuito de compartilhar conhecimento pertinente.

Ademais, estamos em constante negociação com outras entidades, mediante convênios que facilitem o acesso à mediação e à arbitragem aos empresários, os mais beneficiados pelas vantagens desses procedimentos. Contudo, o trabalho nunca termina. Não raras vezes, o presidente Clóvis Carneiro tem destacado a importância da CBMAE-ACP na sua gestão, tendo assumido o compromisso pessoal de vê-la atuante e em posição de destaque na solução de litígios no Estado do Pará.

Nesse sentido, a palavra do presidente é palavra de ordem para os integrantes da Câmara, especialmente para mim, que recebi a incumbência de desenvolver a mediação e a arbitragem como um dos principais pilares da Associação Comercial do Pará.

Entre responsabilidades e obrigações, reconheço que não percebo o tempo passar. E, exercitando aqui a memória, espanto-me ao lembrar que já transcorreu a metade do mandato da atual diretoria.

Vivemos até agora momentos incríveis na ACP. São muitos os novos amigos. E nenhum inimigo. Tudo permeado pelo sentimento crescente e revelador de se lutar pelo nosso Estado e nosso país.

É confortável atentar para os índices e indicadores da economia, porém os dados parecem intangíveis. Por essa razão, prefiro questionar o que eu poderia fazer pelos associados. Para isso, não há material de estudo melhor que os corredores da Associação Comercial do Pará. Freqüento a ACP e converso com cada empresário. Sinto a confiança, conheço os projetos, compartilho as dificuldades e torço junto por dias melhores. Essa é a verdadeira economia: pessoas trabalhadoras para promover o progresso pessoal e o enriquecimento coletivo, com produtos e serviços de qualidade.

Agradeço a oportunidade de contribuir para a história contemporânea da ACP. Estarei presente por quantos anos mais forem necessários para viver o seu legado e acompanhá-la ao futuro.

Salve a Associação Comercial do Pará!

---

■ **Leonam Von-Grap Marinho Neto** é advogado e presidente da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial/ACP.





## DA BORRACHA À CONSTRUÇÃO CIVIL

■ LUTFALA DE CASTRO BITAR

**A** família Bitar chegou ao Pará no final dos anos 1800. Ao longo de quase um século, isto é, quase a metade da história da Associação Comercial do Pará, dedicou-se a empreendimentos em diferentes áreas. Meus tios implantaram, na Ilha de Mosqueiro, a primeira fábrica de pneumáticos da região.

Era 1929, mesmo ano da “Grande Depressão” norte-americana. Na prática, não haveria cenário mais desaconselhável para investimento industrial, principalmente na Amazônia, que atravessava a grave crise da borracha.

A firma Bitar Irmãos, fundada em Belém por Simão e José Miguel Bitar, desde 1897 dedicava-se ao comércio quando adquiriu, em 23 de junho de 1924, em Mosqueiro, uma extensa área de terra na Praia do Areião - uma ponta avançada para a Baía de Santo Antônio denominada de Pedreira. Ali havia uma antiga edificação, que foi reconstruída para abrigar uma indústria de óleos. Em 1925, a empresa adquiriu na Alemanha equipamentos para refinamento de óleos extraídos de

sementes de ucuuba, murumuru, andiroba, pracaxi, babaçu, patauá e algodão. O óleo de mesa “Princeza” foi premiado na Exposição de Farroupilha (RS), em 1932.

A questão da borracha já se arrastava desde a primeira década do século, mas havia um fator determinante do empreendimento audacioso dos Bitar: a expansão mundial da indústria automobilística, que demandava muita borracha.

Depois de o Brasil exportar 40 mil toneladas anuais de borracha, na década dos anos 1910, a Amazônia enfrentava a crise, mas o país ainda era um grande exportador mundial dessa matéria-prima, principalmente para os Estados Unidos, apesar da entrada da produção asiática no mercado – o gatilho da crise provocada pela borracha da Indonésia, Malásia e Ceilão.

Data de 1929 a implantação da fábrica de beneficiamento de borracha da Bitar Irmãos, após a compra de equipamento norte-americano e alemão para lavar e crepar borracha, visando exportar para Inglaterra e Alemanha.

A indústria brasileira também crescia, e a fábrica Bitar começou a exportar seu produto para São Paulo. Com equipamentos franceses e norte-americanos, a empresa passou a produzir em Mosqueiro artefatos de borracha, especialmente pneus e câmaras de ar, produtos que tiveram enorme aceitação no sul do país, Argentina e Uruguai. Em 1936, os equipamentos foram transferidos para a Usina Progresso, instalada na Cidade Velha, na capital. Foi nessa época que a “Bitar Irmãos” passou a ser sociedade anônima, a S.A. Bitar Irmãos. Foi o

começo de uma história familiar recheada de realizações empresariais e obras, que chega aos dias atuais.

A crise da borracha era tema de debates da Associação Comercial do Pará e foi pauta da reunião com o presidente da República, Getúlio Vargas, que visitou a entidade em 1940.

O pioneirismo e a trajetória da família Bitar estão perpetuados pela Federação das Indústrias do Estado do Pará que, sob a presidência de Gabriel Hermes Filho, instituiu a Medalha de Mérito Industrial “Miguel Simão Bitar”. É a mais relevante honraria do segmento industrial paraense. Nada mais justo reconhecer os méritos de empreendedores industriais preservando a memória, cheia de bons exemplos, de quem soube enfrentar as adversidades.

Eu fui por outro caminho: ao enveredar pela engenharia e a construção civil, contribuí com muitas realizações por quase meio século. E isso muito me honra.

Eu tive uma juventude repleta de desafios. Entrei para a vida militar servindo no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército. Por mérito, fui enviado para servir na 10<sup>o</sup> Região Militar, em Fortaleza, tendo recebido carta patente de Tenente da Reserva assinada pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

De volta a Belém, entrei para o curso de Engenharia da Universidade Federal do Pará, e ao mesmo tempo fui trabalhar no jornal A Província do Pará, como repórter - por isso, até hoje, conservo uma paixão pela profissão de jornalista.

Minha formação de engenheiro haveria de ser o suporte para o empresário em que me transformei mais tarde. Com o diploma nas mãos, fui logo trabalhar na construção da Rodovia Belém-Brasília, no trecho São Miguel do Guamá – Imperatriz. Como se sabe, não foi uma obra para fracos: mata densa, perigos iminentes e pouca estrutura para o pessoal da obra. A história da famosa rodovia, que conectou Belém à capital federal, foi uma verdadeira epopeia. A rodovia abriu o leste do Estado e, desde então, o Pará é outro. Aquele momento foi um aprendizado.

Depois de alguns anos residindo em outros Estados e no exterior, aprimorando a carreira, criei a Estacon Engenharia, com mais alguns sócios, em 1969 – exatos 40 anos do pioneiro empreendimento dos Bitar, em Mosqueiro.

Sem arroubos, a Estacon se transformou em um marco da engenharia e da construção civil paraenses, construindo rodovias, hidrelétricas, aeroportos, pontes, avenidas, edificações públicas; obras de urbanização e saneamento. Com presença em outras unidades da Federação, a empresa gerou milhares de empregos, contribuindo com o recolhimento de impostos ao Estado e municípios.

A Estacon viria a ser uma marca reconhecida nacionalmente, com presença vigorosa na economia paraense, cuja representatividade no meio empresarial garantiu-me, desde logo, participação efetiva na Associação Comercial do Pará, à qual me filiei em 1970. Passei a me dedicar à ACP vivendo todos os grandes acontecimentos da entidade, desde aquela época. A Associação Comercial é a minha “segunda casa”.

Já testemunhei um quarto da história dos dois séculos que a Associação Comercial festeja neste ano de 2019. Há 50 anos faço parte de uma trajetória de empreendedorismo, liderança e iniciativas que dignificam a história do empresariado paraense. É inegável que esse tempo foi permeado por acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais relevantes. Um dos mais importantes e polêmicos no campo político foi a campanha contra a divisão territorial do Pará. Fiquei muito feliz, recentemente, quando o governador Helder Barbalho esteve conosco para lançar o programa Pará Negócios e comentou que não quer nem ouvir falar em divisão territorial.

Herdamos dos nossos colonizadores esse imenso Brasil, que ocupa metade da América do Sul. Somos o quinto maior país em extensão territorial e a oitava economia do mundo, com PIB de US\$ 2,4 trilhões em 2018, segundo o IBGE. Nenhum país da América Latina chega perto da gente.

Tenho a convicção de que o governador é o líder político capaz de manter o Pará ainda mais unido, atrair toda a classe política e empresarial em torno de um projeto de desenvolvimento, com o interior integrado à capital fisicamente e, também, por afinidades econômicas, por meio dos negócios, e culturais. Tudo, enfim, que catalise sentimentos e ações concretas em defesa de um Pará grande, não apenas em território.

Como vice-presidente da ACP, contribuí para a criação das Câmaras Setoriais, uma dúzia dessas estruturas institucionais, representativas de setores da economia e segmentos de associados, instaladas.

No passado, por princípio e sensatez, abri mão da possibilidade de ocupar o cargo de presidente da entidade, considerando os negócios que mantive com diversos governos. Agora, sem os vínculos empresariais com o Estado, presido atualmente o Conselho Superior sem colidir com os interesses do cargo público que ocupo atualmente na Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC).

Pela sua natureza e razão, a ACP é, sem dúvida, a entidade de maior grandeza entre as muitas representativas da sociedade civil do Estado. Fomentando o associativismo como prática necessária, ela contribui para ampliar as portas do desenvolvimento e ativa incentivos ao empreendedorismo que gera riquezas, verticaliza a produção e busca novos mercados.

A Amazônia brasileira ocupa dois terços do Brasil. Porém, de acordo com o IBGE, a Região detém somente 8% do PIB nacional. Com água abundante, o Pará não pode mais ser apenas um “almoxarifado de matérias-primas”, somente com “possibilidades” de desenvolvimento e crescimento no futuro, possuindo enormes riquezas. Seu estoque de bens naturais é um ativo indispensável para que, de fato, o Estado alcance outro patamar de desenvolvimento, socialmente justo.

A jornada é longa, permanente, implicando compreender passos e movimentos de um progresso contínuo da sociedade.

Se no passado a Associação Comercial pretendia apenas organizar as atividades comerciais, o movimento de navios no porto de Belém, defender os interesses mercantis das empresas, hoje atua com uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento.

Para ser justo, é preciso que se lembre, sempre, nomes importantes que, com esse fito, atuaram na Associação. Figuras que se tornaram líderes importantes da instituição, entre eles os presidentes Osvaldo Nasser Tuma, Roberto Massoud, Oziel Carneiro – um trio representativo do elenco mais recente que contribuiu para criar tantas coisas que, internamente, mantiveram a ACP numa trajetória de permanente contemporaneidade. Destaquem-se no contexto as Câmaras de Arbitragem e Setoriais; os Conselhos de Jovens e da Mulher Empresária, que já conduziram campanhas memoráveis. Sem dúvida, são estruturas institucionais que apontaram rumos e estabeleceram práticas renovadoras da ACP.

---

■ **Lutfala de Castro Bitar** é engenheiro e presidente do Conselho Superior da ACP.



## OS LIBANESES: HISTÓRIA DE ENCONTROS

■ MAKRAM DOURAID SAID E MIGUEL DE PAULO R. BITAR JÚNIOR

**E**xiste um ditado árabe que diz: “Se as pedras se encontram, imagine os homens.” E foi no Pará que muitos libaneses se encontraram, desde a segunda metade do século XIX. A vinda oficial dos libaneses para o Brasil teve seu marco inicial em 1880, quando o primeiro navio deixou o Líbano rumo à América, e o Pará foi um dos Estados brasileiros que receberam um grande número desses imigrantes.

E o vínculo do evento migratório repercute até hoje na Associação Comercial do Pará – história que sintetizamos neste artigo para registrar a relevância de tantas famílias libanesas nas mais diversas atividades sociais, políticas e econômicas do Pará. Convém lembrar que, quando se dá a chegada dos imigrantes, a Associação Comercial do Pará já havia abandonado a denominação de “Praça do Comércio”, e retomado uma trajetória que fecha neste ano de 2019 dois séculos. Parte dessa história foi (e ainda é) vivida por libaneses e descendentes.

Em razão de domínio do Império Turco Otomano sobre a Europa, a entrada de sírios e libaneses no Brasil se dava com passaporte turco; o documento libanês passou a ser válido a partir de 1926. Por isso, até

hoje, é comum serem identificados como “turcos” ou “sírio-libaneses” os libaneses que chegaram ao Brasil.

Em 1876, o imperador Dom Pedro II visitou o Líbano. Acredita-se que a visita estreitou os laços entre os dois países e influenciou a imigração para o Brasil. Apesar de ser “terra desconhecida”, os imigrantes vislumbravam uma vida melhor em solo brasileiro. Alguns, após o desembarque no porto de Recife, acreditando estarem na América do Norte, buscaram o Norte do Brasil.

No Estado do Pará, os imigrantes libaneses estabeleceram-se em Belém, Breves, Oriximiná, Soure, Salvaterra, Marabá, Bragança, Capanema e em outras remotas regiões do nosso Estado. Fiéis às tradições fenícias e árabes, dedicaram-se ao comércio para sobreviver, sempre deixando seus traços e marcas na cultura, arquitetura e costumes.

Com o período áureo da borracha, a pujança econômica estimulou o desenvolvimento das atividades empresariais dos imigrantes libaneses, levando-os a constituir empresas comerciais, industriais e exportadoras muito prósperas. Alentavam o sonho de reunificar a família que havia ficado na saudosa terra natal. Organizando-se em torno das empresas familiares, os libaneses foram importantes protagonistas da economia.

Para facilitar a aceitação, a integração social e o acultramento, muitos “abrasileiraram” seus nomes de origem e, ao se unirem em casamento com jovens paraenses, formaram uma miscigenação marcante e saudável culturalmente.

Os libaneses construíram uma história bela e rica no Pará e se destacaram em várias atividades. Personagens de renome e expressão,

ou gente anônima, muitos contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento de vários segmentos da economia e de outras áreas da vida social: comércio, indústria, educação e medicina; justiça, advocacia e engenharia. Não faltam personalidades de origem libanesa também na política, na área científica, no campo da filosofia, entre outras atividades do mundo acadêmico.

Pedindo perdão aos que aqui não citamos por lapso, reconhecemos, no entanto, grandes contribuições de personalidades representadas por nomes muito conhecidos no meio empresarial: Abufaiad, Age, Abdelnor, Abu Jumaa, Anaisse, Abdulmassih, Bitar, Bestene, Cecim, Chamie, Chamon, Charone (El Banna), Daher, Daibes, Darwich, Dahas, Daou, El Awar, El Hosn, Farah, Faraje, Frahia, Gabriel, Gantuss, Gorayeb, Haber, Hojeiji, Jatene, Kahwage, Khaled, Khalarg, Kalume, Kaaran, Khalek, Kassab, Latif, Massoud, Mutran, Matar, Naaman Chaar, Nasser, Pachas, Pardauil, Rocque, Roufeil, Roffé, Said, Salame, Saré, Salomão, Xerfan, Zouen, Zahluth, entre muitos outros.

Salientamos que, apesar de escritos em português, muitos nomes alteraram-se, tentando aproximar-se da pronúncia fonética em árabe, ou fazendo referência ao local de nascimento, ou ainda adaptando-os à facilidade de serem esses nomes pronunciados na nossa língua.

A Associação Comercial do Pará – ACP, entidade multissetorial que agrega empresários, sendo a segunda mais antiga do Brasil, ao defender os interesses do Pará o faz, também, da classe empresarial libanesa. A comunidade libanesa é, e será eternamente grata, ao Brasil e ao Pará, que acolheram seus imigrantes e descendentes.

Podemos destacar entre os membros da ACP expressivo número de representantes da comunidade paraense libanesa, do passado e do presente: Bitar (Miguel de Paulo Rodrigues Bitar, Lutfala de Castro Bitar, Simão Miguel Bitar, Sérgio Albino Bitar Pinheiro); Daher (Eduardo Daher); Farah (George Farah); Matar (Cezar Matar); Massoud (Elias Massoud, Roberto Massoud e Farid Massoud); Hosn (Nabih El Hosn); Said (Makram Said); Mutran (Délio Chuquia Mutran); Tuma (Oswaldo Nasser Tuma); Salame (Elias Salame).

A Associação Comercial do Pará, em homenagem à comunidade libanesa do Pará, concedeu aos imigrantes e seus descendentes a honraria de pertencerem à digna instituição associativa, sempre com o intuito de enobrecer a presença dos irmãos e patrícios que, juntos, fazem a nossa história.

A comunidade libanesa será incansável na construção do desenvolvimento do Estado do Pará e do Brasil – aqui, participando ativamente da ACP, defendendo os objetivos da nossa entidade. Indubitavelmente, sempre fará parte da construção da identidade, do progresso e do desenvolvimento do Pará, participando da formação da sociedade em todos os segmentos.

Aqui, as pedras se juntaram e os homens se uniram formando uma sociedade digna da história do Grão-Pará.

---

■ **Makram Douraid Said**, empresário do setor da construção civil, é Cônsul Honorário do Líbano no Estado do Pará, presidente do Clube Monte Líbano do Pará e vice-presidente Comercial da ACP. | **Miguel de Paulo R. Bitar Júnior**, empresário do setor automotivo.



# ASSOCIAÇÃO ABERTA AO MUNDO FEMININO

■ MARIA DE NAZARÉ ALBUQUERQUE CHAVES

**O** que faço na Associação Comercial, como paisagista? Se olharmos o elenco e dirigentes de associados da ACP, pareço um corpo estranho no meio de representantes de tradicionais setores econômicos. Mas diria que minha participação é consequência da evolução da entidade nas últimas décadas e as minhas raízes atávicas.

Essa participação na ACP se dá por dois motivos: um afetivo e outro empresarial, propriamente dito. No primeiro caso, resgato a história de meu pai. Com ele convivi no âmbito da ACP, da qual era diretor. No segundo, atribuo à evolução que me referi, cumprindo a Associação seu papel de aglutinadora de interesses e de fórum de discussões de questões empresariais que extrapolam os limites da prática do associativismo.

Meu pai chamava-se Germano Amaral Albuquerque, um português que veio para Belém muito jovem. Aqui trabalhou numa empresa que, dentre outros produtos, negociava a compra e venda de castanha-do-pará. Com o passar do tempo tornou-se proprietário

da empresa, adquirindo a Gonçalves Pereira e Cia. E não demorou a ingressar na Associação Comercial, tornando-se diretor. Em 1963 foi agraciado com o título de “Comerciante do Ano”, atualmente denominado “Empresário do Ano”.

A convivência do meu pai no âmbito da Associação Comercial faz parte da minha memória. Um dos eventos da agenda anual da Associação Comercial, em meados dos anos 1960, era a “Festa da Castanha”, que reunia produtores, comerciantes e exportadores. Era um produto de grande relevância para a economia do Estado. E, assim como a borracha, era normal que as questões desse setor do comércio extrativista estivessem na agenda da ACP.

A castanha não tinha o glamour gastronômico que tem agora, mas era um produto primordial à balança de exportação do Pará. A título de ilustração, e por uma coincidência, em 2018 as exportações paraenses da castanha geraram uma receita de 32,27 milhões de dólares, segundo reportagem publicada pelo jornal “O Liberal” em fevereiro de 2019, citando dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Foi o primeiro item da pauta de exportação do exercício – resultado de uma muito boa safra de amêndoas, em grande parte exportada para os Estados Unidos.

Na época, além da borracha, a castanha-do-pará era item econômico permanente na agenda da ACP, mas havia outros assuntos igualmente relevantes. Não posso esquecer, por exemplo, a Festa de Natal, que atraía grande público, tal a quantidade de alimentos e utilidades pessoais que os empresários do comércio

doavam aderindo à campanha de donativos natalinos. Era uma “festa de fraternidade”.

O tempo passou, e em 1984 fundei minha empresa de paisagismo e jardinagem - na época, “Arteverde Decorações Ltda.”, e atualmente denominada “Jardim e Companhia”. Resgatando as boas lembranças do associativismo vividas com meu pai, tornei-me, então, associada desta bissecular Casa. Se por um lado as boas lembranças e minha cultura familiar me impulsionaram nessa decisão, o fiz ainda também por reconhecer que a Associação Comercial é um fórum permanente de interesses históricos em benefício do comércio, projetando líderes compromissados com o progresso social e econômico do Pará.

Estruturando minha carreira de empreendedora, consolidei a relação institucional ocupando cargos importantes na direção da Associação Comercial, representando um ramo empresarial até então inédito entre os associados: Paisagismo, jardinagem e urbanismo.

Incorporei experiências importantes, como a participação na implantação dos projetos de paisagismo do Núcleo Urbano da então mineradora Vale do Rio Doce, em Carajás, no sul do Pará. Ao longo de mais de 35 anos dedicados ao setor paisagístico, tive a honra e a felicidade de realizar trabalhos e parcerias com inúmeros profissionais de notório renome no cenário nacional e internacional, como Rosa Kliass, Gilberto Elkis, Sérgio Santana, Eduardo Barra e Sidney Linhares, além de outros que, infelizmente, não estão mais entre nós, como Burle Marx, João Emiglio de Melo e Silva, Fernando

Chacel e Luis Sérgio Cerqueira. Em Belém, foi honroso e gratificante implantar, dentre outros, o projeto de paisagismo de verdadeiros cartões postais de nossa cidade, como Estação das Docas, Parque da Residência, Feliz Lusitânia (Casa das 11 janelas, Forte do Castelo e Museu de Arte Sacra), Polo Joalheiro São José Liberto, Mangal das Garças, Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, Portal da Amazônia e, por último, Parque Estadual do Utinga. Todos de uma enorme importância para a revitalização das atrações turísticas, culturais e históricas de Belém. Além de nosso querido Estado, também realizei obras e projetos no Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Maranhão e São Paulo.

Revelando-se ambiente aberto ao mundo feminino, a ACP criou em 1995 o Conselho da Mulher Empresária, do qual sou ex-presidente. Repetindo a história de meu pai, em 2019 fui agraciada com o título de “Empresária do Ano”. Sendo associada benemérita, integro atualmente a Diretoria Executiva e o Conselho Superior da instituição. Ao abrir suas portas, a ACP concedeu-me o direito de retomar a história de associativismo familiar.

Por meio dos fóruns que agrega, a Associação Comercial amplia as convivências; contribui para aperfeiçoarmos as práticas empresariais e valoriza o empreendedorismo feminino.

As empresas lideradas pelas mulheres trouxeram, entre outras atividades, à Associação Comercial, o mundo da moda e da beleza, perfumaria, óleos, essências e artesanato. Enfim, um sem-número de produtos e serviços que incorporam a marca da Amazônia.

As atividades empresariais lideradas pelas mulheres causariam admiração ao meu pai e a muitos outros associados que, no passado, talvez não tenham imaginado a contribuição que nós poderíamos dar à Casa bisseccular, até então dirigida exclusivamente por homens. Sem esconder minha felicidade, muito me enaltecem a dedicação e as contribuições que dei e ainda posso dar à ACP.

---

■ **Maria de Nazaré Albuquerque Chaves**, empresária e paisagista, é ex-presidente do Conselho da Mulher Empresária e membro da Diretoria Executiva da Associação Comercial do Pará.





## POR UMA EDUCAÇÃO ENCANTADORA

■ MARIA DE NAZARÉ DE MELLO E SILVA SOARES

**E**ste relato reporta à trajetória da Câmara Setorial de Educação da Associação Comercial do Pará (CSE), desde sua criação, em 1999, até os dias deste ano de 2019. Na celebração dos 200 anos da ACP, julgo relevante deixar os registros do protagonismo da instituição no campo da Educação, que já promoveu um número apreciável de palestras, seminários e oficinas organizados pela Câmara de Educação em duas décadas, com o objetivo de contribuir para o crescimento dos empreendimentos educacionais.

Escolhi realizar o meu registro das vivências na Associação, e de anos como educadora, com o objetivo de demonstrar os projetos e as diretrizes desenvolvidas pela CSE, que abriga necessidades e anseios de empresários educadores da nossa terra. A Câmara é uma forma contemporânea de associativismo, que enfoca um ramo empresarial primordial para qualquer sociedade, a Educação.

Destaco a importância da CSE como agente de ações motivacionais e de capacitação de educadores. E do reconhecimento de méritos, como veremos a seguir.

O registro nominal de quase a totalidade dos profissionais que já contribuíram para o desenvolvimento das ações da Câmara demonstra a qualidade das realizações, muitas em parceria com outras entidades dedicadas ao fortalecimento das instituições educacionais do nosso Estado, integrantes da Câmara Setorial de Educação da ACP.

A CSE é um dos organismos da ACP mais longevos e em plena atividade, aglutinando empresas de diferentes níveis de ensino. Sua importância perpassa atividades que visam ao empreendedorismo como engajamento de seus membros, arquétipo que ratifica que o comércio é pleno de maiêutica quando os executivos reconhecem assumir seus papéis de líderes, inovando com promoções de aprendizagem para suas equipes.

Ingressei na CSE em 2002, atendendo ao convite do então presidente Alberto Damasceno. Substituí a professora Suely Menezes na coordenação da Câmara.

Já tendo participado da parceria no Projeto Criança Vida, logo compreendi a importância da Câmara para a Associação Comercial do Pará, nascida para corporificar esforços que ampliassem a consciência empresarial na área da educação. Criamos planos e metas visando ampliar as atividades da Câmara. Iniciamos o ano de 2005 com uma agenda arrojada de palestras mensais, reformatando o Encontro de Educadores, que passou a ter conexão com o conteúdo curricular, ga-



rantindo a troca de experiências de sucesso - assuntos pertinentes à visão pedagógica importante para todos os membros.

Iniciamos uma extensa programação, com a comemoração do “Dia da Escola Particular”, com o tema “Qualidade na Educação”. Uma visão atualizada da classe empresarial com a participação das vice-coordenadoras Salimeh Khaled e Andressa Malcher. Ainda realizamos a V Jornada de Psicopedagogia no Pará, com a professora Nazaré do Valle. Durante o decorrer dos anos promovemos palestras e seminários, com a finalidade de valorizar as instituições particulares que apresentam índices de resultados escolares relevantes. Em 2006, no Encontro contamos com a palestra de Michelle Salum, de Curitiba, sobre “Novas Tecnologias de Educação”.

Por sugestão do conselheiro e coordenador-geral Lutfalla Bitar, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) ganhou uma cadeira como membro da Câmara, quando a titular era Rosa Cunha.

Ação relevante foi a criação do selo de qualidade escolar, em 2007. Trinta e duas instituições receberam o selo, entregue durante o VI Encontro de Educadores, promovido pela ACP. Álvaro do Espírito Santo era o coordenador-geral das Câmaras. Nesse encontro contamos com a participação de Ibraim Danyalgil, nome nacional no campo da psicomotricidade e de metodologia psicoativa relacional. Foram lançados os livros das fonoaudiólogas Eloisa Machado e Francisca Araújo, e realizadas diversas oficinas de arte, leitura, alfabetização e parâmetros de ensino.

Tivemos a presença de várias instituições e de técnicos de áreas afins para proferirem palestras, incluindo o Ministério Público, o Con-

selho Estadual de Educação, a conferencista Mirle Brawun, as médicas e fonoaudiólogas Madacilina Costa e Edilene Libientritt. Tivemos ações prioritárias para estimular a integração e a capacitação dos educadores, administração de equipe, metodologias de avaliação, gestão de pessoas, inteligências múltiplas, inclusão, recursos humanos e tecnologias, entre outros temas, que abririam discussões sobre as maiores dificuldades que o empresário do ramo almeja aprimorar em sua linha de atuação, demonstrando os excelentes trabalhos pontuais que a iniciativa privada executa. A iniciativa obteve grande repercussão no meio.

Em 2009, entre outras atividades, destacamos a discussão, em primeira mão, da lei dos nove anos do Ensino Fundamental e Educação Infantil, que interferiu em todas as escolas, assunto que a maioria das empresas educacionais desconhecia à época. Foi uma sessão aberta ao público, que se transformou em consultoria sobre o assunto.

No VIII Encontro, contamos com a presença do doutor Jorge Bonito, professor de Geociência da Universidade de Coimbra, que esteve em Belém ministrando aulas de mestrado. Foi o conferencista principal do encontro, que contou também com a presença da doutora Ana Célia Bahia. A ideia foi trazer à discussão local experiências internacionais de educação para saúde pública, identificando-se os problemas desse campo que prejudicam a educação, tanto no exterior quanto no Brasil.

Naquele ano foi instituído o Prêmio “Mérito Educacional”, reconhecendo o papel de gestores que valorizassem efetivamente o setor. Sugerimos aos membros da Câmara que criássemos um prêmio que reconhecesse, igualmente, um educador entre nossos pares. Por unanimidade,

o então reitor da Universidade da Amazônia (Unama), professor Edson Franco, membro da ACP, foi escolhido para receber a honraria durante o Encontro de Educadores. A entrega da comenda ocorreu em grande acontecimento na Unama. As regras para a concessão do mérito constam de atas, nas quais se registrou que a escolha seria por eleição.

A segunda personalidade a receber o “Mérito Educacional” foi uma empreendedora da educação desde jovem, a professora Benvinda Araújo, que então já atravessava meio século de atividade profissional. A cerimônia ocorreu durante o IX Encontro de Educadores, que discutiu a formação continuada de educadores, contando com as presenças da doutora Beatriz Sandoval, de Curitiba, e da professora Rosa Brasil, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em 2011 realizamos o X Encontro, reunindo pedagogos, intelectuais, professores e estudantes que buscavam capacitação e aprimoramento. O evento da ACP consagrava-se como o maior do gênero no Pará. Foram organizadas sete oficinas de práticas docentes sobre tecnologias em sala de aula; diretrizes educacionais; relacionamentos pais, mestres e alunos; atendimento ao público, entre outros. Houve, ainda, palestras do secretário de Estado de Educação, Nilson Pinto, e da conferencista Adriane Menezes, que abordou o tema de inclusão de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Oferecemos nove oficinas de práticas pedagógicas, e constou da programação a entrega da segunda versão do Selo de Qualidade para 30 escolas que alcançaram as metas educacionais, de acordo com o regimento da premiação.

O escolhido para receber o Mérito Educacional daquele ano foi o saudoso professor Manuel Leite, em sessão solene na ACP. Lembro-me da sua felicidade ao receber a placa simbólica do justo reconhecimento.

Continuando a trajetória de eventos que agregaram educadores e estudantes, realizamos um novo seminário de fonoaudiologia e pedagogia, e trouxemos Mauricio Góes, outro grande nome nacional, vindo de São Paulo, autor de vários livros sobre gestão e recursos humanos, além da palestra motivacional de Guarani Junior, sobre o tema Marketing Pessoal. O evento deixou um legado de empolgação e confiança para enfrentarmos os desafios que o ano letivo traria.

Em 2012, passamos a integrar a Feira Pará Negócios. A psicóloga Daniele Sá, Alex Fiúza de Mello, na época secretário de Estado, e a diretora de Ensino Ana Claudia Hage, foram convidados para tratar de temas de grande relevância e esclarecimento ao público em geral, como bullying, leis e programas educacionais. A agraciada com o título do Mérito foi a professora Suely Menezes, reconhecendo-se sua trajetória de educadora. Foi um evento memorável, com a presença de mais de 350 pessoas. Entre diversos convidados presentes, registramos a presença do presidente da ACP à época, Sergio Bitar.

Em 2013, a Câmara realizou o 12º Encontro novamente integrado à Feira Pará Negócios, também promovida pela ACP. A homenageada foi a professora Gina Bolonha de Moraes. O programa ofereceu palestras relevantes, como a do secretário de Educação à época, Licurgo Brito.

No ano seguinte, o 13ª Encontro de Educação foi realizado em grande estilo, alcançando o maior número de público até então, mais

de 900 participantes inscritos. A agraciada deste ano foi a professora e mestra Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares. O coordenador da época era o professor Cláudio Noronha. As palestras seguiram com a mesma tônica do padrão de qualidade, contando com a participação do professor Alberto Almeida.

Em 2015, a entrega do Mérito Educacional ocorreu em separado da Feira Pará Negócios, no Salão Nobre da ACP, sendo homenageado o professor Mauro Leônidas, no dia 15 de outubro, em alusão ao Dia do Professor.

O XIV Encontro ocorreu mais uma vez dentro da Pará Negócios. Recebemos com imenso regozijo o conferencista nacional Max Heatinger, que proferiu excelente palestra.

No ano seguinte, a cerimônia, igualmente, ocorreu no Salão Nobre da ACP, tendo a professora Maria de Nazaré do Valle Soares recebido o Mérito Educacional. Após um período de vacância, retornei à coordenação da Câmara em 2018, e o Encontro de Educadores retornou à programação da Feira Pará Negócios, em parceria com a Universidade Cooperativa da ACP e Associação de Psicopedagogia.

Convidamos como palestrantes as professoras e doutoras Betânia Fidalgo e Neide Noffs - autora de livros sobre educação. As palestras de ambas as educadoras tiveram grande repercussão ao abordarem assuntos candentes, como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e a Gestão Escolar.

Retomamos ainda as eleições para o Mérito Educacional, sendo eleito o professor Cláudio Noronha. A cerimônia ocorreu em maio de 2019, dentro da programação dos 200 anos da Associação Comercial. Foi um concorrido evento no salão da ACP e a presença

de várias autoridades ratificou a importância de se valorizar exemplos profissionais na área educacional.

O intuito deste artigo, ao celebrarmos dois séculos da ACP, foi registrar, sob a chancela de Clio (deusa grega da história e da memória), um período da Câmara Setorial da Educação. Sua atuação estratégica com palestras e conferências memoráveis de convidados especiais, eventos que revelaram a preocupação com a melhoria da educação oferecida pelos diversos empreendedores. Inspirador é o que diz o filósofo Mario Sérgio Cortella: “O conhecimento serve para encantar as pessoas”.

Por tal razão, acreditamos na importância da CSE para a pertinente significância de suas ações motivadoras, que visam à capacitação dos educadores. O registro nominal e cronológico de quase a totalidade dos profissionais que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento das ações propostas, demonstra irrefutavelmente a qualidade e feitos da CSE, irmanados em parcerias com outras entidades em prol do fortalecimento e evolução das instituições educacionais do nosso Estado, componentes da Câmara Setorial de Educação da Associação Comercial do Pará.

---

■ **Maria de Nazaré de Mello e Silva Soares**, pedagoga, empresária, é membro da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Conselho Diretor da Associação Comercial.

## LEGADOS DE FAMÍLIA E CONEXÕES COM A ACP

■ MARIALBA SARDO LEÃO MENDES

**H**á histórias cujos episódios e personagens parecem não ter conexão num determinado contexto. Mas surgem todas entrelaçadas quando mergulhamos nos meandros dos acontecimentos, na miríade rica de imagens e protagonistas que impressionam e emocionam ao se resgatar aquilo que é muito caro e indispensável ao íntimo pessoal ou para valorizar a história coletiva.

A lógica das circunstâncias dessas conexões está presente aqui. Diria que no curso de dois séculos da Associação Comercial do Pará, minha relação com a instituição é pequena por ser recente, mas de enorme significado para mim e para minha família. A memória dos acontecimentos vividos por meus antepassados encarrega-se de me ligar ao momento contemporâneo da instituição.

Quando fui convidada para participar deste projeto editorial, revi muitos álbuns imaginários de família, muitos vivos, que remetem não só à história particular de Marialba de Souza Franco Sardo Leão, da infância e da juventude, mas de todos os meus parentes dedicados à atividade comercial.

E qual o vínculo com a Associação Comercial? Talvez não houvesse nenhum formalmente até a data em que entrei para o Conselho da Mulher Empresária, há 19 anos.

O espírito do comércio está no meu sangue, herança do meu bisavô materno, Joaquim Martinho Marques de Souza Franco Sobrinho, que não conheci, e do meu pai, de descendência italiana, Manoel Sardo de Souza Leão. A tradição empresarial desses antepassados já havia virado uma “fotografia na parede”, como diria o poeta Carlos Drummond de Andrade, embora algum patrimônio resista ao tempo, quando me tornei empresária. Como se fosse manutenção da tradição familiar, eu abri uma loja de produtos de esporte radical, fechada nas circunstâncias da conjuntura. Virei empresária propriamente dita depois de exercer o magistério numa escola pública de Icoaraci. Formei-me professora pelo Colégio Gentil, e depois fiz Pedagogia, formação superior que obtive aos 50 anos.

Mas o meu destino era o comércio, e foi à frente da MSL Mendes Ltda. que exerci a vocação herdada diretamente de meu pai. Convivi com muitos jovens, e com eles estabeleci uma interação improvável, aprendendo coisas diferentes da minha época de juventude. Enfim, construí histórias contemporâneas que se conectam com o passado. Por causa desse empreendimento tornei-me sócia da ACP. Não lembro se meu pai ou meu bisavô foram membros da Associação Comercial, mas tenho memória dos comentários que na família se fazia sobre a instituição.

Foi convivendo com a Associação, por intermédio do Conselho da Mulher Empresária, que identifiquei uma conexão remota, porém curiosa, de meu pai com a ACP: desde criança ouvi a história de que no Hotel América hospedaram-se D. Pedro II e a imperatriz quando estiveram em Belém, em abril de 1876, de passagem para os Estados Unidos da América do Norte. Como ficou registrado na historiografia da Associação, D. Pedro e a esposa visitaram a Associação Comercial, onde foram recepcionados com pompa e circunstância convenientes a um evento envolvendo o imperador do Brasil. E no Livro de Visitas, ainda hoje conservado como uma relíquia, deixaram as assinaturas.

O Hotel América ocupava os altos de um prédio elegante, de dois andares, janelas altas, telhado de quatro águas e beirais com os dutos das calhas embutidos na alvenaria. Conheci esse prédio estabelecido bem na esquina da Rua João Alfredo com a Avenida Portugal. No térreo do prédio meu pai estabeleceu um comércio de variedades. Chamava-se Loja América. Nos altos, continuava funcionando a hospedagem. Hoje, ao fazer estes registros, meu imaginário retorna à infância, quando ouvi os relatos sobre a presença dos hóspedes ilustres do hotel. Não tenho registro sobre a propriedade do edifício, mas isso não tem grande importância agora.

O Centro Comercial, naquela região original de Belém, era elegante, um espaço urbano confortável da capital à época da visita do imperador. Na imagem resgatada pelo livro “Belém da Memória”, publicado pelo governo do Estado, vê-se não só o Hotel América, mas também um trecho da Avenida Portugal com dois quiosques, um prédio baixo à mar-

gem da rua e o tráfego de carros puxados por cavalos – um descendo para o Ver-o-Peso e outro convertendo para a Travessa João Alfredo. D. Pedro e a esposa - Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias - devem ter se sentido em casa, estando numa das cidades do Brasil mais identificadas com Portugal. Hoje, a região recheada de prédios com arquitetura portuguesa, infelizmente, está degradada, largada pelo poder público, abrigando um comércio popular que destoa da história.

Só agora percebo o valor dessa memória e o meu vínculo ancestral, indireto, com a Associação Comercial. Se meus antepassados não integraram a entidade, digamos que dessa relação encarrego-me agora, afinal as histórias do meu bisavô e de meu pai foram dignas o suficiente para terem merecido figurar entre seus pares, eventualmente, membros da “Praça do Comércio do Pará” e da Associação Comercial do Pará, respectivamente.

Com prováveis vínculos de sangue ao Visconde de Souza Franco<sup>17</sup>, meu bisavô Martinho foi um português que se estabeleceu na região do Tocantins, em terras de Cametá, com o negócio do cacau. Era um cacauicultor típico da Amazônia. Plantava e exportava cacau para Portugal. Quanto feliz estaria agora, sabendo das virtudes gastronômicas do cacau do Tocantins, altamente requerido por chefs e gourmets.

Meu pai, Manoel Sardo de Souza Leão, oriundo de Breves, no Marajó, tinha descendência italiana. Minha mãe chamava-se Clélia de Souza Franco Campos Sardo, filha do advogado e jornalista da Folha do Norte, Antônio Gonçalves de Souza Campos, parente do Cônego Batista Campos, um dos personagens centrais da Revolta dos Cabanos.

Estabelecido em Belém, com a Casa América vizinha à doca do Ver-o-Peso, acompanhando a movimentação da baía, meu pai não demorou a empreender intenso comércio na área, atendendo embarcações que demandavam a Baía do Guajará. Predominante no negócio era o combustível. Vendia o querosene Jacaré, produto enlatado pela Esso do Brasil. Ele carregava as embarcações na doca e enviava o produto às cidades do interior. Papai foi um grande revendedor do querosene, que era uma referência no mercado. Cresceu o suficiente para ter seu próprio porto, na Cidade Velha, ainda hoje mantido, porém alugado para uma empresa de navegação.

Fui criada numa família cheia de tradições. Perdi o Souza Franco e ganhei Mendes no nome ao contrair matrimônio com José Martins Mendes. No espólio, as terras do meu bisavô, hoje território de Mocajuba, foram repassadas aos seus descendentes, abrigando algo em torno de 13 mil pés de cacau. Fiel aos costumes mais portugueses do que italianos, mantive simpatia pela monarquia, e ainda hoje participo do Círculo Monárquico de Belém. Minha identidade com o comércio, para além da história familiar, se dá pela conexão com o Conselho da Mulher Empresária, espaço que valoriza o mundo empreendedor feminino e agrega pessoas com o propósito de promover o empreendedorismo feminino por meio do fortalecimento coletivo.

Cabe aqui registrar o papel fundamental do ex-presidente Oswaldo Tuma, o idealizador do Conselho há 23 anos. Devemos a ele tão boa iniciativa, chegada à hora certa, quando talvez nem se cogitasse de políticas públicas específicas de apoio à mulher; quando não havia cotas de cadeiras parlamentares para a mulher. Quando a violência contra a mulher não se chamava feminicídio e não havia lei que a protegesse de agressões. O feminismo não era o centro de tantas (e boas) polêmicas, como agora. Ao criar o Conselho, a ACP pôs-se na vanguarda.

Com muito orgulho, permitam registrar minha participação também em outra instituição de referência para a sociedade paraense: o Rotary Club, tradicional instituição de origem norte-americana, fórum de empresários e empresárias, líderes, profissionais de várias áreas, dedicados às causas sociais que demandam integração, dedicação, fraternidade. Tudo que principia prestação de serviços à comunidade. Hoje, ocupo a presidência do RC Belém Noroeste, Distrito 4720.

Ao festejar dois séculos de história da ACP, faço-o em nome dos meus antepassados empresários, que construíram uma vida de empreendedorismo. Eles, certamente, ficariam felizes ao saber que, integrando a Associação Comercial do Pará, preservo seus legados.

---

■ **Marialba Sardo Leão Mendes** é empresária e membro do Conselho da Mulher Empresária.

## OS BONS NEGÓCIOS DA FEIRA

■ MIGUEL SAMPAIO

**U**ma entidade que completa 200 anos tem muitas histórias para contar, tantos são os protagonistas e projetos, os eventos e as atividades, algumas já fazendo parte do calendário anual do mundo empresarial. Estamos falando, é claro, da Associação Comercial do Pará.

Optei por falar nestes registros sobre a Feira Pará Negócios, uma feira multissetorial criada em 2012 pela ACP. Já na oitava edição, continua sendo o maior evento de negócios do Estado, agregando empreendedores dos mais expressivos segmentos econômicos, entre outros a indústria e o comércio, serviços, turismo, agronegócios, saúde e educação. É uma espécie de convenção de empresários empenhados em promover a produção e a economia do Estado.

Com a credibilidade da ACP, muitos parceiros juntaram-se à Associação, garantindo um evento muito movimentado e respeitado por empreendedores, que a ela acorrem para fazer negócios. Além do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, contribuem com suas

marcas e efetiva participação - entre outras instituições públicas e privadas - o Sebrae-PA, Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Indústrias (Fiepa), Federação da Agricultura (Faepa) e Federação das Associações Comerciais (Faciapa). E não falta o apoio de grandes empresas, de vários setores.

Internamente, conta-se com o comprometimento dos integrantes de todos os organismos da ACP: Conselho de Jovens Empresários (Conjove), Câmara da Mulher Empresária (CME), Universidade Corporativa, Câmara de Conciliação, Arbitragem e Mediação Empresarial (CBMAE) e demais Câmaras Setoriais.

O sucesso da Feira é atestado pelo número de visitantes e participantes dos eventos da diversificada programação, recheada de rodadas de negócios, workshops, cursos profissionalizantes. Eventos de rico conteúdo, trazidos por profissionais de reconhecidas competências em suas áreas, que contribuem para o crescimento de empreendedores de todos os níveis e setores. “Tudo em um só lugar” é o slogan da Feira, atestando sua utilidade para milhares de pessoas que buscam conhecimento, incentivo, integração – além de negócios. Desde a primeira edição, o número de visitantes suplanta as expectativas, e o volume de negócios é surpreendente, o que estimula a presença permanente de expositores, edição após edição.

Isso tudo é resultado do profissionalismo de vários colaboradores da Associação, liderados pelo superintendente Lúcio Cavalcante. Uma equipe empenhada na comercialização dos estandes, montagem e funcionamento da Feira – autêntica vitrine de dezenas de empreendimentos.

A Feira Pará Negócios é um evento consolidado na agenda da Associação, e esse mérito é creditado ao seu idealizador, o ex-presidente Sérgio Bitar, um visionário. Projeto que teve continuidade no mandato do ex-presidente Fábio Lúcio, e que continua com Clóvis Carneiro. Nenhum deles mediu esforços para viabilizar essa vitoriosa iniciativa, já inscrita na história da entidade.

---

■ **Miguel Sampaio**, empresário do setor de esporte e papelaria, é vice-presidente Institucional da Associação Comercial do Pará.





## BREVE HISTÓRIA DE UM “TECO-TECO”

■ NABIH ABOU EL HOSN

**O** que se segue caberia num romance de ficção sobre memórias de um imigrante libanês. Não, exclusivamente, história do meu empreendedorismo, de trajetória pessoal. Entrelaçadas, as passagens desta narrativa sobre acontecimentos tão reais - sem vaidade - são dignas de serem consideradas no contexto dos acontecimentos que marcam a passagem dos membros da Associação Comercial do Pará.

Se me perguntarem qual a minha mais antiga lembrança de quando cheguei ao Pará, digo sem vacilar: a Festa do Círio de Nazaré. Saído do Líbano em meados de agosto de 1947, cheguei ao Rio de Janeiro no início de outubro, após dois meses de viagem de navio.

Não demorei a seguir na nova jornada, agora de avião, rumo ao norte do Brasil. Tomei dinheiro emprestado e embarquei. Era uma quinta-feira, 16 de outubro daquele ano, quando cheguei a Belém. Pelas minhas contas, o Círio havia acontecido no domingo anterior, 12. O hidroavião que me trouxe do Rio de Janeiro fez um sobrevoo na cidade antes de aterrissar no Rio Guamá. Vendo Belém do alto, chamou minha

atenção aquele grande espaço iluminado. Desembarquei na Condor. No dia seguinte, fui conhecer a Basílica e o arraial, que ficava lotado de pessoas depois da novena.

Eu tinha vindo de Btekhnay, localizada a cerca de 30 quilômetros de Beirute.

A cidade - minha casa incluída - havia sido bombardeada por alemães durante a Segunda Guerra. Vendo as luzes do Arraial de Nazaré, lembrei-me do lugar onde nasci e ficaram meus parentes. A cidade já estava há tempos sem energia, vivendo na escuridão.

Nasci em 1929. Meu pai trabalhava voluntariamente nos correios do Líbano. Gostava de colecionar objetos, principalmente moedas e fotografias. No Líbano fui alfabetizado, e aqui em Belém estudei no Colégio Paes de Carvalho.

Segui, certamente, a máxima do meu próprio pai: “Qualquer pedaço de papel que tenha alguma coisa escrita, que você encontrar no chão, junte-o e leia; sempre tem algum conhecimento extra.”

Uma vez em Belém, fui trabalhar com meu tio Aly, dono da Casa Açucena. Ele havia chegado bem antes, em 1911, e era comerciante estabelecido à Rua João Alfredo, próximo à Travessa 7 de Setembro, com uma loja de armarinho, que vendia por atacado e varejo. Na casa dele morei durante três meses, e mais tarde casei com uma das filhas dele, a Sueid, mãe das minhas filhas. Naquela época, era costume os patrícios ajudarem quem aqui chegava, com uma caixa de armarinho para vender aviamentos que donas de casa precisavam. Os vendedores ambulantes, no mercado municipal, eram conhecidos como “teco-teco”. Fui



um deles. Recebi a minha caixa e, dessa forma, comecei as atividades comerciais em Belém.

Mas, na bagagem, eu trazia uma experiência profissional: a costura. Eu era alfaiate, profissão que aprendi com meu irmão Aref, no Líbano. Não demorou muito tempo, abri a “Alfaiataria Aurora”, à Rua 13 de Maio, 138, entre as travessas Padre Eutíquio e Campos Sales. Ali conheci muitas pessoas influentes – políticos e comerciantes –, entre eles o governador Magalhães Barata, o jurista Octávio Mendonça e o jornalista Romulo Maiorana, recém-chegado de Natal, para quem eu confeccionava ternos de linho irlandês.

Dez anos depois fui para São Paulo, onde abri uma pequena fábrica de confecções, numa sala localizada na Rua 25 de Março. Depois fui para o Brás, e lá cheguei a ter 100 máquinas industriais, onde fabricava roupas com a marca Nabimar. Naquela época, entrei na Associação Comercial de São Paulo. Mas o golpe de 1964 mudou tudo, e voltei para Belém trazendo, além da família, duas carretas cheias de confecções, que me garantiram abrir uma loja na esquina da Travessa 7 de Setembro com a Rua João Alfredo. Cheguei a ter três lojas de roupas.

Resgatei as amizades da primeira fase em Belém, e me tornei uma referência da comunidade libanesa. Fundei o Centro Cultural Árabe Brasileiro, no fim dos anos 1960. Jovem, ainda, fui acolhido pelos patriarcas das famílias libanesas estabelecidas em Belém. Os encontros com aqueles senhores de cabelos e bigodes brancos levaram-me ao Cedro Sport Clube, fundado entre as duas Grandes Guerras, em meio



às celebrações do retorno do Líbano à plena democracia, com a saída definitiva da França, em 31 de dezembro de 1946, muito embora já fosse um país independente do império turco. Eu vinha de um ativismo político resistente à França e aos Estados Unidos. Na juventude, tínhamos um relacionamento péssimo com esses países.

Não demorei a integrar a diretoria do Cedro, assumindo a função de cuidar da biblioteca do clube, com um acervo de livros, jornais e revistas em árabe que só circulavam, até então, em São Paulo. O clube viria a ser o embrião do Clube Monte Líbano.

Aqui, conheci pessoas que se tornaram líderes dos movimentos de resistência ao regime militar de 1964, entre eles o Raimundo Jinkings. Passei a receber autoridades, entre elas o embaixador da Palestina. Ciceroneei visitantes, inclusive jornalistas e pesquisadores. Considero-me um propagador da cultura, da política e religião árabe no Pará. E, já neste século, traduzi dois livros - “O Caminho para o Monoteísmo” e “Sinal do Crente” - de autoria de Naim Hassam, ministro espiritual e Cheikh Akl dos Unitaristas Drusos.

Minha história de associativismo começa, como já registrei, na Associação Comercial de São Paulo, em 1964. Um dia, em 1994, recebi um convite do amigo rotariano e empresário Antônio Brito para participar de uma reunião na Associação Comercial do Pará. Desde então, há 25 anos, integro esta respeitável Associação, tendo colaborado em diversas diretorias. Atualmente, integro o Conselho Superior.

Segunda mais antiga instituição comercial do país, e agora bicentenária, a Associação tem sido o palco de inúmeras conquistas para

o empresariado paraense, graças ao trabalho e à dedicação de abnegados diretores e colaboradores.

Considero-me reconhecido, por meio da ACP, como um empreendedor autêntico. Aos 90 anos, continuo à frente de um empreendimento que mudou totalmente a minha história e abriu um nicho de atividade empresarial até então inédito em Belém, que começou por causa de uma promessa e uma amizade.

Em 1970, minha esposa, Sueid, foi vítima de um acidente de carro em Belém, e seu corpo foi sepultado no Cemitério de Santa Izabel. Eu ia ao cemitério regularmente, e me incomodavam as precárias condições do local. Um dia, tentaram roubar a lápide da sepultura, e então pedi a Deus que me desse a graça de construir um lugar digno para o repouso dos restos mortais da mãe de minhas filhas. A promessa parecia impossível. Naquela época, eu estava projetando um condomínio em Ananindeua. Conversando com um amigo de São Paulo, então professor aposentado da Fundação Getúlio Vargas, ele me revelou que estava projetando um cemitério parque. Foi aí que surgiu o Recanto da Saudade, um empreendimento inovador e desafiador. No lugar de casas para os vivos, construiria moradia para os mortos. Fui considerado um louco. Quem, 37 anos atrás, em Belém, compraria túmulo? Hoje, temos 30 mil sepulturas, e espaço para mais 50 mil. Se assim se pode dizer, é considerado um “empreendimento bem sucedido”.

Em 2010, na presidência de Sérgio Bitar, tive a alegria de receber da ACP o título de Empresário do Ano - 2009, ocasião em que

lancei meu livro, “O voo do alfaiate”, o qual dediquei aos meus filhos, netos e bisnetos, verdadeiros pilares de tudo o que tenho sido e fui capaz de produzir.

À cultura árabe, às tradições e convicções atávicas, trazidas ao Pará com o calor dos meus 18 anos, juntei, com enorme satisfação, as virtudes indispensáveis do Pará: história, tradições e a hospitalidade. As amizades que fiz aqui jamais impediram de preservar minhas origens. Muito pelo contrário. Foi com a fraternidade e a comunicação aberta com patrícios e amigos nativos que ajudei a construir instituições da comunidade árabe em Belém. E daqui parti, na condição de governador do Rotary International do Distrito 4720, para visitar, oficialmente, os Rotary Clubs nos estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas. A Associação Comercial faz parte dessa trajetória.

---

\* *Nabih Abou El Hosn*, empresário do setor de serviços, é membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Pará.



## OS ANOS (RECENTES) MAIS ANIMADOS DA ACP

■ OSWALDO MENDES

**O**então senador Marcelo Crivela, hoje prefeito do Rio de Janeiro, queria que a estrela do Pará na bandeira nacional, a Spica, solitária acima da legenda Ordem e Progresso, descesse de patamar, para, em seu lugar, entrar a estrela do Distrito Federal.

A Associação Comercial do Pará tem obrigações, compromissos e tradição que permite e a estimula a dedicar-se a campanhas e ações tão necessárias e diferentes quanto a profilaxia de surtos epidêmicos e o abastecimento de Belém, como o fez nas duas Guerras Mundiais.

A ACP reagiu prontamente à proposta do senador fluminense, movimentou a nossa bancada no Congresso, e, juntando-se aos que não aceitavam a estapafúrdia ideia, viu-a cair no buraco negro das tolices.

Esse episódio foi um dos muitos acontecimentos extraordinários vividos nos últimos anos do século passado e os primeiros deste século, os anos mais animados dos últimos 50 da bicentenária ACP. Eu sei, porque estou dentro desta casa há 37 anos, como diretor, benemérito e, hoje, membro do seu Conselho Superior.

Vou contar outra, para mostrar que essa historinha não é uma exceção.

Em 2015, o Sul, o Sudeste e o Nordeste brasileiros foram atingidos por grave seca, que levou o governo de estado vizinho a propor o desvio do Rio Amazonas na sua foz (Pará) para suprir de água os irmãos daqueles estados.

Uma senadora fez coro com o seu governador, e chegou a sugerir a construção de aquedutos. E foi aí que a nossa ACP tornou pública sua preocupação, assustada com a pressa como o assunto exigia ser tratado, a par da evidente falta de estudos sobre a matéria.

O bom senso acabou prevalecendo.

José Roberto Arruda, lembra? Aquele que foi governador do Distrito Federal, mas antes, e acho que também depois, foi congressista, e em um dos seus mandatos resolveu criar o estado do Xingu, com parcela generosa do território paraense. A ACP mobilizou nossa bancada e o projeto acabou arquivado, também porque não agregou simpatizantes.

Mas os projetos de dois outros ilustres desconhecidos, os senadores Mozarildo Cavalcante e Leomar Quintanilha, eleitos pelos estados de Roraima e Tocantins, respectivamente, esses começaram a ser discutidos e a percorrer comissões no Congresso no ano 2000, e só em 2011 foram levados às urnas nas seções eleitorais do Pará. Os projetos em questão retalhavam o território paraense com vista à criação de duas novas unidades federativas – os estados do Tapajós e de Carajás.

A ACP assumiu de bate-pronto uma vigorosa campanha de oposição à divisão do estado, com o mote “PARÁ, EU TE QUERO GRANDE!”

Usamos a paixão, o paraensismo, os números concretos, os fatos comprovados, os exemplos marcantes, e ganhamos o plebiscito, mostrando e provando que o Pará, Carajás e Tapajós só teriam a perder com a divisão do nosso território, das nossas riquezas e até das belezas que nos enchem do prazer de viver nesta parte do mundo.

Foi a campanha mais longa – 11 anos ininterruptos! – jamais realizada. Foi também o único plebiscito realizado no País, pelo menos desde a promulgação da Constituição de 1988, com vista à criação de novas unidades federativas.

Não faltaram emoções.

Mas o mais animado dos anos vividos internamente foi certamente aquele em que tivemos na ACP a única eleição para valer dos últimos 50 anos, concorrendo candidatos de oposição e situação.

O candidato da oposição à presidência da ACP nem sequer era empresário, e isso foi devidamente enfatizado pelo grupo da situação, do qual fiz parte. Nosso candidato, Elias Salame da Silva, ao contrário, era um ativo empresário com longa vida nos negócios.

No dia da eleição, um dos líderes da oposição e um dos empresários mais atuantes e vibrantes de sua geração, quis impugnar o voto do Banco da Amazônia, porque se fez representar por um diretor. Mas também porque desconfiava que o voto do estabelecimento bancário era nosso. O dirigente oposicionista exigia o voto presencial do presidente do banco. Perdeu a questão, e acho que perdeu também o voto.



As discordâncias terminaram no último minuto da eleição. Muitos subiram para jantar no restaurante da ACP, situacionistas e opositoristas, juntos, celebrando o sucesso do pleito.

Fiz parte de tudo isso e participei da preparação das chamadas Agendas Mínimas, que apresentamos aos candidatos a prefeito de Belém e governador do Pará ao longo de várias eleições. Numa delas, a ACP defendia a privatização das estatais Celpa e Cosanpa. No pódio, enquanto aguardávamos o início da sessão que reunia associados para ouvi-lo, o candidato Almir Gabriel me dizia, em off, que poderia privatizar a Cosanpa; a Celpa, não. Pois ele se elegeu e foi o contrário que aconteceu, nem me pergunte por que: a Celpa foi privatizada, e a Cosanpa, até hoje, permanece estatal.

Outro tema recorrente nas Agendas Mínimas propostas aos candidatos a prefeito de Belém era, e ainda é, a arborização pública da chamada Cidade das Mangueiras. Ou Cidade-Pomar, como o grande poeta Manuel Bandeira batizou a nossa capital.

Ferreira de Castro, autor de “A Selva” e outros títulos consagrados, antes do sucesso sobreviveu uma dura fase de sua vida comendo mangas das mangueiras públicas de Belém.

Cidade construída dentro da maior floresta tropical do mundo, Belém tem um baixo índice de áreas verdes – menos da metade do mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde, 1,2 metro quadrado por habitante.



Foi quando lançamos a campanha “De bem com Belém”, cuja marca criada pela Mendes Comunicação é uma manga no formato de coração, e o objetivo era (e continua sendo) a mobilização dos bele-nenses em defesa da cidade projetada pelo intendente municipal Antonio Lemos à imagem de Paris – a Paris dos Trópicos.

Ainda não ganhamos essa batalha, mas tenho fé que um dia nós celebraremos mais essa vitória.

Vivemos uma época de veiculação de notas e comunicados, mais de críticas e reparos do que de louvação, cujos textos eram discutidos à exaustão. Lembro particularmente de um comunicado intitulado “Nota de Preocupação”, publicado em março de 2016, lamentando os 9 milhões de desempregados (hoje são mais de 13 milhões) e as quase 100.000 lojas fechadas, só no ano de 2015. Com contundência, a nota analisava a situação que vivia o País, e concluía: “Enfim, falta civismo, falta espírito público, falta competência, e sobra desvario, desrespeito, oportunismo e inaptidão”.

Fui 1º vice-presidente na gestão do Oswaldo Nasser Tuma, e fiz parte também das diretorias presididas por Roberto Massoud, Oziel Carneiro, Joaquim Borges Gomes, Délio Mutran, José de Luca, Elias Salame da Silva, João Augusto Rodrigues, Altair Vieira e Sérgio Bitar, que cito de memória, tentando alinhar por ordem dos mandatos, e não listando as gestões de Fábio Lúcio, Farid Massoud e Clóvis Carneiro porque aí já estava fora da Diretoria, integrando o Conselho Superior da ACP, hoje sob a presidência de Lutfala Bitar.

Foi prazeroso trabalhar com todos esses presidentes, e ter dedicado tanto tempo e tanta adrenalina às ações e, por que não?, reações da ACP.

Valeu a pena?

“Tudo vale a pena, se a alma não é pequena”, como disse Fernando Pessoa.

---

■ **Oswaldo Mendes**, jornalista e empresário da Comunicação, ex-presidente e membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Pará.

## A FASE TUMA. REINVENTANDO A ACP

■ REGINALDO FERREIRA

**E**m março de 2014, assumi a Diretoria presidida por Oswaldo Nasser Tuma. Poucos discordarão da afirmação de que Tuma e sua equipe mudaram a Casa. Tanto no relacionamento interno, com os conselheiros e colaboradores, como no externo, com os demais associados, entidades parceiras, governos, mídia etc. Tuma era um diplomata nato. Conseguia fazer com que seus desejos fossem imediatamente assumidos como nossos. Um democrata pleno: não impunha, nunca, suas vontades. Ao contrário, fazia-nos acreditar, desde o início, que eram nossas vontades. Suas propostas em qualquer fórum da ACP eram sempre aprovadas por unanimidade ou, no mínimo, por ampla maioria.

Inovou no fortalecimento da ACP, do Conjove, da Faciapa (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará) e com a criação do Conselho da Mulher Empresária, das Câmaras Setoriais, da Câmara de Arbitragem. Sempre voltado para as melhores práticas, sempre preocupado, e muito, em agradar a todos. Suas concessões

eram feitas dentro dos melhores interesses da ACP, sem deixar ninguém ofendido, violentado ou sequer contrariado. Ele era o cara!

A turma do Tuma era ótima! Eram tantos... Ele sempre contava com os ex-presidentes, a quem fazia questão de homenagear, sempre, com um tratamento fidalgo: Roberto Massoud, Joaquim Borges Gomes, Oziel Carneiro, Délio Mutran. No Conselho Diretor e na Diretoria Executiva, eram muitos os coringas: Oswaldo Dias Mendes, Lutfala de Castro Bitar, Altair Vieira, José de Luca Filho, além de um mega assessor jurídico, “o grande” doutor Eduardo Grandi, depois substituído, por motivo de força maior, pelo amigo Camilo Montenegro Duarte, igualmente competente e comprometido. A essa turma, chamávamos, carinhosamente, de “os cardeais”.

Em 9/5/1994, o diretor Joaquim Mendes Ribeiro comunicou formalmente ao Conselho que se licenciaria até outubro daquele ano, por motivo de ausência de Belém, solicitando a convocação de seu suplente. Assumi seu cargo em 30/5/1994, na forma estatutária.

## CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA DA ACP

Nós adorávamos a ideia de se criar um conselho específico, em que mulheres empresárias pudessem tratar de assuntos empresariais, em ambiente próprio, dentro de suas características. Na época, poucas mulheres participavam do nosso Conselho Diretor. Eram: Maria Helena Steffen, Vera Resque Athias e Ana Maria Santiago Pereira. Buscamos, então, conhecer as experiências das associações comerciais de Curitiba e São Paulo, especialmente de Curitiba.

Em julho de 1994 buscamos, e conseguimos, a aprovação da Diretoria Executiva, fato comunicado pelo presidente ao Conselho Diretor, em 25/07/1994. Para concluir o assunto, foi criada uma comissão composta pelos diretores Acácio de Jesus Sobral, Ana Maria Dias Santiago Pereira, Vera Maria Resque Athias e Reginaldo Ferreira. Passamos a trabalhar na elaboração do regimento do CME, com base nos modelos das associações que foram nosso benchmarking, incluída também a da ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro). Paralelamente, buscamos motivar mulheres empresárias, tendo inicialmente obtido a aprovação entusiasmada de quase 15. O assunto seria discutido pelo Conselho Diretor em diversas reuniões sucessivas, para a definição do formato, regimento etc.

Em 7/11/1994, o doutor Eduardo Grandi e eu apresentamos a minuta do Regimento do CME, que seria votada na próxima reunião, destacando que tal novidade geraria mudanças no estatuto da ACP, o que exigiria uma Assembleia Geral Extraordinária. Na ocasião, declaram-se contrários à criação do CME dois diretores, por considerarem que as mulheres empresárias podiam participar da ACP sem a necessidade de se criar um novo Conselho. A proposta foi formalmente aprovada pelo Conselho Diretor, em sua maioria.

O presidente do Conjove, João Carlos Oliveira, solicitou ao Conselho Diretor que, na oportunidade da alteração do estatuto da Casa, fosse incluída a condição de que os membros do Conjove, ao atingirem 40 anos, fossem automaticamente guindados a associados da Casa. Até então, não havia a obrigação de os membros do Conjove serem associados à ACP.

Posteriormente, em 27/11/95, o presidente do Conjove propôs que todos os seus associados já existentes passassem a ser associados, o mesmo ocorrendo, automaticamente, com os futuros associados, o que foi aprovado. Em 11/12/95 todos os associados do Conjove foram individualmente aprovados para ingresso na ACP, respeitando-se, para isso, os critérios adotados pelo próprio Conjove para aprovação anterior das empresas.

Na reunião do CD, em 14/11/1994, o assessor jurídico-Eduardo Grandi apresentou e comentou o Regimento Interno do CME. Manifestaram-se sobre o assunto os diretores José de Luca Filho e Joaquim Borges Gomes, solicitando algumas alterações, o que foi aprovado. Manifestaram-se ainda os conselheiros Roberto Farid Elias Massoud, José do Egypto Vieira Soares e Elias Salame da Silva. O conselheiro Valdemiro Aguiar Martins Gomes pediu para se abster. Colocado em votação, o Regimento foi aprovado. Em 18/11/1994, foi submetido à Assembleia Geral Extraordinária, que o aprovou, no bojo da alteração do estatuto. Em 20/03/1995 foram aprovadas as propostas de associação das empresas que comporiam o núcleo inicial do CME: Rodrigues & Freire Ltda., Bavieka Boutique e Presentes Ltda., Ponto & Vírgula Com. Ltda., Construtora Ivan Danin S/A, Risque & Rabisque Comércio Ltda., Zaire Rodrigues & Cia. Ltda., Marjorie Comércio Ltda., Tampa Comércio e Representações Ltda., Art-Decor - Artesanato e Decorações Ltda., MLF Melo ME, Atelier Cat Gut Ltda. Posteriormente, outras empresas foram admitidas como associadas da ACP, via CME.

Em 8/5/95 foi definida a data de instalação oficial do CME: 31/5/95, às 19 horas, em cerimônia especial no Salão Nobre da Casa. Em 15/5/95 foram nomeadas as conselheiras da ACP para a primeira Diretoria do CME, as senhoras Maria Helena Moller Steffen, Vera Maria Resque Vieira Athias e Ana Maria Dias Santiago Pereira, com o objetivo de levarem sua experiência e contribuírem para o desenvolvimento do novo Conselho. No mesmo dia, eu comuniquei que foi convidada, para presidir o CME, a empresária Fátima Petrola, que articularia a complementação de sua diretoria. O Conselho aprovou a indicação. Na reunião do Conselho Diretor, em 5/6/95, a nova presidente do Conselho da Mulher Empresária foi formalmente apresentada, iniciando sua brilhante participação na Casa.

## ASSUNTOS RELEVANTES

A associação sempre discutiu diversos assuntos relevantes para o Estado do Pará, principalmente nos aspectos empresariais. Mencionamos a questão da Hidrovia do Tocantins, da pretendida transferência para Belém da sede da Eletronorte, a implantação da internet no Brasil, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, dentre tantos outros. Em 11/9/95, a ACP recebeu o grupo empresarial que lançou o empreendimento Doca Boulevard, liderado pelo empresário José Thomé. Muito se envolveu no questionamento do funcionamento, no estado, de feiras temporárias de indústrias de outros estados, como a Feira do Calçado de Franca (SP), em setembro de 1995, por representarem concorrência desleal aos empresários locais.



## BENCHMARKING

Em 5/9/1994, o Conselho Diretor aprovou a proposta do presidente Oswaldo Nasser Tuma para que fôssemos a Goiânia (GO) conhecer os projetos inovadores da Associação Comercial daquele estado, especialmente voltados para os jovens empresários e mulheres empresárias. O relatório do trabalho desenvolvido em Goiânia foi apresentado ao Conselho Diretor, tendo merecido comentários positivos de diversos membros, especialmente de César Nader Bechara Mattar Júnior, notadamente quanto à agressividade na conquista de novos associados, o programa SOS Empresarial da Assessoria Jurídica, o Seguro de Saúde em Grupo e o programa de apoio à informatização das pequenas e micro empresas.

## LUTFALA E OS DISTRITOS INDUSTRIAIS

Em agosto de 1994, o vice-presidente, Lutfala de Castro Bitar, participou de uma solenidade no Palácio dos Despachos, representando a ACP, quando foi reabilitada a presidência da Codec (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará), que, entre seus objetivos, inclui a administração dos distritos Industriais do Pará. Coincidências da vida. Atualmente, Lutfala é o presidente da Codec.

## ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO

Em outubro de 1994, o Conselho Diretor da ACP discutia a pouca agressividade do Pará na atração de investimentos estrangeiros, ao comentar a instalação, no Estado do Ceará, de indústrias oriundas de

Taiwan. Foi decidido que assinaríamos um documento, em conjunto com a Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará), recomendando ao Governo do Pará o estudo de uma política de incentivos mais atraente para investidores externos.

### IMÓVEIS DA ACP DEVOLVIDOS AO ESTADO

Em 7/11/94, foi discutida, por iniciativa do conselheiro Guilherme de Souza Castro Cardoso, a questão dos imóveis que pertenceriam à ACP, ocupados pelo Governo do Estado. O assunto ficou de ser estudado.

Em 27/3/95, o presidente Oswaldo Nasser Tuma comunicou que o assessor jurídico, Eduardo Grandi, foi procurado pelo então procurador-geral do Estado, doutor Jorge Alex Athias, pedindo-lhe que fosse tratado o assunto dos imóveis. Em função da relevância, o presidente criou uma comissão especial para analisar a questão, composta pelos conselheiros Joaquim Borges Gomes, Roberto Farid Elias Massoud, Oswaldo Dias Mendes, Joaquim Nunes Alves, Lutfala de Castro Bitar, Olavo de Lyra Maia, e ainda por Eduardo Grandi. Em 24/4/95, o presidente Tuma comunicou ao Conselho Diretor que havia sido procurado pelo então secretário de Estado de Cultura, Paulo Chaves Fernandes, solicitando-lhe uma resposta ao procurador-geral do Estado. Pediu então à comissão que se manifestasse, no dia 26/4/95, para possibilitar uma resposta. No dia 8/5/95, o conselheiro Roberto Farid Elias Massoud relatou ao CD que a Comissão concluiu que a ACP não tinha qualquer documento que provasse a propriedade; logo, teríamos que devolver ao governo os prédios envolvidos - a Escola de Química do Pará e o Museu Comercial. No dia 27/02/1996, às 19 horas, em

sessão solene, com a presença do então governador do Estado, Almir Gabriel, do presidente da ACP, Oswaldo Nasser Tuma, e de diversos diretores da Casa, houve a cerimônia de renúncia ao prédio.

## CRIAÇÃO DOS ESTADOS DE CARAJÁS E TAPAJÓS

Em 21/11/94, foi criada uma comissão na ACP para analisar o assunto da forte demanda pela criação de novos estados, desmembrando o Estado do Pará, notadamente as regiões do Tapajós e Carajás. Tal comissão foi formada pelos conselheiros Lutfala de Castro Bitar, Joaquim Borges Gomes, Elias Salame da Silva, Antônio Remígio de Araújo e Valdemiro Aguiar Martins Gomes, acompanhados pelo assessor jurídico Eduardo Grandi. A missão era posicionar a Casa, de forma equilibrada, evitando desentendimentos com as entidades coirmãs das regiões envolvidas. Decidiu a ACP, coerentemente, transferir a coordenação do assunto à Faciapa, por ser a entidade congregadora de todas as associações comerciais do Estado do Pará, ficando a ACP limitada à análise da conveniência e dos interesses de Belém. Passou, então, a discutir o assunto em diversas reuniões e fóruns.

## CÂMARA DE ARBITRAGEM

Em 25/09/95, o associado Camilo Montenegro Duarte reportou sua participação na 1ª. Jornada da Arbitragem Comercial, promovida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma tendência mundial, o que viria a motivar a ACP a criar sua própria Câmara de Mediação e Arbitragem, dentro do melhor padrão. Na prática, a arbitragem comercial não se consolidou no Brasil como substituta eficaz da Justiça tradicional, com raras exceções.

## REUNIÃO GERAL DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

Sob a coordenação da ACP, que então liderava a Faciapa, foi promovida uma reunião de associações comerciais, em Belém, em setembro de 1995, com o objetivo de estreitar o relacionamento e conhecer as dificuldades e demandas de todo o Estado. O evento contou com o apoio total do Sebrae/PA e a participação de 34 associações, que vieram a fortalecer sensivelmente a Faciapa.

## DANILO REMOR – EMPRESÁRIO DO ANO DA ACP

Em 20/6/1994 foi criada uma comissão, presidida por Oswaldo Dias Mendes e integrada por Lutfala de Castro Bitar, Altair Correa Vieira, Joaquim Borges Gomes, Roberto Farid Massoud e eu, para sugerir, ao Conselho Diretor, o nome do Empresário do Ano. Escolhemos o companheiro Danilo Remor, então presidente da Fiepa. Nossa sugestão foi acolhida pelo Conselho Diretor, e a homenagem foi prestada no dia 21/9/1994, com grande repercussão.

## ELEIÇÃO DE 1996

Tuma foi um dos poucos presidentes da ACP que não aceitaram ser reconduzidos ao cargo. Entendeu que um mandato seria suficiente, e trabalhou intensamente para uma eleição tranquila. Em reunião do Conselho Diretor, que tratou do assunto no dia 29/01/1996, o ex-presidente Délio Mutran lamentou formalmente tal decisão, “após tão brilhante mandato”. Na ocasião, Délio propôs o nome do conselheiro José de Oliveira Mendes, que, por mo-

tivos pessoais, declinou. A conselheira Maria Helena Steffen, que havia tido seu nome lançado, retirou-se da disputa. Ficou, então, decidido que Oswaldo Nasser Tuma faria alguns contatos, recomendando nomes no menor prazo possível. Na sequência, foram eleitos e empossados em 27/02/1996 os novos membros do corpo diretivo da Casa, sob a presidência do conselheiro José de Luca Filho. O presidente Oswaldo Nasser Tuma, na última reunião do CD por ele dirigida, em 25/03/1996, apresentou seu relatório de gestão destacando alguns pontos importantes, dentre eles a organização geral da Secretaria, com a implantação de um moderno sistema de computadores e a organização dos arquivos. No aspecto financeiro, as contas apresentadas estavam rigorosamente em dia, com receitas mensais nominais de R\$-57.000,00, despesas de R\$-37.000,00 e índice de liquidez corrente de 1,47. Destacou, ainda que, no período do mandato, o número de associados subiu de 280 para 420, fruto do esforço de todos.

Pensei muito antes de decidir escrever essas notas sobre minha participação na ACP. Aliás, são muitos os atores, quase todos com mais expressão do que eu. De qualquer maneira, concluí que minhas experiências mereciam ser expostas. Sem dúvida, em um período de 10 anos, participei de muitos momentos, bons ou nem tanto, dessa Casa tão querida e complexa. Diretorias passam, pessoas passam, mas a Associação continuará aqui. Todos os fatos relatados são história. Vivi todos, com total interesse e comprometimento. Muitos dos personagens, que participaram dos acontecimentos,

com diferentes graus de intensidade e envolvimento, felizmente, estão vivos. E muitos já não estão em nosso planeta. Algumas pessoas, maravilhosas. Outras, nem tanto. A todos, desejo paz.

---

**Reginaldo Ferreira**, administrador, foi presidente da Faciapa e da Associação Comercial e Industrial de Ananindeua (ACIA), 1º vice-presidente, 2º tesoureiro e superintendente da Associação Comercial do Pará.





## MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS AGRADECEM

■ RUBENS MAGNO JÚNIOR

**T**rabalhar para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Essa é a síntese dos objetivos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Mas isso não aconteceria sem poucas parcerias. Uma das mais importantes é a que o Sebrae mantém, há 45 anos, com a Associação Comercial do Pará.

Sebrae e ACP formam uma dupla de instituições relevantes para o fomento ao empreendedorismo e fortalecimento das pequenas e médias empresas paraenses. Não poderia ser diferente. Afinal, mais de 50% dessas empresas são do segmento do comércio, sendo que 98% são micro e pequenas empresas.

A despeito de a história da ACP remeter para as grandes empresas, organizações familiares tradicionais e corporações que de alguma forma vieram do universo de grandes empresas, as pequenas e médias estão fortemente presentes na ACP.

A verdade histórica ratifica-se pelo fato de que, entre as instituições fundadoras do Sebrae-PA, em 1974, a ACP está presente.

É honroso ser protagonista deste momento em que transcorrem os 200 anos da ACP e poder registrar essa história, vivenciar um legado de enorme significado. Estando na origem da instituição que agora dirijo, criada dois anos após a fundação da matriz nacional de apoio à pequena e média empresa, a bissecular ACP é uma das três entidades fundadoras do Sebrae-PA - então chamado Centro de Assistência Gerencial do Pará (CEAG-PA), tendo, inclusive, ocupado um assento no primeiro Conselho Deliberativo da autarquia.

Estar de mãos dadas com a ACP foi fundamental para que o Sebrae cumprisse sua missão de promover o desenvolvimento dos pequenos negócios paraenses e fomentar o empreendedorismo nos quatro cantos do Estado.

Convém registrar que “o Sebrae é agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento”. Não é uma instituição financeira, não empresta dinheiro. Mas em articulação com bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito contribui para que o acesso ao crédito seja uma possibilidade concreta, um instrumento de melhoria dos negócios de micro, pequenas e médias empresas. É um órgão facilitador. Capacita empreendedores e oferece apoio técnico aos negócios; orienta o acesso ao mercado e cria ambiente legal para as micros e pequenas empresas prosperarem.

Não caberia nestas páginas os resultados volumosos da parceria do Sebrae-PA com a Associação Comercial há mais de quatro décadas,

que são inegáveis. Diante do desafio de se empreender no Brasil, o apoio da ACP ao Sebrae-PA é uma necessidade, sendo uma via de mão dupla.

Pesquisa do Sebrae aponta que uma das principais causas do fechamento de um empreendimento é a falta de conhecimento. Por isso, atuar em parceria com entidades que promovam e facilitem o acesso à capacitação empresarial é uma das principais estratégias para combater essa mortalidade.

Muitos programas e projetos do Sebrae-PA são desenvolvidos em parceria com a ACP. São cursos, palestras, workshops, mesas-redondas, consultorias especializadas. Relevante e adequado aos pressupostos da Associação Comercial, o Sebraetec é um programa que promove o acesso empresarial a soluções em sete áreas do conhecimento e da inovação gerencial. Destacam-se, também, os encontros que a ACP promoveu, em parceria com o Sebrae-PA, para fortalecer a interação de empresários de vários setores, mediante debates, troca de experiências sobre direitos e deveres trabalhistas, contrato e retenção de talentos, estratégias para bom atendimento, aumento nas vendas e e-Social. Cento e cinquenta pequenos empresários da Região Metropolitana participaram dessas jornadas, que também contribuíram para fortalecer as redes de relacionamento.

Dentre as várias realizações conjuntas, destaco a Feira Pará Negócios, que se tornou uma grande vitrine comercial, já integrada ao calendário anual de promoção da economia do Estado. Atrai investidores de fora e fomenta negócios.

Foi fundamental o apoio da ACP ao debate em favor da aprovação da Lei Geral das MPEs, em 2006. Promoveram-se muitas ações com esse objetivo, incluindo palestras, visitas de sensibilização e carreata pelas ruas de Belém. A culminância foi uma marcha a Brasília, onde a representação do empresariado paraense acompanhou as discussões e a votação no Congresso Nacional. Todo o esforço foi compensado com a sanção da Lei Geral das MPE em 14 de dezembro daquele ano - um marco na criação de um ambiente favorável à criação de empresas e ao desenvolvimento empresarial brasileiro como um todo.

Um dos desdobramentos dessa lei foi a instituição, em 2010, da figura do Microempreendedor Individual (MEI), que concedeu “cidadania empresarial” a milhares de trabalhadores autônomos, que no Pará somam, atualmente, 175 mil.

O seminário sobre reforma tributária, que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados promoveu em 2011, em Belém; o apoio da ACP ao empreendedorismo feminino, por meio do Conselho da Mulher Empresária, e o Feirão do Imposto foram outros eventos que contribuíram para o fortalecimento dos pequenos negócios e o fomento ao empreendedorismo.

Estes registros parecem efêmeros, mas serão úteis, no futuro. Quando outras gerações deles tomarem conhecimento poderão avaliar o quanto se trabalhou no presente para que o empreendedorismo paraense gerasse riquezas e justiça social.

Tenho a convicção de que nada disso teria ocorrido se a Associação Comercial do Pará não tivesse avançado, junto com as mudanças

no comércio, no mercado, no jeito de se empreender e gerir, ao longo de dois séculos. E esse é um motivo muito justo para o Sebrae-PA celebrar a efeméride dos 200 anos da Associação Comercial.

Um quarto desse tempo foi vivido com a intimidade de parceiros autênticos, pelo Sebrae-PA e ACP. Os micros, pequenos e médios empresários paraenses festejam, com muita razão, e agradecem.

---

■ **Rubens Magno Júnior**, empresário do setor de gastronomia, é diretor-superintendente do Sebrae no Pará e diretor (licenciado) da ACP.





## TO BE OR NOT TO BE, THAT IS THE QUESTION!

■ SÉRGIO BITAR

*“Ser ou não ser, eis a questão: é mais nobre sofrer na alma as pedradas e flechadas de um destino ultrajante ou pegar em armas contra um mar de problemas e, enfrentando todos, acabar com eles?”*

**E**sse excerto do livro “The Tragedie of Hamlet, Prince of Denmarke” (“A tragédia de Hamlet”), escrito entre 1599 e 1601 por William Shakespeare, põe uma grande dúvida na cabeça de quem quer ser empreendedor no nosso país: ser ou não ser empresário no Brasil?

Sê-lo é, todos os dias, “pegar em armas contra um mar de problemas e, enfrentando todos, acabar com eles.”

Recentemente, um sobrinho de minha esposa disse-me que gostaria de montar uma empresa ao concluir o curso de Engenharia Civil. E perguntou-me o que eu achava. O que dizer àquele jovem? Fiquei na dúvida: dizer a verdade do que é ser empresário neste país e desencorajá-lo, ou aconselhá-lo, primeiro, a se preparar para executar seu sonho? Orientei a procurar instituições, como o Sebrae, e se associar a uma entidade empresarial, fazer sua network e conhecer o que pode ajudá-lo a viabilizar empreendimento.

Para ser empresário no Brasil é preciso enfrentar enormes desafios; ser resiliente e determinado para não desistir aos primeiros percalços. É necessário, enfim, saber lidar com grandes adversidades.

Os empresários brasileiros, via de regra, são vistos por certos setores da sociedade como inimigos. São estigmatizados por uma parcela expressiva da população como alguém que progrediu na vida à custa da exploração do trabalhador. Essa visão deformada, inclusive, encontra amparo em setores da Igreja Católica. Aos pobres, o reino de Deus! E aos empresários, não? A virtude de ser bem-sucedido, trabalhando arduamente, com competência, é pecado mortal?

Não defendo os maus empresários. Mas é justo reconhecer aqueles que labutam, dia e noite. Na maioria das vezes, o empresário abre mão de dedicar mais tempo à família, trabalha anos sem férias, passa noites sem dormir pensando nos problemas da empresa.

Os empreendedores brasileiros são autênticos heróis nacionais, e por isso os defendo. São eles que geram emprego e renda para trabalhadores, provendo o bem-estar da sociedade.

A ambiência dos negócios no Brasil assenta-se em condições adversas. E são muitas: o empresário tem que conviver com uma tributação complexa e excessiva. A burocracia é perversa e a legislação trabalhista é arcaica. Enfrenta-se um sistema judiciário moroso e oneroso. Temos um sistema patrimonialista e cartorial facilitador do ambiente de corrupção sistêmica que, perverso, interfere na vida dos brasileiros ao afetar as empresas que respeitam as leis.

Essas variáveis são a maior parte do chamado “custo Brasil”, que penaliza diretamente as empresas que competem no mercado internacional.

Ilustrativo e profundamente realista é o artigo do cientista político Fábio Maia Ostermann (um dos fundadores do Movimento Brasil Livre,

hoje uma das principais lideranças do movimento suprapartidário Livres), publicado pelo jornal O Povo, de Fortaleza, em 5 de janeiro de 2014.

*“É importante entender, em primeiro lugar, que o brasileiro não nasce corrupto. A corrupção no Brasil é fruto das nossas instituições, moldadas por séculos de tradição ibérica, patrimonialista e cartorialista, onde o público se confunde desde as entranhas com o privado. Somos a república dos cartórios, dos alvarás, das concessões e, sem surpresa, do jeitinho. Criam-se dificuldades para, logo em seguida, oferecerem-se facilidades devidamente comissionadas ao agente público que presta o serviço, claro.*

*Adicionalmente, vemos em curso no país o desenvolvimento de um perigoso “capitalismo de compadres”. Torna-se cada vez mais rentável para uma empresa o investimento em ‘empreendedorismo político’ e o atendimento às demandas de agentes públicos – em contraposição ao empreendedorismo de mercado, buscando a inovação e o atendimento às necessidades do consumidor. Quando tarefas tão prosaicas e, ao mesmo tempo, tão vitais ao crescimento e desenvolvimento do país, como a abertura de um negócio, a obtenção de uma licença ou o pagamento de tributos tornam-se tão complexas, é natural, e até instintivo, que os agentes busquem maneiras de contornar tais obstáculos. Acaba se tornando uma questão de sobrevivência em muitos casos. Some-se a isso a falta de uma cultura de transparência e prestação de contas por parte dos poderes públicos e um sistema penal leniente e temos um terreno fértil para a corrupção em suas diversas formas.*



*Sair desta lógica demanda a redução da participação estatal na sociedade. É necessário que o governo limite sua atuação a algumas poucas áreas (segurança, educação, saúde e infraestrutura básica), deixando o resto à iniciativa privada. Mundo afora, a correlação entre grau de intervenção do Estado na economia e os índices de corrupção é inequívoca. É também uma questão de bom senso: quanto maior a participação do Estado na economia e a autoridade conferida a seus agentes, maiores são as oportunidades de corrupção.*

*A iniciativa para uma mudança de tal profundidade não partirá de nossa classe política, zelosa em manter seus poderes e privilégios. Mas políticos também são indivíduos racionais que respondem a incentivos. Cabe, portanto, à sociedade brasileira dar-lhes o sinal por meio das instituições democráticas: queremos mais liberdade e menos Estado em nossas vidas. Somente assim nos livraremos da chaga da corrupção, que corrói diariamente nossas instituições e trava nosso desenvolvimento.”*

A sociedade brasileira está cansada desse sistema. O “Mensalão” e o “Petrolão” expuseram as entranhas da corrupção epidêmica que tem corroído o tecido social brasileiro. Não à toa, a Operação Lava Jato desnudou uma estrutura gigantesca, poderosa, de corrupção que grassa nos órgãos e empresas públicas. E por isso tem o apoio da maioria da população. Esperemos que essa reação dos brasileiros aponte para uma mudança de pensamento político, aquele que equivocadamente diz que “o Estado Brasileiro existe para se servir do povo”, quando deveria “servir ao povo”.

É desejável que o Congresso Nacional faça as reformas necessárias à modernização do Estado, para destravar a economia. São mudanças necessárias para que se tenha um crescimento econômico expressivo, capaz de gerar emprego, renda e bem-estar geral à população. Seria bom que as almejadas reformas reduzissem o tamanho do Estado, extinguindo órgãos e empresas estatais. Isso contribuiria para a redução da corrupção.

Outra condição adversa, que em grande parte tem correlação com a corrupção, é a complexidade do sistema tributário aliada à alta carga tributária que, além de dificultar o recolhimento de impostos, facilita a sonegação por parte de algumas empresas, criando competição perversa.

É óbvio que essa condição subsiste em parte pela conivência com agentes públicos que acobertam o ilícito. Mas o controle mais eficiente dos órgãos fiscalizadores tem inibido e reduzido a sonegação fiscal nos últimos anos. Porém, é urgente que, ao cabo da reforma, tenha-se um sistema tributário simplificado, de fácil aplicação, que dificulte mesmo as práticas ilícitas e coíba os privilégios para poucos. O sistema tributário tem que ser mais justo.

A burocracia é outra questão relevante. As três esferas de governo exigem cada vez mais das empresas dados cujo levantamento implica tempo absurdo de trabalho – oneroso, é bom que se diga -, cujos valores são repassados aos preços de produtos e serviços. No final, a população é quem paga pelo excesso de burocracia.

Outra discussão é a legislação trabalhista. Implantada na primeira metade do século XX, a CLT é arcaica e já não mais reflete as necessidades de uma relação de trabalho adequada aos dias atuais, apesar da pequena reforma recente. A CLT acaba gerando um número elevado de conflitos trabalhistas, de modo que, no Brasil, segundo informações obtidas, registram-se mais de 90% de todas as ações trabalhistas mundiais.

Quem paga essa conta? Toda a sociedade, de diversas maneiras. Como? Com a baixa quantidade de empregos formais; a inibição da contratação de trabalhadores, e o fechamento de empresas, principalmente as de mão de obra intensiva, que acabam sucumbindo sob o peso da onerosa folha de pagamento. Vale a máxima: “É pouco para quem recebe, mas é muito para quem paga”. As reclamações trabalhistas também repercutem nos preços de produtos, bens e serviços.

E o sistema judiciário? Bem, esse é um caso à parte, porém relevante. As Cortes, por natureza, devem dar segurança jurídica à sociedade. Entretanto, o Poder Judiciário tem suscitado muitas incertezas. Os processos judiciais, além de morosos, muitas vezes geram insegurança jurídica. E, não poucas vezes, inibem ou cancelam projetos vultosos, que gerariam empregos e renda em inúmeras regiões carentes do país. Um exemplo é a exploração de petróleo em alto mar, na costa do Pará e Amapá, abrangendo municípios com uns dos mais baixos IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil. Empresas que venceram o direito de exploração, inclusive mediante pagamento à União, foram impedidas de atuar por decisão judicial baseada em meras suposições de uma ONG que, inclusive, já se mostraram falsas. Mesmo assim, o

embargo persiste, prejudicando não somente as empresas, mas a população carente de emprego e renda.

Exemplos como esse, inúmeros no país, inibem a participação mais expressiva de investidores estrangeiros no Brasil. Além das incertezas jurídicas, a morosidade dos processos prejudica a cobrança de dívidas, facilitando ao devedor postergar indefinidamente a demanda. Mais uma vez, parte desse ônus acaba sendo repassada ao consumidor, tal o impacto nos custos das empresas.

Ufa! Depois de todas essas adversidades expostas, alguém, em sua consciência, ainda quer ser empresário no Brasil?

Para ser um empreendedor é preciso saber conjugar três verbos: desafiar, sonhar e organizar. Não teriam sido os verbos que nortearam, e que continuam inspirando, a Associação Comercial do Pará?

Desafiar. Se o homem não se impusesse desafios, não teria enfrentado terras desconhecidas, animais ferozes, climas inóspitos; não teria povoado toda a Terra, enfrentado os mares, o ar e o espaço sideral. E chegado à Lua. Continuaría caçando animais e colhendo frutas e sementes.

Sonhar. A capacidade de sonhar, desejar algo inalcançável, é o que conduz o homem a realizações fantásticas. Não basta o espírito desafiador se não formos capazes de sonhar. É isso que dá vida à criatividade, ao empreendedorismo. Ora, grandes e pequenas invenções decorreram de sonhos que embalaram – e ainda embalam – as ondas de desenvolvimento; os avanços da sociedade; o progresso das ciências, e o desenvolvimento de tecnologias que nos fizeram chegar a este ponto da civilização.

Algo parecido com o sonho de empresários que, em Belém, se juntaram numa associação “há 200 anos”?

Organizar. Remetendo novamente às origens da Associação Comercial, lembremos que a “Praça do Comércio” surgiu da necessidade de se organizar o funcionamento do porto de Belém, o embarque e desembarque de mercadorias, em 1819.

O senso de organização é uma das virtudes humanas que nos deram condições de viver racionalmente, em sociedade, desde a formação dos primeiros grupos familiares, de formar comunidade e edificar as cidades.

Graças à capacidade humana de se organizar é que nasceram, também, as organizações produtivas, as empresas. A natureza empreendedora é inerente ao ser humano. Por isso, tenho a crença de que o sonho e o desafio para realizar algo é muito mais forte que o medo da derrota imposta pelas adversidades. Não basta simplesmente sonhar e ser destemido para se tornar um empreendedor. É necessário saber organizar; capacitar-se para entender profundamente o negócio projetado e se manter atualizado diante da avalanche de mudanças tecnológicas, das comunicações e das maneiras como o mercado se relaciona com os consumidores.

A empresa é uma esteira rolante que gira permanentemente para trás, em velocidade que depende do setor em que atua, que varia de acordo com a competitividade, as inovações e os riscos inerentes do empreendimento. Para sobreviver, a empresa tem que manter uma “velocidade positiva”, ou no mínimo igual à “velocidade negativa” da



esteira. Para tanto, é imperioso investir em inovação, administração competente e redução dos riscos.

Como reporte, existem instituições que podem dar o suporte necessário àqueles que iniciam um empreendimento, de acordo com o setor. Destaco o Sebrae e o Redes (sistema de relacionamento do ambiente industrial do Estado do Pará, gerido pela Federação das Indústrias do Pará - Fiepa), que trabalha na capacitação de fornecedores de grandes empresas instaladas. Outros organismos recomendados são a Universidade Corporativa e as Câmaras Setoriais da Associação Comercial do Pará. Além da própria Fiepa, atuam com o propósito de incentivar o empreendedorismo a Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Pará (Faciapa), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Pará (Fecomércio) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa).

Concluo que o espírito empreendedor está na essência do ser humano, e que, independentemente dos inúmeros desafios, haverá sempre alguém disposto a enfrentá-los para realizar o dignificante sonho de ser empreendedor, superada a dúvida shakespeariana de “ser ou não ser”.

---

■ **Sérgio Bitar**, engenheiro mecânico, empresário do setor da Construção Civil, é ex-presidente da Associação Comercial do Pará.







***D**ocumentos,  
biografias,  
iconografias, edificações e  
até mobílias são elementos  
indispensáveis à história  
daquilo que se constrói. Na  
Associação Comercial, uma  
cadeira, algo inanimado,  
tem sua própria trajetória ao  
guardar o tempo de muitos  
que agiram para que se  
chegasse há 200 anos. E dele,  
ninguém olvidasse.*



## 49 PRESIDENTES JÁ CUMPRIRAM 118 MANDATOS

**A** história da Associação Comercial do Pará tem dois períodos distintos. Ou três, incluindo o atual, iniciado em 1899. A crônica é lacunosa ao não esclarecer o que aconteceu, no âmbito da instituição, depois que cessaram os conflitos da Cabanagem, irrompida em 7 de janeiro de 1835 e encerrada em 1840.

O livro “História da Associação Comercial do Pará”, publicado por Ernesto Cruz, em 1964, não acrescenta detalhes sobre as atividades da Associação da Praça do Comércio do Pará, naquela época, embora traga a lume o cenário do comércio e registre o impacto direto da revolta nas atividades mercantis e, indireto, na vida da instituição. Diz o livro: “Depois dos primeiros anos de atividades, no amparo e engrandecimento da classe que bem representava, a Praça entrou em declínio (...). Dizem os cronistas que a Cabanagem contribuiu para o marasmo daquela associação (...)”. Houve, em consequência dos combates, grandes desfalques no comércio: “Desfalques de mercadorias, retenção de gêneros nas áreas de origem, falta de braços na lavoura”, travando todos os ramos comerciais. “O que poderia fazer

a Praça do Comércio em tal situação? Como poderiam seus associados concorrer para a manutenção da classe, se não havia garantia para o funcionamento das casas comerciais?”.

Ernesto Cruz, por muitos anos diretor do Arquivo Público do Estado, não dá outras notícias sobre as atividades da organização até 1864, muito embora a fundação da Associação tenha sido bem documentada.

O impacto da Cabanagem na Associação ainda carece de investigação satisfatória. Os acontecimentos associativos só reaparecem na linha do tempo em 1864. A retomada das atividades foi registrada pelo Diário do Grão-Pará. O jornal informou, na edição de 14 de fevereiro, que a reunião de “vários negociantes da nossa praça”, ocorrida no dia 13 de fevereiro (sábado), “em um dos salões da casa da gerência da Companhia do Amazonas”. Teve o “intuito de estabelecer uma associação comercial”. Acrescenta a matéria que, na mesma reunião, foram eleitos os seguintes dirigentes: Manoel Antônio Pimenta Bueno – presidente; João Augusto Corrêa – vice-presidente; Augusto Eduardo Costa – 1º secretário; Guilherme Brambeer – tesoureiro; Ambrósio Campbell - tesoureiro. Dessa diretoria, apenas Campbell não se elegeu, posteriormente, para o cargo de presidente da entidade.

Desde a sua criação, como Associação da Praça do Comércio do Pará, a ACP já teve 49 presidentes, incluindo o atual, Clóvis Carneiro. No total, foram cumpridos 118 mandatos. Os informes constantes nas atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral dão conta de uma dinâmica muito grande no cumprimento dos mandatos, pelos eleitos para a presidência da entidade; revelam renúncias, licenças por doença e falecimento. Conforme

os estatutos, os presidentes eram substituídos pelos vice-presidentes, mas também, extraordinariamente, pelo tesoureiro; outras vezes, os titulares retomaram o cargo. As idas e vindas exigem ir fundo às atas para se entender a “cronologia dos presidentes” (assinalamos em negrito os períodos de mandatos não cumpridos ou interrompidos).

O primeiro presidente, Joaquim Francisco Danin, foi um capitão de cavalaria e comerciante. Ele se manteve no cargo desde 1819 até 1833, cumprindo 15 mandatos. Deixou o cargo dois anos antes dos conflitos cabanos iniciarem. Com a eleição de Manoel Antônio Pimenta Bueno, em 1864, inaugura-se uma nova fase da Associação. Ele foi eleito, novamente, para o mandato de 1867 a 1868.

O comendador Domingos José Dias foi eleito sete vezes seguidas para a presidência da entidade entre 1891 a 1897 (em determinado momento ele passou a ser o Visconde de São Domingos).

Antônio Martins Júnior foi o 33º presidente. E o que mais tempo ocupou a presidência, durante o século XX: sete períodos intervalados, nas décadas dos anos 1950, 1960 e 1970. Martins Júnior revelou-se grande líder dos empresários e entrou para a política. Seu primeiro mandato na Associação teve conexão indireta com a política: Lopo de Castro, eleito presidente da ACP, para o período de 1952 a 1954, licenciou-se ao concorrer à Prefeitura de Belém (perdeu) e foi substituído pelo 1º vice-presidente, Pedro de Castro Álvares, que dirigiu a junta governativa encarregada de promover novo pleito, do qual Martins Júnior saiu vencedor. Nos períodos de 1958 a 1960, e até 1962, ele cumpriu o mandato de senador.

Francisco Gaudêncio da Costa (1872 a 1888) e José Casemiro Brasil Montenegro (1901 a 1906) presidiram a Associação por seis mandatos, cada um. Dois presidentes cumpriram cinco mandatos: Donatien Barreau (1875 a 1880) e Manoel José Rabelo Júnior (1912 a 1916).

Clementino de Almeida Lisbôa foi o 24º presidente. Quando assumiu a presidência, o mandato passou de um para três anos. Ele foi eleito para três períodos sucessivos, ficando no cargo por nove anos (1923 a 1932), depois de ter substituído Cássio Romualdo dos Reis, falecido em abril de 1921 - é o que relata Fábio Lúcio de Souza Costa, ex-presidente de ACP, na coleção inédita de livros chamada “Grandes nomes da nossa História”. Clementino foi, então, o terceiro mais longo presidente sem interrupção, diferentemente de Martins Júnior.

O último associado que ficou na presidência por mais tempo (quatro mandatos) foi Afonso Gadelha Simas, desde 1972 até 1980. Roberto Massoud cumpriu três mandatos, de 1980 a 1986. Com dois mandatos cada um, presidiram a Associação, em meados do século XX, José Dias da Costa Paes (1935 a 1941), Délio Chuquia Mutran (1990 a 1994), João Augusto Rodrigues (2002 a 2006), Altair Corrêa Vieira (2006 a 2010), Sérgio Albino Bitar Pinheiro (2010 a 2014) e Fábio Lúcio de Souza Costa (2014 a 2018), que no dia 26 de janeiro de 2018 licenciou-se para assumir o cargo de presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CODEC), sendo sucedido pelo 1º vice-presidente, Farid Antônio Raad Massoud, empossado no mesmo dia. Na eleição de 2018, foi eleito Clóvis Carneiro, cujo mandato será concluído em abril de 2020.



## PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO PRAÇA DO COMÉRCIO DO PARÁ

**1ª FASE - 1819 / 1833**

NOME	PERÍODO	MANDATOS
Joaquim Francisco Danin	1819 a 1833	15

**2ª FASE - 1864 / 1898**

Manoel Antônio Pimenta Bueno	1864 - <b>1867</b> / 1868	2
João Augusto Corrêa	1865	1
Jacinto José da Silva	1866	1
Joaquim Antônio Alves	1867	1
Augusto E. da Costa	1869 - 1870	2
Guilherme Brambeer	1871	1
Gustavo Sesselberg	<b>1871</b>	
Francisco Gaudêncio da Costa	1872 - 1873 - 1874 / 1886 1887 - 1888	6
Donatien Barreau	1875 - 1876 - 1877 - 1878 / 1880	5
José Aires Watrin	1879 / <b>1880</b> - 1883	2
William Brambeer	1881	1
Visconde de Santo Elias	1882	1
José Cardozo de Cunha Coimbra	1884 - 1885 / 1890	3
João Gualberto da Costa e Cunha	1889	1
Comendador Domingos José Dias (em 1893 recebeu o título de Visconde de São Domingos)	1891 - 1892 - 1893 - 1894 1895 - 1896 - 1897	7
José Marques Braga	<b>1897</b> / 1898	1

## PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ

**3ª FASE - 1899 ATÉ DIAS ATUAIS**

José Marques Braga (1º presidente após a troca do nome da Associação)	1899 - 1900	2
José Casemiro Brasil Montenegro	1901 - 1902 - 1903 - 1904 - 1905 - 1906	6
Visconde do Monte Redondo	1907	1
Barão de Souza Lages	1908 - 1909 - 1910 - 1911	4
Manoel José Rabelo Júnior	1912 - 1913 - 1914 - 1915 - 1916	5

José Amando Mendes	<b>1916/1917</b>	1
Cássio Romualdo dos Reis	1918 - 1919 - 1920/1923	3
Clementino de Almeida Lisboa	<b>1921/1923</b> - 1923/1926 - 1926/ 1929 - 1929/1932	3
Comendador Antônio de Almeida Faciola	1932/1935	1
José Dias da Costa Paes	1935/1938 - 1938/1941	2
Eugênio dos Santos Soares	1941/1944	1
Carlos de Siqueira Cardoso	<b>1942/1944</b>	
Otávio Oliva	1943/1944 - 1944/1946	2
Antônio Barbosa Ferreira Vidigal	1946/1948	1
Antônio Alves Afonso Ramos Júnior	1948/1950	1
Lopo Alvarez de Castro	1950/1952	1
Antônio Martins Junior	<b>1951/1952</b> - 1952/1954 - 1956/1958 - 1962/1964 1964/1966 1966/1968 - 1968/1970 - 1970/1972	7
Otávio Malheiros Franco	1954/1956	1
Idalvo Pragana Toscano	1958/1960 - 1960/1962	2
Afonso Gadelha Simas	1972/1974 - 1974/1976 - 1976/1978 - 1978/1980	4
Roberto Farid Elias Massoud	1980/1982 - 1982/1984 - 1984/1986	3
Joaquim Borges Gomes	1986/1988	1
Oziel Rodrigues Carneiro	1988/1990	1
Délio Chuquia Mutran	1990/2092 - 1992/1994	2
Oswaldo Nasser Tuma	1994/1996	1
José de Luca Filho	1996/2098 - 1998/2000	2
Elias Salame	2000/2002	1
João Augusto Rodrigues	2002/2004 - 2004/2006	2
Altair Corrêa Vieira	2006/2008 - 2008/2010	2
Sérgio Albino Bitar Pinheiro	2010/2012 - 2012/2014	2
Fábio Lúcio de Souza Costa	2014/2016 - 2016 / 2018	2
Farid Antônio Raad Massoud	<b>26/01/2018 a 03/04/2018</b>	
Clóvis Armando Lemos Carneiro	2018 / 2020	1



*O* que de importante contém uma assinatura? O tempo encarrega-se de revelar. Que o digam os colecionadores de autógrafos. Quando surgiu a feliz ideia de se criar o Livro de Visitantes da Associação, imaginou-se que ali estariam relevantes subsídios para história? O tempo mostrou que sim.



## LEGENDAS E FOTOS

PÁGINA 13 - Selo comemorativo dos 200 anos da Associação.

PÁGINA 37 - Relógio da marca New Haven Clock, de origem norte-americana, que decora a sala da Presidência da Associação. Não é conhecida a data da aquisição. O estilo aponta que foi fabricado há mais de um século. Foto: Úrsula Bahia.

PÁGINA 38 - Retrato do primeiro presidente da Associação Praça do Comércio do Pará, Joaquim Francisco Danin (página seguinte), idealizado sobre iconografia encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Francisco Danin foi militar distinguido com o “galhardão dos capitães portugueses”. Fotomontagem: Michael Ferreira.

PÁGINA 38 - “Ver-o-Peso”. A tela, obra de Benedito Mello, faz parte do acervo da Associação Comercial. Foto: Úrsula Bahia.

PÁGINA 39 - Autógrafos do Imperador Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina, no Livro de Visitantes. Foto: Acervo ACP.



O edifício da foto, localizado na esquina da atual Avenida Portugal com a Rua João Alfredo, abrigava, até meados do século XX, o Hotel América. Conta a lenda, que nesse hotel teria se hospedado o casal imperial, em 1876. Na paisagem, um quiosque (à esquerda). O bonde (à direita) disputava o espaço da avenida com carruagens. A iluminação pública já ostentava postes trabalhados em ferro fundido e o globo de luz. Foto: Acervo ACP.

PÁGINA 39 - Museu Comercial. Em 27/2/1996, o prédio foi devolvido pela Associação Comercial ao Estado. No edifício, localizado na Praça da República, em Belém, foi instalado o Teatro Experimental Waldemar Henrique. Foto: Elza Lima/Secult.



PÁGINA 39 - O busto do ex-governador Lauro Sodré, em bronze, é uma das obras do acervo de artes da ACP. Foto: Acervo ACP

PÁGINA 40 - Quase um ano depois de inaugurado, o “Palácio do Comércio” ilustrou a capa da Revista da Associação Comercial, edição de março de 1936.

PÁGINA 40 - O presidente Getúlio Vargas, recepcionado na Associação Comercial. Uma das medidas consequentes da visita foi a criação, em 9/7/1942, do Banco de Crédito da Borracha (BCB), para financiar a produção de látex. Em 30/8/1950, o presidente Eurico Gaspar Dutra transformou o BCB em Banco de Crédito da Amazônia, que passou a fomentar as atividades produtivas da indústria, do comércio e da agricultura da região. Em 3/6/1942, Getúlio, por decreto, outorga à Associação a missão de “órgão técnico-consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionassem com os interesses econômicos e profissionais, por ela coordenados”. Foto: Acervo ACP

PÁGINA 40 - Sessão da Bolsa de Mercadoria, na sede da Associação. Foto: Acervo ACP



PÁGINA 41 - O primeiro Conselho da Mulher Empresária foi integrado por Fátima Petrola (presidente – ao centro, de blusa preta); Vera Morelli e Lílian Cebolão (à direita); Vera Vieira e Lílian Almeida (à esquerda).

O CME marcou época ao criar um fórum para as mulheres no âmbito da Associação. Em 1969, Zaira César Santos Passarinho (acima) foi a primeira mulher a receber o título de Comerciante do Ano. Outras duas mulheres já receberam a comenda de Empresária do Ano: Fátima Chamma (2003) e Nazaré Chaves (2017). Fotos: Acervo ACP

PÁGINA 41 - José Dias Paes, português, foi presidente da Associação. No início dos anos 1950, ele liderou uma campanha para equacionar a falta de energia elétrica em Belém. A primeira empresa de energia foi a Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd., implantada em 1902. Meio século depois, faliu. A campanha da ACP arrecadou fundos entre os empresários, e o Estado criou a Força e Luz do Pará S. A., em 1952. Dias Paes foi o primeiro presidente da estatal, recebendo o salário simbólico de 1 cruzeiro. O início da obra da sede da companhia, no Bairro de Nazaré, em Belém, foi um ato solene, e o arcebispo da época, D. Mário de Miranda Vilas-Boas, benzeu a pedra fundamental. A sede da ACP acolheu também as primeiras reuniões da diretoria da nova empresa. Hoje, o conjunto de prédios da antiga Forluz abriga a sede da Polícia Civil do Estado. Fotos: Acervo ACP





PÁGINA 41 - O empresário Antônio Martins Júnior foi um visionário. Presidiu a ACP por sete mandatos. E foi político. Foto: Acervo da família.

PÁGINA 42 - Em maio de 2010, a Associação fez uma campanha e publicou, no dia 16, um anúncio de três páginas defendendo a integridade do território paraense. O anúncio sugeriu recortar a Bandeira do Pará, como peça símbolo de adesão à campanha. Na página seguinte, a sequência do anúncio difundindo a mensagem de que o Pará é grande por natureza.





## VAMOS EMBANDEIRAR O PARÁ!

Recorte a bandeira aí em cima e afixe no lugar mais visível da sua casa, loja, escritório, consultório, escola, banca de rua, no seu carro, enfim, em qualquer lugar de grande visibilidade. É para mostrar que você é paraense, pensa grande e quer o Pará unido. A nossa bandeira é a cara do Pará grande que te quero grande.



# NINGUÉM É PEQUENO POR OPÇÃO.

Pará, eu te quero grande!

Pará quer dizer rio-mar, tantas são as suas águas; só no aquifero Alter do Chão, 86.000 quilômetros cúbicos de água doce – o maior depósito de água potável do planeta.

13 bacias hidrográficas (1.238.290,03 km²), inúmeros rios e suas mais de 2.500 espécies de peixes.

Tanta água que move hidrelétricas gigantes – Tucuruí e Belo Monte entre as 5 maiores do mundo. E há ainda a de Curuá-Una e mais 6 hidrelétricas a serem instaladas na próxima década, com uma potência equivalente a uma nova Belo Monte.

Pará do Xingu, um dos maiores afluentes do Amazonas e um dos cursos d'água de maior biodiversidade do planeta Terra, só ele carregando mais vida do que todas as bacias hidrográficas da Europa – informa a revista "Carta Capital".

Pará da maior província mineral da Terra, o estado que mais atrai investimentos no setor, mais da metade do total investido no Brasil.

Pará dono de uma das maiores reservas de caulim do mundo. E um dos maiores produtores brasileiros de ouro e manganês.

Pará do maior PIB do Norte, quase R\$ 50 bilhões. Mais do que isso – R\$ 53 bilhões –, o Pará vai receber de investimentos diretos privados e oficiais, de agora até 2014.

Pará dono do 2º maior saldo da balança comercial brasileira. Ou 1/3 do total da balança comercial brasileira de 2009.

Pará maior produtor de óleo de palma da América Latina.

Óleo de palma que vai produzir biodiesel na usina a entrar em funcionamento daqui a 3 anos, um investimento de R\$ 330 milhões.

Pará do maior rebanho de búfalos do País, e do terceiro maior de bovinos – 16 milhões de cabeças de gado. O maior exportador brasileiro de bovinos em pé – mais de 96% da exportação de gado vivo do País.

Pará da maior produção de pescado do País.

Pará líder em pimenta-do-reino - 80% da produção brasileira.

Pará do cacau – 14 da produção brasileira.

Pará dos mais de 7 milhões de habitantes.

Pará campeão de vagas para empregos no Norte: mais de 23 mil em 2010.

O Pará construiu estes números, e muitos outros, trabalhando unido.

Unido, o Pará tomou-se forte e ganhou importância.

Separados, Pará, Carajás e Tapajós serão estados pequenos, de pouca relevância, sem voz.

Por que vamos abrir mão deste Pará rico que nos enche de tanto orgulho e de futuro tão promissor, para começar tudo de novo e em condições tão mais precárias?

Ninguém é pequeno por opção.

Pense nisso.

Pense grande!

➤ O Cirio de Nazaré é a maior procissão religiosa do mundo porque vêm paraenses de todos os cantos para participar dela em Belém.

➤ Alter do Chão foi descoberta pelos paraenses antes de ser descoberta pelo jornal britânico "The Guardian", que a elegeu a mais bonita praia do Brasil.

➤ E o tecnobrega só virou sucesso internacional depois que os paraenses lotaram os seus mais de 1,7 mil shows mensais.





PÁGINA 42 - A festa do bicentenário da Associação reuniu centenas de convidados, além de associados. Aconteceu no Teatro da Paz, onde também foi comemorado o centenário, em 1919. Para lembrar, no futuro, os 200 anos, a ACP criou a Medalha do Bicentenário, concedida a autoridades e empresas associadas.

Na foto, da esquerda para a direita: 1 - Neuza Yamada (representante de Y. Yamada S.A); 2 - Sérgio Bitar (presidente da Assembleia Geral da ACP); 3 - Lúcio Vale (vice-governador do Estado); 4 - George Pinheiro (presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB); 5 - Helder Barbalho (governador do Estado); 6 - Clóvis Carneiro (presidente da ACP); 7 - Oneide Fidalgo Bastos (representante da família do ex-presidente da ACP, Antônio Maria Fidalgo); 8 - Fábio Lúcio Costa (ex-presidente da ACP e presidente da Faciapa); 9 - Daniel Barbosa Santos (deputado, presidente da Assembleia Legislativa do Pará); 10 - Dulce Alves Vinagre (representante da família do ex-presidente da ACP, Joaquim Nunes Alves); 11 - Lutfala Bitar (presidente do Conselho Superior da ACP); 12 - Mário Antônio Martins (representante da família do ex-presidente da ACP, Antônio Martins Júnior); 14 - Frederico Mattar (representante da empresa Bechara Mattar Comércio de Tecidos Ltda.); 15 - Paulo Nasser (representante da empresa Higson); 16 - José Fragozo Rei (representante da empresa Fábrica Santa Maria).

Foto: Acervo ACP





O presidente Clóvis Carneiro, na festa dos 200 anos, rememorou a trajetória da ACP.



O governador Helder Barbalho foi o presidente de honra da solenidade.  
Foto: Acervo ACP

# REVISTA COMMERCIAL

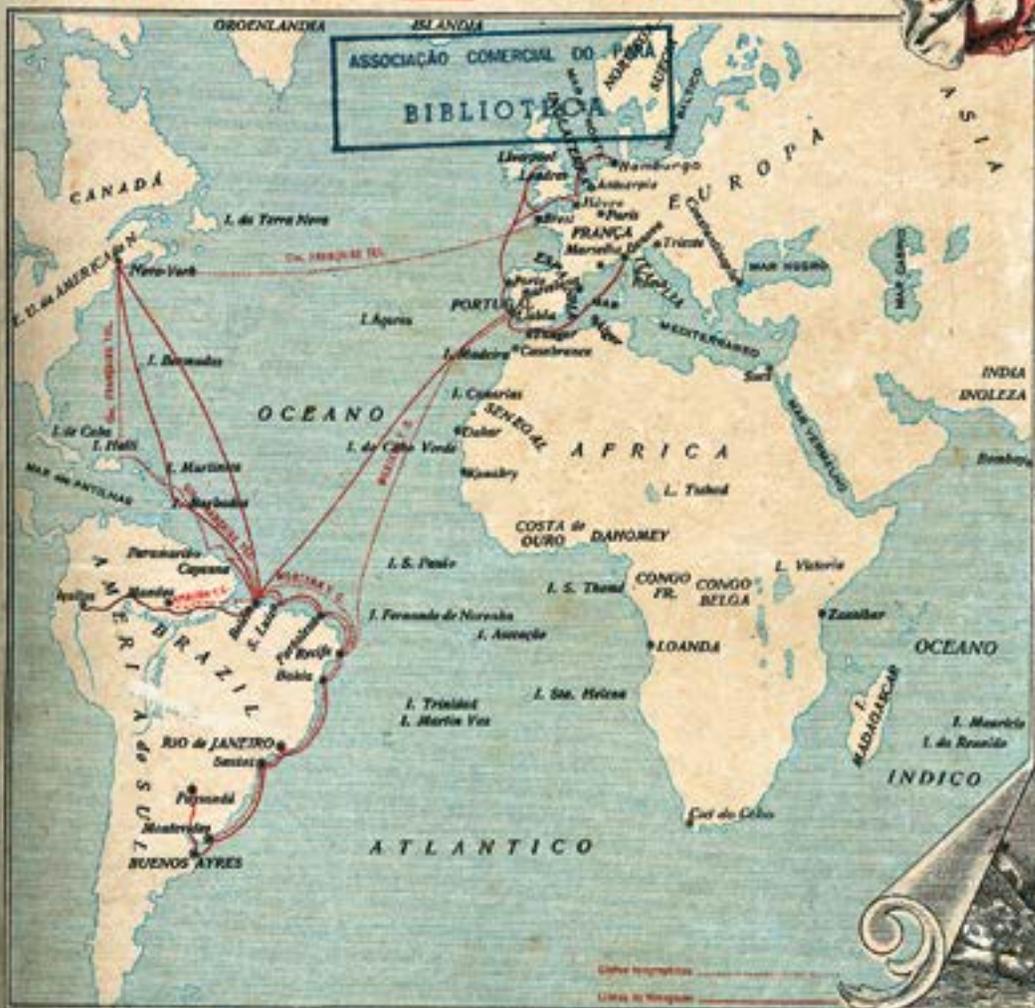
INDUSTRIAL E AGRICOLA



# DO PARÁ

CAIXA POSTAL 648  
End. Telgr. ASSOCIAÇÃO  
**PARÁ - BRAZIL**

REDAÇÃO e ADMINISTRAÇÃO:  
Boulevard da Republica, 33 - 1.ª -  
Telephone, 991



De Belém a Manaus 1,374 Km. De Belém a Macaé 2,093 Km. De Belém a Barbados 2,385 Km.  
De Belém a Iquitos 2,885 " De Belém a Lisboa 4,105 " De Belém a Nova-York 2,975 "

PÁGINA 43 - Mercúrio, deus grego do comércio. Escultura em bronze, de autor desconhecido. Foto: Úrsula Bahia.

PÁGINA 227 - A Associação preserva um rico mobiliário de época. A cadeira que ilustra a seção Presidentes foi usada pelo presidente da República Getúlio Vargas. Hoje, é peça decorativa da ACP.

Na capa (orelha), a cadeira usada pelo Imperador Pedro II. Fotos: Úrsula Bahia.

PÁGINA 235 - Aberto quando a Associação ainda se chamava “Praça do Comércio do Pará”, o Livro de Visitantes é preservado até hoje, com os autógrafos de autoridades e celebridades. Foto: acervo ACP.

PÁGINA 247 - Criada em 1910, a revista foi uma “publicação de informações comerciais, propaganda e expansão econômica do Estado do Pará”. Na capa da edição de fevereiro de 1924, a policromia destaca as rotas marítimas que conectavam Belém à Europa, América Central e aos Estados Unidos. A edição trouxe farto noticiário sobre as atividades mercantis, mormente sobre madeira, borracha, algodão e castanha-do-pará. Na edição de março de 1936 (ao lado), o destaque foi para o edifício da sede da Associação, inaugurado no ano anterior.

PÁGINA 281 - A balança, em latão dourado, de fabricação desconhecida, integrou o acervo do Museu do Comércio. Foto: Úrsula Bahia.



# REVISTA

— DA —

## Associação Commercial do Pará

VOL. II

MARÇO, 1936

NUM. 2



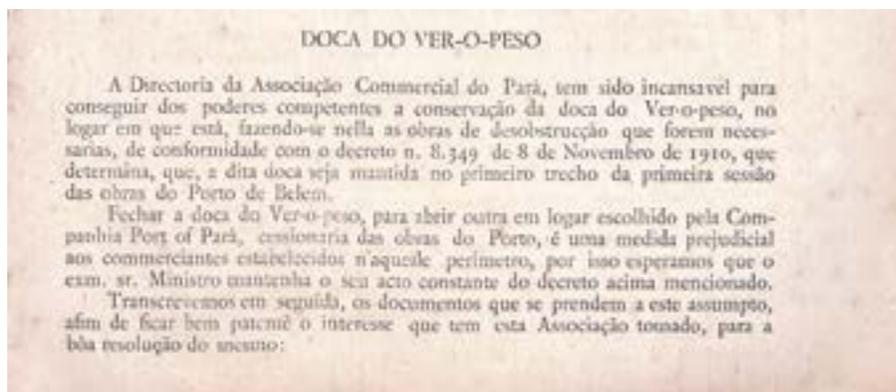
Edifício da «Associação Commercial do Pará»  
Inaugurado em 2 de Junho de 1935

PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMMERCIAES, PROPAGANDA  
E EXPANSÃO ECONOMICA DO ESTADO DO PARÁ

BELEM

PARÁ

BRASIL



O Relatório da Comissão Diretora da Associação Comercial do Pará” registrou, em 1912, que a instituição era “incansável para conseguir, dos poderes competentes, a conservação da doca do Ver-o-peso no *logar* em que está”. A nota sobre o assunto refere-se a um decreto de 8 de novembro de 1910, que determinava que a “dita doca seja mantida no primeiro trecho da primeira sessão das obras do Porto de Belém”. A Associação foi atendida e a doca se mantém, até hoje, no mesmo “logar”. O projeto do porto, elaborado em meados de 1897, previa o fim das docas do Ver-o-Peso, Reduto (Canal Magalhães) e do Igarapé das Almas (Avenida Visconde de Souza Franco). A implantação do projeto, pela Port of Pará Co., de capital privado, iniciou em 1906. O primeiro trecho do cais de arrimo, incluindo um armazém de 2.000m<sup>2</sup>, foi inaugurado em 2 de outubro de 1909.

Na página ao lado, anúncios publicados na Revista da Associação dão um panorama da indústria, comércio e serviços na década de 1930. Divulgavam produtos importados dos Estados Unidos, a entrega de combustíveis em “terra e mar”; “operações bancárias em todos os seus ramos”, oferecidos pelo Banco Moreira, Gomes & Cia.; comércio integrado de livraria, papelaria e tipografia. No destaque, o anúncio do “Elixir de Nogueira”, remédio que combatia “o maior flagelo do mundo”, a “syphilis”, e suas “maiores consequências”.



MARTINS JORGE & FONTES

*Fabrica de Cordas e Estopilha, Sacos, fios de lã, Barbantes e Fiolho—PERSEVERANÇA—Travessa Quintino Bocayuva, ns. 2 a 8—Caixa postal, 221—Telephone 133—Endereço telegraphico CORDAS—Codigo: A. B. C. 5.ª edição, Ribeiro e particular.*

JÓS ORIGET & C.ª

*Exportadores—Boulevard da Republica, n. 44—Telephone n. 1321—Caixa postal n. 690—Endereço telegraphico JORICO—Codigo usado: Lieber's, A. B. C. 5.ª edição, Bentley's e Ribeiro.*

MOREIRA, GOMES & C.ª

Rua 15 de Novembro, 7—Caixa postal 22—Telegramma—MATTÁ—Telephone, 187—Armazem de Ferragens—Grande deposito de todos os artigos deste genero, dos afamados filtros de *Chovin* e diversas especialidades americanas. Unicos agentes no Estado do Pará da *Mongedille*. Vendem carbureto, kerosene e gasolina, a entregar em terra ou no mar.

MOREIRA, GOMES & C.ª

Rua 15 de Novembro, 42—Caixa postal n. 22—Telegramma MATTÁ—Telephone 700—CASA BANCARIA—Emittiu saques, cartas de credito e ordens telegraphicas sobre todos os paises. *Efectuam* cobranças em qualquer praça do Brasil ou do Extranjeiro. Operações bancarias em todos os seus ramos.

SAUNDERS & DAVIDS

*Representações e Cortume—CORTUME MAGUARY.* Rua 13 de Maio, n. 19-A—Telephone n. 84—Caixa postal n. 176—Endereço telegraphico SAUNDERS. Codigo usado: A. B. C., Bentley's, Lieber's, Ribeiro e Borges.—Produção 1.500:000\$000.

SILVA ARAUJO & COMMANDITA

*Commissões e Consignações—Importadores e Exportadores de seccos e molhados—Rua 15 de Novembro, n. 89—Telephone n. 4—Caixa postal n. 293—Endereço telegraphico RICARDO. Codigo usado: Ribeiro, A. B. C. 5.ª edição e *Ten-in-one* condensador.*

ISAAC J. ROFFE & C.ª

*Estivas, Commissões e Consignações—Rua 15 de Novembro, n. 30—Telephone n. 460—Caixa postal n. 699—Endereço telegraphico ROFFE—Codigo usado: Ribeiro e A. B. C. 5.ª edição.*

ALVES TEIXEIRA & C.ª

*Fazendas e mindezas em grossa e a retalho.—RESTAURACAO—Rua Conselheiro João Alfredo, n. 118—Telephone n. 224—Caixa postal n. 337—Endereço telegraphico RESTAURACAO—Codigo usado: Ribeiro e A. B. C. 5.ª edição, Marconi, Borges.*

STEINER & C.ª

*Representações de casas nacionaes e estrangeiras—Rua 15 de Novembro n. 77—Telephone n. 1140—Caixa postal n. 160—Endereço telegraphico STEINER—Codigo usado: Ribeiro A. B. C. 5.ª edição, Borges e Particular.*

NICOLAUS & C.ª

*Navegação, Alimantação, Importação e Consignações—Boulevard da Republica ns. 23 e 24—Telephone ns. 30 e 951—Caixa postal n. 149—Endereço telegraphico JURUANICOL—Codigo usado: Ribeiro A. B. C. 5.ª edição, Filizes nos rios Jurua, Tarmac Envia e Manios.*

TAVARES CARDOSO & C.ª

*Livraria, Papclaria e Typographia—LIVRARIA UNIVERSAL—Rua Conselheiro João Alfredo, 50—Telephone n. 215—Caixa postal n. 87—Endereço telegraphico EDUARDO—Codigo usado: A. B. C. Ribeiro e Borges.*

**ELIXIR DE NOGUEIRA**  
Cura



Latificação das artérias da peçoço.  
Inflamações do utero.  
Corimento dos aurtilhos.  
Hemorrhagias em geral.  
Manchas da pelle.  
Afectões do fígado.  
Dores na peitua.  
Tumores nos ossos.  
Cancroes venozos.  
Gonorrhéas.  
Cataractas.  
Fistulas.  
Espinhas.  
Sicthillismo.  
Flaves brancos.  
Ulceras.  
Tumores.  
Scorbut.  
Cryetas.  
Ectrophitas.  
Dartros.  
Buboes.  
Bubones.  
e, finalmente, todas as moléstias provenientes do sangue.

**GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE**

Qual é o maior flagello do mundo?  
é a **SYPHILIS**  
**Elixir**  
de **Nogueira**  
DO  
Pharmacólogo chimico  
**João da Silva Silveira**  
Cura a **SYPHILIS**  
e suas  
terríveis  
consequencias  
Vende-se em todo o Brasil e Republicas Sul-Americanas



O Guaraná Simões, produto de grande aceitação pelos consumidores, era um dos anunciantes da Revista da Associação Comercial. A fábrica localizava-se à Rua 13 de Maio, 38, Campina. Com o slogan “Primeiro e único”, recebeu medalhas de ouro em Turim, Milão, San Diego, Bruxelas, Sevilha e Rio de Janeiro”, fazendo jus ao slogan publicitário. A Fábrica Perseverança produzia cabos de linho, manilha, fitilho de várias cores, com impressão, e fios para fogueteiro.

A revista tinha uma coluna chamada “Para a história da Associação Comercial”. No volume II, nº 2, março de 1936, foi publicada a foto do lançamento da “primeira pedra do edifício (sede atual) da Associação. Ocorrido em 1º/2/1927, foi um acontecimento solene, que reuniu, além dos dirigentes da entidade, o governador Dionysio Bentes; o prefeito, Crespo de Castro, e o secretário-geral do governo, Deodoro de Mendonça. Na matéria que domina a página foi destacada a produção nacional de algodão. Na época, o Brasil exportava o “ouro branco” também para o Japão.



## Consumo mundial de algodão

No «Boletim Mensal da Camara de Comercio Argentino-Brasileiro», edição de maio deste anno, lê-se o seguinte:

Está em franca melhora o consumo de algodão no mundo. As repartições estatísticas, que se incumbem de estudar esse consumo nos diversos países industriais, vêm revelando ultimamente que o algodão, a despeito da política seguida por alguns países europeus, de substituição da fibra natural pela artificial, está sendo procurado hoje em dia com muito maior intensidade do que em outras épocas.

As estatísticas são pouco organizadas pela «International Federation of Master Cotton Spinners», da Grã-Bretanha, relativas ao primeiro semestre do anno algo-

doeiro em curso, isto é, ao periodo de 1.º de agosto de 1935 a 31 de janeiro de 1936, reflectem o acrescimo geral que se vem observando no consumo mundial do «ouro branco». Essa fonte estatística revela, com effeito, que as fábricas de algodão consumiram nesse semestre 12.514.000 fardos, contra apenas 11.826.000 de periodo identico do anno immediatamente anterior. O acrescimo foi, portanto, de praticamente 700.000 fardos.

Como é facto conhecido nos meios algodoeiros que o consumo dessa fibra é, em geral, mais no segundo semestre do que no primeiro, espera-se que, até o fim de julho de 1936, o total do algodão consumido no mundo seja praticamente de 26.000.000 de fardos de 220 kilos. Não nos divorciemos, pois, da verdade, adiantando que este anno coincidirá com um dos periodos de maior consumo de algodão no mundo, nos ultimos dez annos.

Se considerarmos, ademais, que a safra de algodão norte-americano, que se iniciou em fins de março, soffreu uma certa restricção, não incidiremos em erro, adiantando que a tendencia será para a vigencia de preços razoaveis para o algodão e, sobretudo, de procura intensa pelos typos finos, que o Brasil por acaso venha a produzir.

Interessante é ainda observarmos um outro aspecto das estatísticas a que nos referimos. A Europa não é mais o continente que maiores compras de algodão realiza nos centros productores dessa materia prima: o seu primado transplantou-se para a Asia. O Japão é actualmente o maior centro mundial comprador de «ouro branco», collocando-se a Inglaterra em segundo lugar. No semestre findo em 31 de janeiro deste anno, a posição dos diversos continentes era a seguinte, no tocante ao consumo de «ouro branco»:

Europa.....	4.252.000
Asia.....	4.460.000
America.....	3.552.000
Outros.....	250.000

O Japão, nesse semestre, absorveu nada menos de 1.794.000 fardos de «ouro branco». Se exceptuarmos, pois, os Estados Unidos, teremos de admitir que, sob o ponto de vista quantitativo, Osaka leva a deanteira a Liverpool.

Essa circumstancia deve prender-nos a attenção. O interesse do Brasil, como exportador de algodão, não deve limitar-se aos mercados de consumo do Velho Mundo, mais sim abrangeir tambem o Japão, cujo industrialismo textil representa uma força em ascensão no mundo moderno.

## PARA A HISTORIA DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL



Aspecto apanhado em 1.º de fevereiro de 1927, ao ser lançada a primeira pedra do actual edificio da Associação. Destacam-se o governador dr. Dionysio Bentes, o prefeito, dr. Crespo de Castro, o secretario geral dr. Deodoro de Mendonça e antigos directores da A. C. P.

Em 13/5/1899, foi inaugurada a Escola Prática do Comércio da Associação. Em 2/2/1944, a escola implantou os cursos de Técnico em Contabilidade e de Técnico Contador. Em 20/12/1961, passou a ser chamada de Colégio Comercial. E, por meio de portaria do Ministério da Agricultura, em 20/5/1920, a ACP instalou a Escola de Química Industrial, que funcionou até 1931, anexa ao Museu Comercial. A instituição originou a Escola Superior de Química do Pará. O prédio, hoje, abriga um centro cultural da Universidade Federal do Pará, na Praça da República, em Belém (à direita). Foto: Acervo ACP







Em 1941, uma missão da ACP percorreu vários municípios da Região Bragantina, incluindo Capanema, Peixe-Boi, Igarapé-Açu e Bragança. Os dirigentes visitaram fazendas, fábricas e produtores agrícolas; identificaram dificuldades, carências e difundiram conhecimentos técnicos, principalmente no setor de fibras. Membros da caravana reunidos em frente à Prefeitura Igarapé-Açu (acima). Em Peixe-Boi, conheceram a olaria de Lopes Pinheiro e Cia., que tinha uma represa para geração de energia (página seguinte). Fotos: Acervo ACP.





O anúncio, publicado no dia 9 de julho de 2009, demarcou a reação da Associação ao projeto do senador Marcelo Crivela, que propôs mudar o desenho da Bandeira Nacional, para trocar a denominação da estrela acima da faixa “Ordem e Progresso”. A estrela, que se chama Pará, passaria a identificar o Distrito Federal. O projeto não foi aprovado. Foto: Acervo ACP.



## Em defesa da estrela do Pará.

Está em tramitação na Câmara Federal, já tendo sido aprovado em algumas comissões do Senado, um projeto de autoria do Senador do Estado do Rio de Janeiro Marcelo Crivella alterando a bandeira nacional.

Pelo projeto em questão, a estrela que representa o Pará no pavilhão nacional seria trocada pela estrela do Distrito Federal. Ou seja, o Pará deixaria de ser a estrela solitária acima da legenda Ordem e Progresso, onde sempre estivemos desde que a nossa bandeira foi criada.

As estrelas que representam os estados e o Distrito Federal não foram escolhidas, nem distribuídas ao acaso na bandeira criada com a República em 1889.

De lá para cá, mudou até a capital federal, mas não mudou a bandeira nacional, intocada no seu desenho, nas suas cores, na legenda, muitas vezes criticada mas respeitada; enfim, em todos os seus detalhes.

Antes de mais nada, essa lamentável proposta do Senador do Rio pode estimular a outros parlamentares a ideia de novas mudanças na própria bandeira, na letra e na música do hino nacional, no brasão d'armas, etc., etc.

E o nosso nome, por que é Brasil e não pode voltar a ser Vera Cruz como na época do descobrimento, ou Terra de Santa Cruz, como batizado pelo rei de Portugal? Pois ainda vai aparecer quem sugira a troca do nome, se deixarmos que mexam à vontade nos símbolos nacionais.

Pouco a pouco, a nação perderá a sua identidade se não demos um BASTA! a essa verdadeira marcha da insensatez.

O que é permitido, e é necessário que se faça, é acrescentar estrelas à bandeira se novos estados forem criados. Mas só.

Exercitando um dos nossos hábitos de apreciar e aplaudir o Primeiro Mundo, é só olhar as suas bandeiras e ver que elas também não sofrem modificação.

A Associação Comercial do Pará, a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil, manifesta o seu repúdio ao projeto do Senador do Rio por inoportuno, injustificado, despropositado; em uma palavra, infeliz.

Acreditamos na reação firme dos nossos parlamentares nas duas casas do Congresso, os únicos atores capazes de intervir com sucesso sustando essa ideia fora de propósito enquanto há tempo.

VOCÊ QUE SENTE ORGULHO DE BELÉM,  
*como nós que assinamos embaixo.*

VOCÊ QUE ESTÁ EM BELÉM,  
*como nós, para o que der e vier.*

VOCÊ QUE, COMO NÓS, NÃO TROCA A SUA CIDADE  
*por nada deste mundo.*

VOCÊ QUE ESTÁ DE BEM COM BELÉM,  
*junte-se a nós nesta data querida:  
vamos comemorá-la com uma  
declaração de amor e outra de guerra.*

**AMOR A BELÉM.**

*Guerra a quem suja,  
a quem maltrata,  
a quem picha, a quem esburaca,  
a quem azuprina os curdos,  
a quem enfeia a cidade.*

**PARABÉNS, BELÉMI**



**De bem  
com Belém.**



Conselho de Mulher Empreendedora  
Conselho de Jovens Empreendedores

Para comemorar o aniversário de Belém, em 12 de janeiro de 2009, a Associação publicou anúncio estimulando o amor à cidade, combatendo-se problemas urbanos (acima).

Em 2016, a Associação publicou um anúncio valorizando sua marca, que completava, então, 92 anos – sem dúvida, uma identidade institucional longeva, como poucas se conhece. A mensagem publicitária, de mais de um século, continua válida. Inspira valores sagrados aos preceitos da Associação e representa todos os setores empresariais nela abrigados.

Todos os anúncios aqui reproduzidos foram criados pela Mendes Comunicação, agência voluntária da Associação.

# ESTA MARCA ESTÁ FAZENDO 92 ANOS.



A ACP usa esta marca desde 1914.

Poucas marcas no mundo têm essa idade.

Porque a primeira idéia que vem à cabeça de qualquer dirigente ou empresário é modernizar a marca de sua instituição, quando não a de trocá-la por outra, zero quilômetro.

A ACP optou por manter a sua marca quase centenária por entender que não é ela que deve ser atualizada, mas as suas idéias.

Não é a marca de uma instituição que precisa ser moderna, mas os seus conceitos.

A ACP é uma casa moderna, de corajosas idéias atuais, o que faz da sua marca um símbolo forte e respeitado.

[www.acp.com.br](http://www.acp.com.br)

Desde sua fundação, a Associação é um fórum permanente de diálogo político, mantendo relacionamento franco com todos os governadores, independentemente de partido. Fotos: Acervo ACP.





Afonso Simas, presidente da Associação (centro), entregando a Jarbas Passarinho (à direita), então senador, o diploma de Sócio Benemérito.



Governador Alacid da Silva Nunes e Antônio Martins Júnior, presidente da Associação.





Governador do Estado, Fernando Guilhon (centro), em cerimônia na Associação.



Em cerimônia na Associação: da direita para a esquerda: Ajax D'Oliveira, prefeito de Belém; Aloysio Chaves, governador, e o senador Gabriel Hermes Filho.



Governador Alexandre Zacharias de Assumpção (centro) participa de jantar oferecido pela ACP ao ministro da Agricultura João Cleófas; à esquerda, o deputado da UDN, Epílogo de Campos. Evento ocorreu em data não identificada, entre 1951 a 1954 (2º mandato do presidente Getúlio Vargas).



Hélio da Mota Gueiros, governador do Estado (em pé).



Carlos Santos, governador do Estado.



Presidente da Associação, Oswaldo Tuma, e Almir Gabriel, governador do Estado.





Ana Júlia Carepa, governadora do Estado



Governador do Estado Simão Jatene (ao centro).



A presença de parlamentares, ministros de Estado, embaixadores e de outras autoridades é frequente na agenda da Associação. Em meados de outubro de 1936, a revista da Associação registrou a presença, em Belém, do embaixador Oswaldo Aranha (de paletó branco, sexto à esquerda), que regressava dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro, em avião da Panair do Brasil. No aeroporto, ele foi recebido pelo governador José Carneiro da Gama Malcher (de paletó cinza). Não ficou registrada a data da viagem, mas o jornal Folha do Norte publicou, no dia 18 de novembro, fotografia da recepção no hangar da Panair.





Oswaldo Aranha (primeiro à direita) ocupou várias pastas no governo de Getúlio Vargas. Em 1937, assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Dez anos depois, em abril de 1947, fez o discurso inaugural da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em outra viagem a Belém, já ministro, foi recepcionado em jantar - de vários talheres - na Associação Comercial. Fotos: Acervo ACP.





Em 24/5/1943, a Associação concedeu o título de “Grande Benemérito” ao interventor do Estado, Joaquim de Magalhães Barata (em pé, discursando).





O general Humberto de Alencar Castelo Branco (segundo à esquerda), presidente da República (1964-1967), foi recepcionado em evento no salão nobre da ACP, em 1966. Estava acompanhado do também general Arthur da Costa e Silva (à direita, de paletó branco), que o sucedeu na Presidência.



Ernane Galvêas (paletó preto), ministro da Fazenda do governo João Figueiredo, visitou Belém, na década dos anos 1980, e foi recepcionado com coquetel na sede da Associação.



Em 1995, a ACP homenageou o então presidente português, Mário Soares, concedendo-lhe a medalha comemorativa dos 175 anos de fundação da Associação. O evento ocorreu no Restaurante 1900, do Hotel Equatorial, em Belém. O presidente da Comunidade Portuguesa, José de Oliveira Mendes, entregou um exemplar do livro Grão-Pará



Pedro Malan (centro), ministro da Fazenda dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, e o governador Almir Gabriel (segundo à esquerda), em evento no salão nobre da ACP.



Em 2015, a Associação, em nome do Fórum das Entidades Empresariais do Pará, entregou ao vice-presidente da República, Michel Temer, documento defendendo uma política de desenvolvimento para o Estado. Na foto, Carlos Xavier, presidente da Faepa, Sérgio Bitar e o presidente da Associação, Fábio Lúcio.

A Associação é palco de grandes eventos: no passado, promovia-se a Festa da Castanha, para divulgar o produto paraense e promover as empresas do setor. Nos dias atuais, a Feira Pará Negócios é acontecimento de grande proporção, envolvendo centenas de expositores. Fotos: Acervo ACP.





Festa da Castanha, em 1952, no salão nobre da sede da Associação.



Em 1952, foram eleitas: Maria Helena Toscano - princesa, Myrian Athias (Bendahan) – rainha, e Maria de Nazaré Saliba - princesa.



A Feira Pará Negócios, em 2018, congregou 250 expositores e atraiu mais de 30 mil pessoas ao Hangar - Centro de Convenções da Amazônia, em Belém. Os negócios gerados pela feira alcançaram 10 milhões de reais.



Em 2016, a ACP comemorou os 400 anos de Belém instalando um monumento na Praça dos Estivadores, em parceria com a Prefeitura e o Sindicato da Construção Civil do Estado do Pará (Sinduscon). O projeto é do arquiteto Ednaldo Mácola Rente. Na foto, o presidente, Fábio Lúcio, e Sérgio Bitar, presidente da Assembleia Geral.







Clóvis Carneiro (na página anterior), 49º presidente da Associação, faz seu discurso de posse. A cerimônia, ocorrida em 11/3/2018, no salão nobre, foi prestigiada por grande número de associados e convidados. Acima (esquerda), Sérgio Bitar, presidente da Assembleia Geral, empossa o novo presidente, que sucedeu Farid Antônio Raad Massoud (direita), 1º vice-presidente, que em 26/1/2018 substituiu Fábio Lúcio de S. Costa.





**S**e a memória de pessoas e instituições passasse por uma balança, quanto pesaria tudo o que no passado se fez, e no presente se vive? O valor maior da história talvez não sejam os materiais e seus volumes, mas sim o peso da humanidade que dos acontecimentos se extrai como real significado.



## NOTAS DE RODAPÉ

1. O Espírito das Leis – Tomo XX.
2. Este artigo originou-se do discurso proferido pelo autor, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, durante a homenagem aos 200 anos da Associação Comercial do Pará, na sessão solene comemorativa dos 119 anos de fundação do IHGP e da Academia Paraense de Letras, em 3 de maio de 2019, no salão nobre da Associação.
3. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro - Compêndio das Eras da Província do Pará - Pag. 312. UFPA, Belém - 1969.
4. SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Viagem pelo Brasil - 1817-1820. Itatiaia, Belo Horizonte - 1981.  
Em 1817, os naturalistas alemães foram convidados para participar da Missão Artística Austro-Alemã, com o objetivo de descrever a fauna e a flora da Amazônia. Com passagem por Belém, a viagem se encerrou em 1820. Na bagagem de regresso à Europa, os viajantes levaram exemplares de cerca de 9.000 espécies de plantas e animais (mamíferos, aves e anfíbios), que formaram a base da coleção do Museu de História Natural de Munique. Tudo ficou documentado na citada obra.
5. idem - Pag.18.
6. GOMES JÚNIOR, Odimar - Apostila de Grego do GIB [www.pibsg.org.br/gib/grego-7gib.pdf](http://www.pibsg.org.br/gib/grego-7gib.pdf).
- 7 e 8. RICC, Magda - [www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/406-pesquisadora-da-ufpa-explica-a-historia-do-feriado-de-15-de-agosto](http://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/406-pesquisadora-da-ufpa-explica-a-historia-do-feriado-de-15-de-agosto)
- 9, 10 e 11. CRUZ, Ernesto - História da Associação Comercial do Pará - ACP. Imprensa Univesitária do Pará, Belém - 1964.
- 12 e 13. Revista da Associação Comercial: números 20 e 21, volume V. Belém - julho, dezembro, 1940.
14. JACKSON, Joe - O ladrão do fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução: Saulo Adriano. Objetiva, Rio de Janeiro - 2011.
15. CRUZ, Ernesto - História da Associação Comercial do Pará - ACP. Imprensa Univesitária do Pará, Belém - 1964.
16. Valores de 2000.



17. Bernardo de Sousa Franco, Visconde de Sousa Franco, nasceu em Belém, em 28 de julho de 1805, e faleceu no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1875. Foi jornalista, magistrado e deputado geral; presidente das províncias do Rio de Janeiro e do Pará; conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil, entre 1855 e 1875.

## FONTES PESQUISADAS

- ALEPA, Assembleia Legislativa do Pará - "O Parlamento paraense na Construção da Cidade de Belém". Belém, 2017.
- ACP - Associação Comercial do Pará – Arquivo de documentos.
- CLEARY, David – Cabanagem / Documentos Ingleses – Secretaria de Estado de Cultura (Secult) e Imprensa Oficial do Estado. Belém, 2012.
- CRUZ, Ernesto – Belém / Aspectos geosociais do município. Vol. I. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1945.
- FUMBEL - Fundação Cultural do Município de Belém – A Fundação da Cidade de Belém. Belém, 2004.
- MEIRA FILHO, Augusto – Evolução História de Belém do Grão-Pará (2ª edição revista e aumentada). M2P Arquitetura e Engenharia. Belém, 1976.
- RAIOL, Domingos Antônio - Motins Políticos / Ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Universidade Federal do Pará, 2ª edição. Belém - 1970.
- Revista da Associação Comercial do Pará (várias edições)
- RICCI, Magda - Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10370>>
- SECULT, Secretaria de Estado de Cultura – Belém da Saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém - 1996.
- SECULT, Secretaria de Estrado de Cultura – Teatro Experimental Waldemar Henrique. Belém - 1997.



SECULT, Secretaria de Estado de Cultura – Feliz Lusitânia/Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas. Belém - 2006.

SECULT, Secretaria de Estrado de Cultura – Teatro Experimental Waldemar Henrique. Belém - 1997.

SODRÉ, Lauro – Crenças e Opiniões. Diário Oficial, 1ª edição - Belém, 1896; Senado Federal, edição fac-similar. Brasília - 1997.

## OUTRAS FONTES DA INTERNET

Revista da Associação Comercial do Pará (hemeroteca da Biblioteca Arthur Viana):  
<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/revista-da-associacao-comercial-do-para>

Artigo sobre a Adesão do Pará à Independência: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/406-pesquisadora-da-ufpa-explica-a-historia-do-feriado-de-15-de-agosto>

Migração árabe para o Brasil: <http://museudaimigracao.org.br/sobre-os-poucos-registros-para-sirios-e-libaneses-na-hospedaria-dos-imigrantes/>







*Este livro foi publicado no 4º trimestre do ano de 2019,  
como acontecimento comemorativo dos 200 anos  
de fundação da Associação Comercial do Pará.*

O passado impactando o presente e inspirando o futuro. Por isso, ainda se conserva a cadeira usada pelo Imperador Pedro II, visitante ilustre de 5 de abril de 1876. Parece insignificante, mas a cadeira e o autógrafa do imperador no livro de visitantes materializam a importância da ACP para os governos de todas as épocas. Na República, recepcionou-se o presidente Getúlio Vargas. E nos últimos 50 anos, nenhum governador escapou do diálogo com a entidade.

No século XIX, passou pela Associação um certo James Bond - homônimo do fictício agente secreto. O nosso Bond, diretor da instituição, era industrial e cônsul norte-americano em Belém. Vencedor de concorrência pública, ele implantou, em agosto de 1869, o bonde a vapor, conferindo à metrópole da Amazônia tal modernidade.

A novidade esteve, sem dúvida, na pauta nossas reuniões das reuniões da ACP. E, também, a borracha, cacau, madeira, algodão, juta, sementes oleaginosas, café, arroz, fumo, açúcar, pimenta-do-reino, castanha-do-pará. Tudo que o Pará produzia e exportava. No livro do historiador Ernesto Cruz, publicado pela ACP em 1964, está registrado que esses eram os “principais produtos que suscitam, vez por outra, pendências, reclamações, reajustamentos etc. (que) dependem da ação mediadora e defensora da Associação Comercial”.

O empenho de hoje não é diferente. No futuro, haverá de se registrar que na pauta de agora a instituição trata também de energia elétrica, minérios, ferrovias, hidrovias, meio ambiente, entre tantos assuntos candentes.

Se o futuro é mesmo um passado que se constrói no presente, nada melhor do que a nobre iniciativa do presidente Clóvis Carneiro de pedir aos seus pares registros sobre dois séculos de história. Um repertório digno de ocupar lugar na memória da ACP.



Foto: Lue Braga

*Palácio do Comércio e Edifício Antônio Martins Jr., sede da ACP. Av. Presidente Vargas com rua Santo Antônio, bairro da Campina, Belém do Pará.*

# ACP 200



1819 · 2019



9 788561 468736

